PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA IRENE GERASSI

RESIGNIFICANDO SUJEITOS:
A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS NO FÓRUM DE DEFESA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SANTO AMARO

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA IRENE GERASSI

RESIGNIFICANDO SUJEITOS:
A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS NO FÓRUM DE DEFESA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SANTO AMARO

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Profª. Doutora Myrian Veras Baptista.

São Paulo
2007

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

Aos meus filhos, Samia e Bruno, que souberam, pacientemente, conviver com a minha ausência nestes dois anos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Myrian Veras Baptista, orientadora que soube me conduzir neste processo de maneira tão precisa e afetuosa, fazendo com que o meu "barco do conhecimento pudesse navegar por águas calmas".

Às Professoras Doutoras Maria Lúcia Martinelli e Rosângela Paz, que participaram de minha qualificação, pelas valiosas sugestões e pelas palavras de incentivo.

Aos Professores Doutores Maria Lúcia do Rosário, Luís Eduardo Wanderley e Maria Lúcia Carvalho, com quem pude compartilhar parte desta trajetória e que muito contribuíram para as minhas reflexões.

Agradeço especialmente aos sujeitos de minha pesquisa – Marcos Veltri, Sônia Meyer e Mara Ramos – não só pela disponibilidade ofertada, mas, principalmente, pela qualidade e beleza de suas entrevistas, que foram fundamentais para esta dissertação.

A todos os demais membros da comissão executiva do FDCA Santo Amaro - Eufraudísio, Moacir, Evandro, Célia, Maria Célia, Renata, Cristina, Nilson, Dona Hermínia, José Efigênio, Sônia - sujeitos políticos que cursaram juntos um momento tão especial de suas, "de nossas", trajetórias.

À Tânia Diniz, companheira de Fórum, amiga e principal responsável pelo meu ingresso na PUC, obrigada pelas sugestões, críticas e apoio.

Aos amigos com quem convivi em minha caminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Mércia, Mestre Tigrão, Fátima, e todos os demais funcionários do Centro de Convivência e Cooperativa – CECCO Santo Amaro – que me permitiram consolidar a minha prática de um sujeito político.

Agradeço ainda, às crianças e aos jovens que atendi, com os quais, tenho a certeza, aprendi muito mais do que ensinei, levei muito mais do que deixei, desejando que práticas como as do Fórum, possam um dia proporcionar-lhes, realmente, um futuro melhor e de reais esperanças.

Finalmente agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, sem a qual todo este projeto estaria inviabilizado. Espero ainda, poder corresponder à confiança depositada, fazendo com que esta dissertação possa trazer frutos para o local de onde se originou.

RESUMO

Esta dissertação visa relatar o processo de construção, numa perspectiva sócio-histórica, de uma experiência de articulação técnico-político-social, voltada para a defesa de direitos de crianças e adolescentes na região de Santo Amaro, bairro da zona Sul da cidade de São Paulo e de como este processo permitiu, em seu bojo, *a expansão da consciência política* e a *formação de sujeitos políticos que puderam constituir-se, posteriormente, em um sujeito político coletivo, o Fórum DCA Sto. Amaro.*

Inicio esta pesquisa a partir das histórias de vida de três membros da comissão executiva do Fórum DCA Sto. Amaro, focando principalmente nos fatos que propiciaram a estes sujeitos sua formação, ou sua sensibilização, para se tornarem sujeitos políticos, o que, posteriormente, possibilitou-lhes, o próprio engajamento no Fórum.

Busco assim, trazer elementos para uma melhor análise acerca da formação de sujeitos políticos e para tanto, o Fórum DCA Santo Amaro, enquanto meu universo de pesquisa, é entendido aqui como um sujeito político coletivo, que realmente desempenhou papel fundamental nesse processo, onde pude concluir que há necessidade de espaços políticos para que se formem sujeitos políticos.

Para embasamento deste estudo, trabalhei a partir da perspectiva filosófica do *Materialismo Histórico e Dialético*, focando na categoria central 'da totalidade'. Nesta dissertação, optei por trabalhar com a pesquisa qualitativa, entendendo ser esta a abordagem mais consistente para obtenção dos resultados pretendidos.

Palavras-Chave: Sujeito Político; Sujeito Político Coletivo; Identidade; Fórum; Movimentos Sociais; Gramsci.

ABSTRACT

This dissertation aims to report the process of construction, in a socio-historical perspective of a experience of technic-political-social articulation, turned to the children and teenagers rights defense in Santo Amaro zone, a district in the south of São Paulo and of how this process permitted, in its bulge, the expansion of political conscience and the formation of political subjects that might constitute, lately, in a coletive political subject, the Santo Amaro DCA Forum.

This research starts from life stories of three members of the Santo Amaro DCA Forum executive commission, focusing mainly in the facts that propitiated to these subjects, their formation or their sensibilization, to become political subjects, what, lately, enabled them, the own commitment in the Forum.

This way, I seek to bring elements for a better analysis about the formation of political subjects and so the Santo Amaro DCA Forum as my universe of research, is understood here as a coletive political subject, that really acquitted fundamental part in this process, where I could conclude that there is some necessity of political spaces in order to political subjects can be formed.

For basing this study, I worked from the philosophic perspective of Dialetic Historical Materialism, focusing in the central category "of totality". In this dissertation, I opted to work with qualitative research, understanding to be this the approach more consistent to acquire the aimed results.

Key Words: Political Subject; Coletive Political Subject; Identity; Forum; Social Movements; Gramsci.

SUMÁRIO

SIGLAS.....11
APRESENTAÇÃO.....12

1. **CAMINHOS QUE SE CRUZAM:** *A minha trajetória pessoal e a possibilidade de ser sujeito de minha própria pesquisa*.....14
1.1 Primeiras Influências.....14
1.2 Minha Formação Estudantil.....16
1.3 Minha Trajetória Profissional.....17
1.4 Minha Trajetória com Crianças e Adolescentes.....19
1.5 A Experiência no Fórum DCA Santo Amaro.....21
1.6 A Caminhada Teórica.....23
1.7 Conclusões.....24

2. ENTENDENDO A HISTÓRIA: *A intencionalidade de preservação da experiência vivida*.....25

3. SITUANDO O LEITOR: *Entre territórios vividos, desejados e transformados.*.....29
3.1 Caracterizando um território.....29
3.2 Caracterizando o nosso território.....30
3.3 Um pouco da história.....32
3.4 A prática do Fórum DCA Santo Amaro.....38
3.5 Refletindo sobre o espaço Fórum.....43
3.6 Fórum e Movimentos Sociais: Algumas reflexões.....48

4. EM BUSCA DE UMA DIREÇÃO INTELECTUAL: *"Dialogando com os fundamentos"*.....55
4.1 Gramsci: Ampliando alguns conceitos.....69

5. HISTÓRIAS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA.....87
5.1 Definindo o olhar.....87
5.2 Impressões da pesquisa de campo.....88

5.3 Primeiras influências.....89
5.4 Ampliando o grupo: As experiências adquiridas.....92
5.5 Da particularidade para a genericidade: A experiência na construção do Fórum DCA.....108
5.6 A processualidade da construção do sujeito: A dimensão do sujeito político individual.....118

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PRÁTICA: "*Revendo a travessia"*.....129
6.1 As identidades do Fórum DCA Santo Amaro e de seus sujeitos.....132
6.2 A constituição de sujeitos políticos como possibilidade de resignificação de identidades: A trajetória da comissão executiva.....134
6.3 O Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro como espaço de expressão da vontade coletiva.....142

7. BIBLIOGRAFIA.....147

SIGLAS

- CAPS Centro de Atenção Psico-social.
- CECCO Centro de Convivência e Cooperativa.
- CEDECA Centro de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes.
- CETREM Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante.
- CMDCA Conselho Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes.
- COHAB Companhia Metropolitana de Habitação.
- CRECA Centro de Referência da Criança e Adolescente.
- CTA Centro de Testagem.
- DP Delegacia de Polícia.
- DST Doenças Sexualmente Transmissíveis.
- ECA Estatuto da Criança e Adolescente.
- Fórum DCA Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes.
- L.A. Liberdade Assistida.
- LDB Lei de Diretrizes e Bases.
- LOAS Lei Orgânica da Assistência Social.
- OG Organização Governamental.
- ONG Organização Não-Governamental.
- PAS Plano de Assistência a Saúde.
- PMSP Prefeitura Municipal de São Paulo.
- PUC Pontifícia Universidade Católica.
- SAS Secretaria de Assistência Social.
- SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
- SEBES Secretaria Municipal do Bem-Estar Social.
- SUS Sistema Único de Saúde.

APRESENTAÇÃO

"Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo".

(Gramsci, 1999, p.406).

Ao iniciar a apresentação deste trabalho percebo que minhas memórias se confundem e se fundem em meu objeto de pesquisa.

Resolvi, portanto, fazer da introdução desta dissertação minha primeira entrevista, a entrevista-teste onde eu, observadora participante, neste momento, me encontro como sujeito de minha própria pesquisa.

Assim relatarei, inicialmente, a minha história de vida "tópica", focada nos aspectos que julgo relevantes para a construção da dimensão política de minha existência. Aspectos que contribuíram para a construção de minha identidade, pois nos dizeres de Maria Lúcia Martinelli: "Ao viver a sua vida em um campo de forças determinado, ao realizar o seu viver histórico, os sujeitos constroem a sua identidade".(1999, p.124).

Seus relatos, suas lembranças do passado, suas vivências em um período de tempo determinado, é que irão permitir que a história seja "construída, debatida, pensada e transformada".(PAOLI, 1992, p.11).

Segundo Minayo (2002), "histórias de vida" permitem a obtenção de um material extremamente rico para a análise do vivido e trazem ainda o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Ao refletir sobre o processo do Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro, ao me colocar como sujeito de minha própria pesquisa, revivo minha própria historicidade, elaboro a minha experiência social em minha consciência, o que me permite compreender com mais clareza que papel desempenho ou posso vir a desempenhar nessa realidade. Assim, vou significando, ou resignificando, cada uma das experiências vividas.

Voltar os meus olhos e as minhas recordações para as construções de minha história é poder entender a diversidade que nos compõe, é poder costurar alguns pequenos pedaços dessa imensa colcha de retalhos que forma a totalidade do ser humano.

Finalmente, é poder experimentar e compreender o que é ser "uno na diversidade", é poder atribuir novos significados às ações que estabeleço no cotidiano de minha vida.

É nesse cotidiano, vivenciado como um espaço político, sobre o qual me debruço e de onde, segundo Martinelli (1999), podem ser elaborados não só os problemas concretos do viver humano, mas também os nossos sentimentos, emoções, crenças e valores.

Assim, apresentarei no Capítulo 1, "Caminhos que se cruzam", a minha trajetória de vida pessoal.

No Capítulo 2, "Entendendo a história", trago um breve relato do meu tema de pesquisa.

O Capítulo 3, "Situando o leitor", trás um histórico da região de Santo Amaro, do processo vivido para a formação do Fórum DCA Santo Amaro e de seus atores. Em seguida, no Capítulo 4, trago os fundamentos teóricos com os quais trabalhei.

O Capítulo 5 privilegia o resultado de minha pesquisa de campo, onde entrevistei 3 membros da comissão executiva do Fórum DCA Santo Amaro, além de reflexões sobre a prática e sobre a identidade deste fórum e de seus atores. Optei por utilizar, após prévia autorização, os nomes dos entrevistados na íntegra, entendendo que a relevância dos relatos apresentados merecia o conhecimento de seus autores.

Finalmente, no Capítulo 6 trago as conclusões de meu trabalho, seguido da bibliografia.

Esclareço que escreverei na primeira pessoa do singular ao relatar a minha trajetória nesse processo, me restringindo à terceira do plural para salientar os processos coletivos dos quais fiz parte, tendo em vista a inter-relação entre ambos.

1- CAMINHOS QUE SE CRUZAM: *A minha trajetória pessoal e a possibilidade de ser sujeito de minha própria pesquisa.*

"E nossa história não estará pelo avesso
Assim, sem final feliz.
Teremos coisas bonitas para contar.
E até lá, vamos viver
Temos muito ainda por fazer.
Apenas começamos.
O mundo começa agora
Apenas começamos"

(**Renato Russo**)

Para escrever este capítulo privilegiei, na minha trajetória de vida, os fatos e situações que me levaram, ou que me propiciaram, a sensibilização na perspectiva de ser um sujeito político.

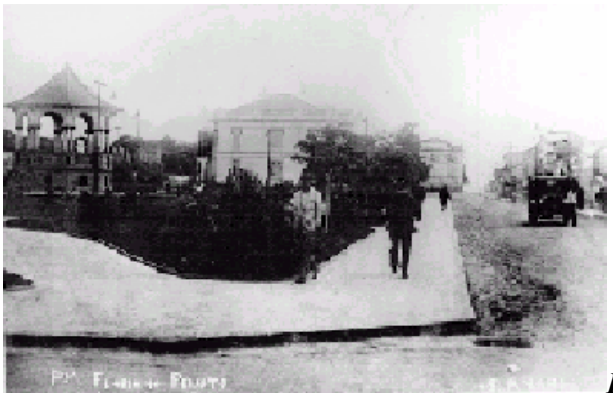
Sou a terceira dos quatro filhos de Américo Gerassi, filho de imigrantes italianos, caminhoneiro e carvoeiro e Leila Bechara Gerassi, filha de imigrantes árabes, professora primária e violinista.

1.1 Primeiras influências

Minha mãe: aquela que me ensinou o amor e a importância dos livros, as "verdadeiras jóias", que se tornaram meus companheiros inseparáveis. Foi ela também quem me mostrou que frente às injustiças deve haver a indignação. Sempre foi uma guerreira, que constantemente me dizia da importância dos meus estudos. Sei que aprendi, mais do que com suas palavras, por meio de suas ações.

Meu avô materno: imigrante árabe, de uma sabedoria tão vasta quanto a antiguidade de seu povo. Creio que foi com ele que obtive a maior lição de respeito e humildade pensada com relação ao outro. Ao vir para o Brasil, deixou de falar sua língua natal, pois como ele mesmo dizia "era o respeito devido ao país que o acolhera e onde criava seus filhos".

Ele tornou-se, como todo bom imigrante árabe, um próspero comerciante, que se estabeleceu na região central de Santo Amaro no início do século passado (década de vinte). Passou a fazer parte da tradicional família santamarense, verdadeiro "Botina Amarela" (nome dado aos moradores de Santo Amaro quando o bairro ainda era uma cidade do interior).



Praça Floriano Peixoto (1936).

Largo 13 de Maio (1935).

Minhas ancoragens locais: nasci e cresci na região central de Santo Amaro, o local onde hoje trabalho é o mesmo onde passei minha infância, o mesmo onde brinquei, namorei, casei, enfim, é o local de todas as minhas recordações. Ao andar pelas ruas sei da história de cada uma, de cada monumento, de cada escola e de cada praça. Reconheço, como boa família santamarense, os familiares dos antigos moradores, principalmente por seus sobrenomes tradicionais.

Cresci vendo e vivendo a alucinante transformação e degradação da região, sempre com o incômodo e a indignação de parecer nada poder fazer. Mas no fundo o desejo de um dia poder interferir nessa situação, nem que fosse só um pouquinho, sempre me acompanhou.

Tenho a certeza de que nos construímos no "local", é ele que nos permite termos nome, rosto e endereço, enfim, é nele que podemos estabelecer nossas ancoragens afetivas.

Segundo Dirce Koga (2003), "(...) a territorialidade se faz pelos significados e resignificados que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território".

Foi em Santo Amaro que pude fazer essas construções e foi aí também o principal palco onde pude exercitar o meu ser sujeito político e assim ajudar a transformar um pouco sua paisagem.

1-2 Minha formação estudantil

Sempre estudei em escolas públicas da região onde buscava apreender o máximo possível, me envolvendo muito com todas as ações relacionadas ao aprendizado escolar.

O meu interesse pelos livros me acompanhava de perto, era freqüentadora assídua das bibliotecas locais (biblioteca infantil "Benedito Bastos Barreto" e biblioteca infanto-juvenil "Presidente Kennedy").

Nesse período costumava participar de concursos de redação escolar e muitas vezes fui agraciada com os primeiros lugares, para alegria e orgulho de minha mãe.

Ao chegar ao período dos vestibulares, me vi frente à necessidade de matricular-me em um curso pré-vestibular. Devido à falta de condições financeiras, não pude chegar ao final do curso, tendo que concluí-lo sozinha, em casa.

Mas o desejo de cursar uma Universidade me fez vencer todos os obstáculos e consegui, no ano de 1981, ingressar na Universidade de São Paulo no curso de Terapia Ocupacional.

Situando esse período em um contexto sócio-histórico, é importante salientar que eu entrei na Universidade em um momento onde tínhamos um modelo neoliberal

recém-chegado e, portanto, longe de sua falência. Havia um desejo de retomar tudo aquilo que fora perdido nos anos da ditadura, era o momento do "tudo pode", da euforia.

Falava-se em inclusão, tínhamos a antipsiquiatria de Franco Basaglia, que na Itália buscava criar um novo modelo para o atendimento de pacientes psiquiátricos. No Brasil, iniciava-se a luta anti-manicomial, que repercutia no cotidiano de meu ambiente escolar.

Eram as tentativas de romper com os modelos pré-estabelecidos, convivendo com os indivíduos e suas impossibilidades, era o momento de quebra de paradigmas.

Esse contexto era o mesmo tanto nas Universidades como nos Movimentos Sociais, que permitia, ou que exigia novas posições e atitudes frente à realidade que se apresentava.

Nesse sentido minha formação trouxe a marca de duas insígnias: a da prática, talvez uma prática ainda com pouca criticidade, voltada para o fazer (marca da Terapia Ocupacional) e a da militância. Essa militância era fruto de um movimento que fervilhava em todo o país e que trouxe rebatimentos na Universidade e em mim mesma.

Passei, nesse período, a aprender não só as técnicas e saberes específicos da terapia ocupacional, mas, também, a reivindicar, a organizar greves e articulações entre os alunos.

Revendo esse momento, mais de vinte anos depois, percebo sua importância e seus reflexos em minhas ações e posicionamentos atuais e futuros. É interessante, porque até então eu achava que havia estado fora daquele período histórico tão significativo e que a Universidade não havia cumprido seu papel de formação de sujeitos mais comprometidos e engajados nas questões realmente cruciais de nosso país.

Acredito que algumas situações em nossa trajetória existencial só podem ser completamente decodificadas em momentos posteriores, quando, podemos olhar para esses mesmos fatos e, a partir de uma leitura crítica dos mesmos, encaixá-los em um processo sócio-histórico.

1.3 – Minha trajetória profissional

Meu primeiro trabalho profissional mais significativo foi na Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, em 1986. Montei o serviço de Terapia Ocupacional para

doentes renais crônicos, tendo que provar para a equipe médica a importância daquele trabalho. Foi um período muito rico onde diariamente eu estava voltada para a necessidade de dar algum sentido para a vida daqueles indivíduos que se encontravam em um processo de doença terminal, além de ter a intencionalidade da visibilidade, tão fundamental para o serviço naquele momento.

Ao sair daquela experiência profissional senti que na minha relação com a instituição faltava algo, não conseguia determinar o que pudesse ser, mas sabia que o trabalho não havia prosseguido justamente por essa falta. Hoje sei que me faltou uma leitura política daquela instituição, o que necessariamente me levaria a um posicionamento político também.

Dentro desta perspectiva de fatos marcantes na minha formação de sujeito político, devo citar o meu ingresso na Prefeitura de São Paulo. Ingressei em 1989, na Secretaria Municipal da Saúde, no concurso realizado pela administração da então prefeita Luísa Erundina.

Naquela época fui trabalhar em uma Unidade Básica de Saúde – UBS Capão Redondo, localizada no bairro de Capão Redondo, zona sul da cidade. Creio que iniciei esta trajetória como tantos outros colegas que ingressaram no serviço público naquele momento, cheia de sonhos e desejos de transformar as realidades.

Com certeza vínhamos no rastro de mais um momento histórico significativo, a Constituição Federal de 1988. Vivíamos a possibilidade de uma maior e mais próxima participação comunitária, a universalidade do atendimento e ainda, com relação à Saúde Mental (minha área de atuação na UBS), entrávamos em um momento crucial, de quebra de paradigmas, ou seja, a desospitalização, ou melhor, a luta antimanicomial.

Nesse sentido, a gestão Luisa Erundina fomentou junto aos funcionários, a participação em espaços públicos democráticos, o que sem dúvida, contribuiu para o acréscimo de uma identidade mais politizada em alguns de nós.

Todos esses fatos me levaram a estar muito próxima da população atendida. Ao me deparar com suas mazelas, seu não acesso aos direitos básicos, suas recorrentes "faltas", acabei por me identificar com ela e a partir daquele momento estávamos "irremediavelmente ligados".

Essa ligação gerou a indignação, o desejo da transformação, de ser capaz de provocar a mudança, que refletia ainda em ações voltadas *somente* para o atendimento

direto. Naquele momento, ainda não tinha o conhecimento e a dimensão da força do coletivo.

De qualquer forma, pequenas mudanças aconteciam, nos pacientes e em mim mesma, e a rotina do trabalho seguia, até a chegada do "tsuname PAS"[1] , em 1996, na administração do então prefeito Paulo Maluf e posteriormente, de seu sucessor Celso Pitta.

Nós, funcionários da saúde, fomos compulsoriamente afastados de nossos locais de trabalho. De um momento para o outro acontecia o "aborto" dos sonhos e dos desejos, o sentimento de ser descartada, desvalorizada, algo como uma "folha de rascunho", que nos dizeres de uma colega, "poderia ser amassada e jogada no lixo".

1.4 – A minha trajetória com crianças e adolescentes

Devido ao PAS, fui transferida, em julho de 1996, para o Centro Educacional e Esportivo "Joerg Bruder", em Santo Amaro, equipamento ligado a Secretaria Municipal de Esportes.

Lá pretendia iniciar o meu "luto", era a vontade momentânea do "nada fazer", de fechar os olhos para o que estava acontecendo ao meu redor. Felizmente a minha trajetória de ser um sujeito político, já havia dado passos demais e me impediu de assumir tal atitude, era impossível retroceder.

No Centro Educacional e Esportivo abri os olhos novamente, olhei para os lados e vi a "capoeira", era o renascimento, o perceber que algo ainda existia para ser feito, ou que, pessoas ainda faziam coisas, apesar de tudo!

A capoeira com seus movimentos de esquiva e de defesa, que trás a resistência e a luta em suas bases fundantes, seduziu-me, produzindo uma identificação perfeita e quase que imediata, nas palavras do mestre "Tigrão", tivemos "ligança".

A identificação ocorreu, não só com a capoeira em si, mas também, com a população que freqüentava as aulas – eram, prioritariamente, crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, incluindo aí uma parcela significativa em situação de rua.

[1] PAS – Plano de Assistência à Saúde, programa implantado pelo então Prefeito Paulo Salim Maluf. Em sua estrutura funcional o PAS contava com trabalhadores cooperados, excluindo de seus quadros os servidores públicos.

A descoberta que eu já não tinha mais pacientes com “transtornos mentais” para atender, mas sim, crianças e adolescentes com “transtornos sociais”, abriu um novo e definitivo rumo em minha trajetória profissional.

Como Fênix, pude ressurgir das cinzas, de uma forma mais consciente, tendo acrescentado elementos vitais para a construção de minha identidade profissional.

Esse renascimento só foi possível porque um novo desafio estava posto à minha frente, fazendo renascer o desejo de transformação, de indignação.

A identificação com aquelas crianças e jovens foi inevitável, éramos todos “excluídos sociais” e nos dizeres de Marilena Chauí “invisíveis e invalidados socialmente”.

Essa experiência profissional me abriu as portas, em 2002, para trabalhar em um projeto de Liberdade Assistida Comunitária junto à Associação Cultural Corrente Libertadora, como técnica, responsável pelo atendimento direto de 20 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de liberdade assistida, bem como seus familiares.

Os desafios sempre me estimularam, me instigaram e este, era mais um que surgia em meu caminho.

Uma experiência totalmente nova, talvez a primeira terapeuta ocupacional na cidade de São Paulo a fazer este tipo de trabalho.

Mais uma vez estavam diante de mim sujeitos invisíveis, invalidados, marcados pelo peso das impossibilidades.

Descobri, rapidamente, que muito havia para ser feito, mas o meu desejo novamente de poder transformar, de realmente fazer algum significado na vida daqueles jovens e de seus familiares se deparou com as impossibilidades dadas pela burocracia, pela falta de recursos, com a necessidade de relatórios técnicos que determinavam o que eu deveria dizer sobre aqueles adolescentes, com a força do tráfico, enfim com todo um cenário social que infelizmente “não conspirava a nosso favor”.

Essas experiências me levaram a uma necessidade, quase “visceral” de buscar outras respostas, de afirmar a mim mesma que as impossibilidades não eram e não poderiam ser paralisantes. Fizeram-me descortinar um outro mundo, abrir outras

janelas, outros olhares, muito mais amplos. Enfim, me deixaram como única alternativa a certeza de outras possibilidades.

Nessa caminhada busquei, primeiramente, o aprendizado técnico-teórico, as parcerias, vivendo o "princípio da incompletude institucional".[2]

Esta vivência se traduziu, para mim, na organização e participação de uma articulação local denominada "redinha". Esta articulação teve início em meados de 1997, objetivando a discussão e a definição em conjunto de ações, condutas e encaminhamentos referentes às crianças e adolescentes em situação de rua que circulavam pela região do Largo 13 de Maio.

Esta experiência me trouxe, além de uma maior capacitação técnica, a consciência da necessidade de se iniciar um processo mais abrangente com relação à integração e à troca de experiências entre os serviços da região.

Percebia que ainda existiam faltas, que só poderiam ser preenchidas com o aprendizado político, mais especificamente com a criação de uma articulação mais ampla, o Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro.

1.5 – A trajetória no Fórum DCA Santo Amaro.

Essa foi com certeza a experiência que me permitiu a tomada de consciência do ser sujeito político, sua importância e seu significado e a dimensão da força das ações coletivas.

Este processo, que teve início com as ações da "redinha", ao mesmo tempo em que trazia transformações para a realidade local, estava, em uma relação dialética, também produzindo mudanças significativas em mim mesma.

Ao longo desses 5 anos, como membro da comissão executiva do Fórum, pude aprender os caminhos e processos de organização de espaços coletivos, pude vivenciar a importância dos enfrentamentos junto ao poder público e de como esses enfrentamentos, desde que realmente organizados, podem produzir resultados positivos.

[2] Conforme Myrian Veras Baptista, em texto subsídio de debate em 2004, a incompletude institucional deve ser entendida pela negação da completude, que significa partir da premissa de que a instituição é incompleta e só pode se tornar suficiente mediante a integração, troca e interação parceira com outras organizações.

Adquiri a competência de saber me colocar, de poder expressar e defender as minhas idéias, de trabalhar no coletivo, de redigir atas de reuniões e cartas reivindicatórias. Enfim, aprendi como, na prática, posso fazer a mudança, e passei a acreditar que ela é realmente possível quando nos constituímos como um sujeito político coletivo.

Obviamente, quando assumimos uma posição política que nos permite questionar com maior clareza determinadas questões, quando partimos para um enfrentamento mais declarado, estamos sujeitos a uma atribuição de identidade que nem sempre nos é favorável. Creio que tanto para mim, como para os demais membros da comissão executiva, esse foi um ônus a ser carregado.

Com certeza, o espaço do Fórum foi aquele que me permitiu também, estabelecer relações entre iguais ou, entre aqueles que comungavam das mesmas idéias e isso era reconfortante em um momento de tantas perdas e da tanto isolamento, provocado pelo PAS.

Para mim essa experiência permitiu que eu me contemplasse duplamente, pelo meu desejo histórico de mudanças e de transformações, exatamente no local onde guardo minha ancoragem afetiva – a região do Largo 13 de Maio.

Concluindo, a atuação no Fórum, ao me trazer um saber e uma prática mais conseqüentes, me permitiu chegar à consciência da dimensão política de meus atos profissionais, fato resultante de minhas ações e reflexões, tanto individuais como coletivas, engendradas em um processo histórico, social, político e técnico.

Com essa consciência, pude reconstituir meu cotidiano institucional, e até mesmo meu cotidiano pessoal, atribuindo-lhes novos significados, sendo finalmente capaz de "reencantá-los".

Pude, finalmente, passar por um processo de resignificação, onde partes importantes do meu "todo" puderam avançar para novos patamares, que resultaram em novos rumos e novas prioridades para minha vida.

Dentre essas prioridades surgiu o desejo da competência teórica, como alternativa para poder continuar esse processo de autoconstrução.

1.6 – A caminhada teórica

Ingressar na Universidade novamente era um desejo acalentado há muito tempo, mas sempre postergado para o futuro.

A vontade de continuar esse processo tão rico de autoconstrução iniciado com o Fórum, juntamente com o incentivo dos novos amigos, me impulsionaram a buscar o aprendizado teórico.

Sabia que essa construção só poderia ocorrer de forma satisfatória dentro do campo da área social, que passou a ser a minha grande área de interesse.

Infelizmente, até então, não existia curso ao nível de mestrado ou doutorado em Terapia Ocupacional, o que me fez buscar o Serviço Social como uma opção possível.

A escolha pela PUC veio da influência de grandes amigos, que me sugeriram participar dos encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Criança e Adolescente coordenado pela professora Myrian Veras Baptista.

A princípio cheguei meio assustada, tentando me acostumar com a volta para o espaço da Universidade. Era uma novidade que me trazia um certo receio ao imaginar a dimensão da tarefa que poderia advir desta nova empreitada.

Felizmente, ao sair da primeira reunião do núcleo, sabia que havia chegado ao lugar desejado, estava entre iguais, compartilhando novamente os mesmos interesses, falando "a mesma língua".

A partir daí, resolvi me "presentificar", voltar a fazer aquilo que sempre foi uma de minhas grandes paixões, o estudo, que acabou sendo deixado de lado quando priorizei outros caminhos em minha vida.

Voltar às leituras, me apropriar dos fundamentos do Serviço Social como forma de me preparar para o processo de seleção, redigir o meu pré-projeto pareciam tarefas impossíveis, mas, como em minha trajetória, as impossibilidades sempre se tornaram as minhas grandes aliadas, resolvi aceitar o desafio e seguir em frente.

A entrada na Academia permitiu que eu me validasse, não para os outros, mas para mim mesma, eu finalmente podia estar onde há muito tempo desejava.

A cada aula eu descortinava novos mundos, já não eram somente janelas que se abriam, eram portas inteiras e eu me encantava com cada uma delas.

Ao poder relacionar minha prática profissional com tantos pressupostos teóricos, ao poder jogar novas luzes sobre as ações realizadas no Fórum, ao buscar rever os fatos com um novo e mais qualificado olhar, me percebo mais uma vez resignificada.

É a consciência, cada vez mais plena, da minha trajetória enquanto um sujeito político, é a busca cada vez maior por essa qualificação.

É dentro desta trajetória, que vou me constituindo, cada vez mais, como um "sujeito do mundo", capaz de transcender os particularismos e trabalhar na perspectiva de questões mais amplas.

1.7- Conclusões

Hoje estou na gerência de um equipamento de saúde, o Centro de Convivência e Cooperativa Santo Amaro – CECCO Sto. Amaro, da Secretaria Municipal de Saúde. Esta gerência traduz o resultado dessa minha trajetória de ser um sujeito político.

É a partir deste lugar, de um sujeito político, que olho para o meu trabalho e consigo também resignificá-lo; consigo pensar em um projeto ético e político para este serviço que possa realmente fazer algum sentido, ou ter alguma função, para a comunidade de seu entorno e, também, para os técnicos que nele trabalham.

É essa possibilidade de "reincantar o meu cotidiano" que me trás a certeza da mutabilidade, de que as mudanças são sempre possíveis, são elas enfim, que me permitem ter esperança e desejo de sempre continuar. Acreditar na mudança é acreditar que sempre existe algo mais para ser feito.

São essas certezas que pude vivenciar ao longo de minha vida e que me permitiram chegar até aqui.

Relatar essa história me possibilitou refletir sobre aquilo que sou e o que ainda posso ser ou fazer. Nesse limite, pude confirmar o que Gramsci tão bem nos diz desse processo, que nos permite perceber que "*somos criadores de nós mesmos, da nossa vida e de nossos destinos"*.

2 - "ENTENDENDO A HISTÓRIA": *A intencionalidade de preservação da experiência vivida.*

> "*O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda e se oculta".*
> **(José de Souza Martins, 2000, p. 13).**

Esta dissertação visa relatar o processo de construção, numa perspectiva sócio-histórica, de uma experiência de articulação técnico-político-social, voltada para a defesa de direitos de crianças e adolescentes na região de Santo Amaro, bairro da zona Sul da cidade de São Paulo e de como este processo permitiu, em seu bojo, *a expansão da consciência política* e a *formação de sujeitos políticos que puderam constituir-se, posteriormente, em um sujeito político coletivo.*

Para esta análise elegi o período que compreende os anos de 1997 a 2003, que datam da origem do movimento até a efetivação do projeto CEDECA Sto. Amaro[3].

Iniciando-se como um espaço de discussão técnica denominado "**redinha"**[4] , constituiu-se posteriormente no Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro – Fórum D.C.A – Sto. Amaro, um lócus privilegiado de organização sócio – política local, em torno da temática de crianças e adolescentes em situação de risco, desenvolvendo ações com a premissa de que "a adoção firme de políticas sociais especificamente voltadas para a desigualdade gera estímulos fantásticos nos vários níveis da sociedade"(NOGUEIRA, 1999).

> "Assim, a emergência posta na realidade apontou a necessidade de uma ação cuja abrangência pudesse aglutinar serviços e instituições, fortalecida por outras forças locais, constituindo-se num espaço democrático ao qual também pudesse se somar a sociedade civil não

[3] Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Amaro, projeto financiado pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social conveniado junto a Associação Cultural Corrente Libertadora.
[4] Era composta por 3 serviços da região: Projeto CASA DA PRAÇA, CASA ABERTA e Centro Educacional e Esportivo"JOERG BRUDER",instituições públicas e ONGs, que respondiam, à época, a demandas da área da infância e juventude na região de Santo Amaro.

> organizada, cuja luta se daria não apenas em torno do atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, mas também para garantir a efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes da região, conforme preconizava o ECA" (DINIZ et all, 2004).

Esta experiência contribuiu para que uma parcela significativa dos participantes deste processo pudesse se tornar mais sensibilizada e comprometida com o real interesse dessa população, apropriando-se da necessidade de dimensionamento político e organizacional para o enfrentamento das questões sociais inerentes à infância e à juventude.

Essa trajetória permitiu também que o grupo adquirisse força e consciência de sua capacidade e poder coletivos, constituindo-se, enfim, em um **Sujeito Político Coletivo – o Fórum DCA Sto. Amaro**.

Retomar a história daquele cotidiano vivido é a possibilidade de poder se debruçar sobre uma rica experiência que se refletiu também em um saber fazer crítico profissional, em uma prática social mais conseqüente, agregada de novos valores.

Ao escrever sobre a trajetória do Fórum DCA. Sto. Amaro fui movida primeiramente pelo *sentimento*. Segundo Maria Lúcia Martinelli, são os sentimentos e a experiência do pesquisador que permitem o surgimento dos temas de pesquisa, funcionando como motores necessários para alavancar o desejo da construção.

Sentimento de escrever sobre a experiência vivida, na intenção de que a mesma, não seja guardada somente na mente daqueles que a viveram.

Possibilidade de escrever sobre o nosso "cotidiano", entendido aqui como "o espaço privilegiado da intervenção profissional, o "mundo da vida", o todo dia do trabalho".(BAPTISTA, 2001, p.111).

Entender esse cotidiano em toda sua infinita pequena grandeza, realizado pelo "homem simples", real construtor da história.

> "Nessa adversidade, a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero

> humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo...” (MARTINS, 2000, p.11).

Foi por trás da aparente “pequenez” desse cotidiano que pudemos desvelar um mundo pleno de significados, que pudemos atribuir outras cores, outra poesia, outro olhar a essa mesma realidade.

Uma realidade vista agora por inteiro e que, portanto, necessitava de respostas muito mais amplas, pois: “A realidade percebida parcialmente leva as ações de enfrentamento a serem definidas de acordo com o imediato e, assim, a se encerrarem em si mesmas” (SOUZA, 2004, p.84).

Essa construção só foi possível a partir da experiência vivida e compartilhada por esse grupo de “trabalhadores sociais” [5], que inicialmente compunham a “redinha” e que, posteriormente, formaram **a Comissão Executiva do Fórum DCA. Sto. Amaro**.

A capacidade de olhar a realidade atribuindo significados às experiências do cotidiano é uma característica do sujeito:

> “(...), pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência”.(MARTINELLI, 2004, p.1)

As ações que foram produzidas, que foram geradas no Fórum, podem ser consideradas, segundo Elenaldo Teixeira (2001), como ações “identificantes”, pois produziram símbolos que serviram para os membros do próprio Fórum se reconhecerem como tais e comunicarem sua solidariedade.

O Fórum nesse sentido foi o espaço público onde os atores puderam aparecer, fazer-se presentes para serem “vistos e ouvidos” por todos.

Essa dimensão simbólica também foi significativa para estabelecer a identidade do próprio fórum, onde as suas especificidades se tornaram visíveis e reconhecidas pelo poder local.

[5] Entendidos aqui, segundo OFFE, como aqueles que trabalham em profissões de serviços humanos e/ou no setor público e ainda, segundo MARTINELLI, são trabalhadores que por atuarem na área humana social devem nortear suas ações em um contexto que se situa entre o direito e a proteção social.

Assim, conhecer os sujeitos da comissão executiva, sua trajetória de vida e suas experiências sociais que ficaram plasmadas e que, posteriormente, puderam servir de aporte para sua atuação política, entender que significado atribuem às mesmas, é conhecer também a história do próprio Fórum.

É trabalhar na perspectiva da singularidade do sujeito, das peculiaridades das experiências dos membros da Comissão Executiva, é poder descortinar uma das estruturas que compõem a totalidade desse movimento.

Deste modo, o *meu tema de pesquisa foi o processo de formação do sujeito político, entre os membros da comissão executiva do Fórum DCA Sto. Amaro e sua relação com a construção de uma identidade que também se construiu na parceria.*

É pensar em um mosaico onde cada peça adquire seu sentido na completude, na totalidade. Sendo assim, mesmo um sujeito político individual, tende a se ligar a seus pares para conduzir sua vida e desenvolver seus projetos conjuntamente, agregando-se em termos da construção de um *Sujeito Político Coletivo.*

Portanto sua identidade será construída não só na sua dimensão individual, mas também na sua dimensão coletiva. Será uma construção compartilhada entre o sujeito político singular e o coletivo, ocorrendo concomitantemente, como uma unidade na totalidade.

Nesse sentido caberiam aqui alguns questionamentos. Estas identidades convergiriam na linha da busca da liberdade, dos sujeitos individuais e coletivos que encontram seu próprio caminho e podem finalmente desenvolver a sua capacidade de condução da vida?

São estes indivíduos, alçados à condição de sujeitos políticos que permitiriam, ou que teriam realmente condições para que, no coletivo, enquanto um sujeito político coletivo, pudessem ter melhores chances de superar determinadas barreiras?

Que papel o Fórum DCA Santo Amaro, enquanto meu universo de pesquisa, e entendido aqui como um sujeito político coletivo, realmente desempenharia nesse processo?

Estas indagações são as que me acompanharam por todo o desenrolar da pesquisa e o resultado desta dissertação é a reflexão sobre as mesmas.

3- "SITUANDO O LEITOR": *Entre territórios vividos, desejados e transformados.*

> *"Partir dos próprios espaços concretos de vivência pode significar também, uma imersão na história do lugar onde se vive e dos seus sujeitos construtores".*
>
> ***(KOGA, 2003).***

3.1 – Caracterizando um Território

Introduzo este capítulo refletindo acerca da noção de território, a partir das idéias de Dirce Koga.

A autora, reafirmando as concepções de Milton Santos, afirma que o território em si não é um conceito, mas que deve ser considerado a partir de seu uso, em um processo indivisível com os atores que dele se utilizam.

> "(...) Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica das populações no território" (KOGA, 2003, p.35).

Esta intrínseca relação entre sujeitos e território é que irá possibilitar, segundo a autora, uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelos moradores daquele lugar.

Para ela o território é o lugar onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e de solidariedade, como também as relações de poder. Sendo assim ele representaria o "chão do exercício da cidadania", pois cidadania significa viver ativamente no território.

Este território estaria sendo pensado enquanto espaço usado, onde podem se manifestar, cotidianamente, a vida e suas contradições.

Espaço apropriado pelos homens, onde os mesmos têm a possibilidade de intervenção, criando e recriando novos significados nessa cotidianidade.

> "Neste sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território" (KOGA, 2003, p.38).

Ao se criarem novas significações e resignificações, extrapolam-se os aspectos puramente objetivos da realidade vivida pelas populações, alcançando-se uma dimensão subjetiva, que segundo Koga, aparece de forma também concreta através dos sofrimentos, dos desejos e das expectativas dessa mesma população.

Finalmente para a autora esse é o espaço, o canal possível, por onde poderá vir a ocorrer a transformação.

> "O território não representa somente o lugar das condições dadas de vida, mas o chão também da perspectiva de transformação, pois a partir do território podem se fundar novos canais de participação da sociedade" (KOGA, 2003, p.262).

É sobre o palco de um território pensado e vivido dentro desta ótica que trago a trajetória do Fórum DCA Santo Amaro e de seus atores.

3.2 – Caracterizando o nosso território

Santo Amaro[6], bairro da zona Sul da cidade de São Paulo, pode ser considerado uma micro metrópole, pois contém todas as situações urbanas características das grandes metrópoles, incluindo uma alta densidade populacional.

Segundo dados da Fundação SEADE (2004), a sua densidade demográfica é de 5.633,4 hab/km², com uma população de 212.794 habitantes, distribuídos em 37,5 km². Desse total do índice populacional, aproximadamente 45.000 estão na faixa etária entre 10 e 24 anos, 98.232 são adultos do sexo masculino e 114.562 são do sexo feminino. Os idosos somam 32.000 deste contingente populacional.

[6] **A**té 1935 Sto. Amaro era um município; a partir dessa data foi anexado à cidade de São Paulo, tornando-se um bairro da zona Sul**,** com extensa área geográfica (seus limites chegavam até Parelheiros e Campo Limpo). Atualmente a Subprefeitura de Sto. Amaro, implantada em 01/08/02 através da Lei Municipal n° 13399, compreende os distritos de Campo Belo, Campo Grande e a área central de Sto. Amaro, região do Largo 13 de maio.

A região possui 69.067 domicílios sendo que 90% destes possuem rede de água, esgoto e coleta de lixo. Possui ainda 43 favelas onde vivem 6.985 pessoas.

O comércio de Santo Amaro possui, em números absolutos, 11.331 unidades, o que representa 4,43% do total da cidade, com 37.000 empregos diretos. (Fonte: Fundação SEADE/2001).

A indústria soma 2.393 unidades o que representa 4,08% do total da cidade, com quase 55 mil empregos diretos, índice correspondente a 10% do total de empregos da cidade. (Fonte: Fundação SEADE/ 2001).

Quando retratamos a região de Santo Amaro e de Cidade Ademar[7] com relação ao público jovem (faixa etária de 10 a 24 anos), temos que estas regiões apresentam o 2º. maior índice populacional da cidade nesta faixa etária.(147.281 habitantes).[Fonte: FUNDAÇÃO SEADE /2005].

Esta região possui uma concentração de OGs e ONGs voltadas para o atendimento do público jovem, principalmente aquele em situação de vulnerabilidades. Para citar alguns destes serviços temos:

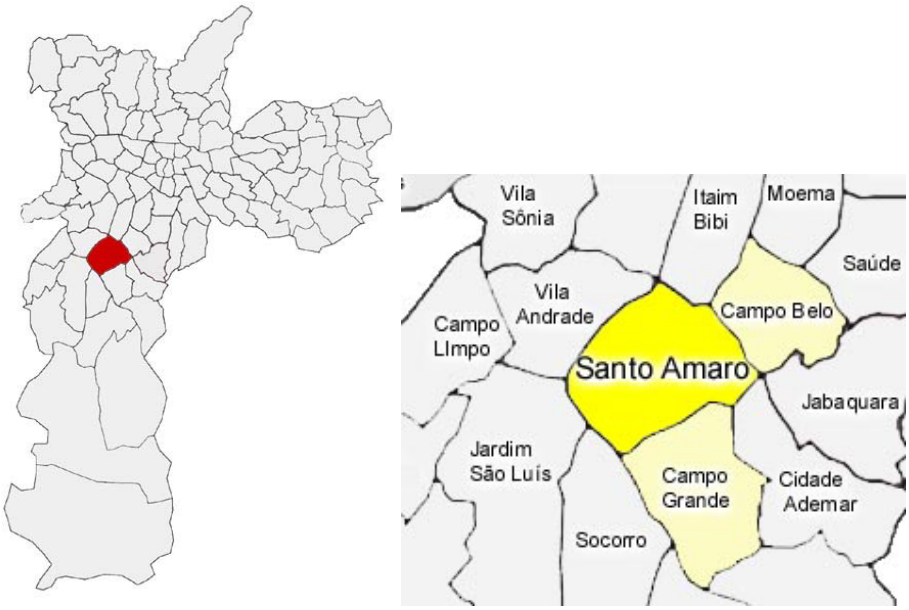
- *Centro da Atenção Psicossocial-CAPS da Juventude, CAPS Infantil, Centro de Convivência e Cooperativa -CECCO Sto. Amaro, 5 unidades básicas de saúde (sendo que uma delas conta com médico hebiatra), Centro de testagem e aconselhamento – CTA (que mantém um programa de prevenção às DST/aids voltado aos adolescentes e jovens, denominado "Plantão Jovem"), equipamentos ligados à Secretaria Municipal de Saúde.*
- *Vara da Infância e Juventude*
- *Conselho Tutelar*
- *Centro de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes - CEDECA Sto. Amaro,*
- *Centro de Referência da Criança e Adolescente – CRECA Santo Amaro.*[8]

[7] Citamos aqui os dados conjuntos da região de Santo Amaro e Cidade Ademar, uma vez que o Fórum atuava e possuía representantes dessas 2 macro-regiões e além disso, a divisão administrativa de Saúde também trabalhava (e ainda trabalha) com a abrangência destas 2 áreas.

[8]Este projeto hoje, dentro das novas diretrizes municipais da Secretaria de Assistência, surge em substituição ao Projeto "Acolhimento Cidadão".

- *2 Casas de Cultura, 2 bibliotecas biblioteca infantil "Benedito Bastos Barreto" e biblioteca infanto-juvenil "Presidente Kennedy")*
- *2 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e 3 Escolas Estaduais, sendo 2 de Ensino Médio.*

DISTRITO ADMINISTRATIVO DE SANTO AMARO



3.3 – Um pouco da História

No início, século XVI, esta região era ocupada por uma aldeia de índios Guaianases, chefiada pelo cacique Cayubi. A chegada dos portugueses a São Paulo deu início ao processo de miscigenação na região: em 1560 a índia Terebê, considerada a avó de Santo Amaro, casou com um português. Os portugueses também foram responsáveis pela denominação de Santo Amaro, quando, naquele mesmo ano, o casal João Paes e Suzana Rodrigues, que morava numa chácara, doou uma imagem do santo ao povoado, esta foi instalada numa capela no ponto mais alto da região, conhecido como Largo da Bola, posteriormente Largo 13 de Maio, onde efetivamente começou o vilarejo.

Igreja Matriz de Santo Amaro e seu Entorno –2005

Séculos depois, em 1832, a localidade foi elevada à condição de município, com a criação da Câmara Municipal de Santo Amaro (atual Paço Cultural "Júlio Guerra"), permanecendo como cidade até 1935, quando finalmente foi anexada ao município de São Paulo.

Santo Amaro foi, do século XVI ao início do século passado, importante centro regional, tornando-se o "celeiro de São Paulo", por conta do comércio de produtos oriundos de suas fazendas e chácaras. Já com o surto industrial de pós–guerra e a implantação de indústrias, Santo Amaro consolida-se como um dos grandes pólos de emprego industrial na metrópole.

Com o novo contexto político-social desenhado a partir de uma economia neoliberal, mudanças profundas se impuseram no processo de urbanização e metropolização em curso no Brasil, sobretudo em São Paulo, com conseqüências diretas na organização espacial da região de Santo Amaro. Ocorreram mudanças nos padrões de crescimento da região, com conseqüente deterioração da mesma, disseminação da pobreza pela desigualdade crescente da renda, aumentando o número de ocupações irregulares e de favelas na região.

O crescimento populacional de Santo Amaro ocorreu principalmente em áreas carentes de infra-estrutura, de transporte coletivo, o que tornou a vida da população de baixa renda extremamente precária, contribuindo para os altos índices de violência social.

Essa situação de carência nas regiões periféricas, com falta de alternativas e possibilidades, fez com que o centro de Santo Amaro, região compreendida pelo Largo 13 de Maio e adjacências, se tornasse extremamente atrativo para crianças e jovens.

É um local onde a paisagem está em constante mutação, sendo lugar de passagem para milhares de pessoas (8 mil pessoas/dia, segundo dados da 11ª DP de Santo Amaro).

Como todos os espaços que abrigam multidões, o Largo 13 de Maio é um local de convivência e anonimato.

Essa região possui terminais de trem, ônibus e metrô, intenso comércio formal e informal, além de um grande número de serviços públicos, o que favorece e permite a circulação de crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, o trabalho infantil, a mendicância, a exploração sexual e atos infracionais.

Região Central do Largo 13 de Maio (2005)

Comércio Ambulante na Região Central de Santo Amaro (2005)

Somados a estas questões estão os índices alarmantes de violência que fazem parte da fotografia da região Sul e que se refletem também em Santo Amaro, em especial em sua área central**.**

A Delegacia de Polícia da região, 11ª DP, registra o maior número de boletins de ocorrência da cidade de São Paulo (17 mil boletins em 2003, enquanto todas as outras delegacias da cidade lavraram 12 mil boletins no mesmo período).

Um outro dado que subsidia a análise da violência na região Sul é a taxa de mortalidade entre jovens e adolescentes, que atinge níveis altíssimos nos diversos bairros que compõem a região, o que vem corroborar pesquisas da UNESCO que já apontavam, desde 2000, o Brasil como o terceiro país do mundo em mortalidade na faixa etária da juventude.

Comparando-se a região Sul com outras da cidade, com relação à mortalidade por causas externas e Índice Saúde, verifica-se que essa região situa-se nas faixas de pior classificação (PRO-AIM/Secretaria Municipal da Saúde/PMSP).

Considerando–se que São Paulo possui atualmente mais de dois milhões de adolescentes, Santo Amaro tem sua população formada por 25% de jovens na faixa etária de 10 a 24 anos**,** e uma parcela significativa destes se encontra em eminente situação de vulnerabilidade social. São jovens expostos à desestruturação econômica; aos conflitos familiares (que muitas vezes atinge níveis de maus tratos e abusos sexuais); a baixos índices de alfabetização, a moradia em locais que não oferecem quaisquer atrativos ou possibilidades.

Esses jovens estão sujeitos à desesperança e à falta de sonhos, tornando-se portadores, enquanto categoria, dos dilemas da contemporaneidade, depositários dos nossos medos e angústias, encarnação das nossas impossibilidades.

Pude me deparar com uma parcela dessas crianças e jovens ao iniciar meu trabalho, como terapeuta ocupacional, no Centro Educacional e Esportivo "Joerg Bruder", da Secretaria Municipal de Esportes, da prefeitura de São Paulo, localizado ao lado do terminal de ônibus Santo Amaro, coração pulsante do bairro, advinda da Secretaria Municipal da Saúde, à época da implantação do PAS, no ano de 1996.

Com o decorrer do trabalho constatei a situação recorrente de violação de direitos a que eram submetidas as crianças e adolescentes que viviam em situação de rua na região do Largo 13 de Maio. A essas crianças e jovens era negado o acesso aos esportes e ao lazer que era oferecido naquele centro esportivo, excetuando-se as aulas de capoeira. Muitas vezes eram impedidos de freqüentar aquele logradouro público, sendo discriminados e desrespeitados**.**

Esta constatação**,** somada às impossibilidades de atendimento adequado dentro do centro esportivo, me apontava para a necessidade de buscar respostas para além dos muros institucionais.

Assim, em meados de 1997 inicia-se uma prática dialógica entre 3 serviços da região: Projeto Casa da Praça, Casa Aberta e Centro Educacional Esportivo Joerg Bruder com o objetivo de discutir e definir em conjunto as condutas e os encaminhamentos referentes às crianças e aos adolescentes em situação de rua que circulavam pela região do Largo 13.

Esse exercício de atuação interinstitucional **,** que se constituiu numa rede local**,** foi batizado de "redinha", em alusão ao trabalho desenvolvido pelo Projeto Quixote[9], para mapeamento**,** na Cidade de São Paulo**,** da circulação de crianças e jovens em situação de rua nas diferentes instituições de atendimento. Este estudo ocorreu entre os anos de 1997 e 1998 e denominou-se "Cartografia de uma rede", dele fazendo parte trabalhadores sociais das 3 instituições que formavam a redinha.

[9] PROJETO QUIXOTE – PROJETO PROAD, Programa de atendimento a dependentes químicos, do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, destinada ao ensino, pesquisa e atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco.

A participação dos trabalhadores naquele processo trouxe-lhes, além da capacitação técnica, uma maior sensibilização quanto à necessidade de se iniciar um processo de integração e exercício de comunicação para uma troca contínua de experiências vividas com as crianças e jovens da região. Buscava-se a interdisciplinaridade, a integração, a parceria, numa conscientização do princípio da "Incompletude Institucional" (BAPTISTA,2004).

Para alcançar a otimização dos serviços e suprir as faltas de uma rede mais ampla, a redinha propôs rever o papel atribuído às instituições e aos técnicos, quanto aos encaminhamentos, fluxos, referências e contra-referências, atendimentos inter-institucionais, criando com isso alternativas aos atendimentos individuais e familiares e conseguindo respostas positivas às carências existentes tanto nas instituições como na vida das crianças e jovens que eram atendidos.

Naquele momento histórico, tínhamos uma confluência de vontades, embora ainda desagregadas, mas já compartilhávamos dos mesmos interesses, das mesmas idéias e de concepções de mundo semelhantes.

Isto só era possível porque já havíamos iniciado a busca da construção de nossas próprias identidades pessoais e profissionais por meio da elaboração crítica, frente ao nosso processo histórico individual. Neste caminho de "conhecermos a nós mesmos", nos deparávamos com situações históricas definidoras para construção de nossas visões e posicionamentos pessoais e profissionais.

A necessidade de alcançar aquelas crianças e adolescentes que não circulavam nos serviços e a percepção de que nem todas as respostas necessárias para o atendimento poderiam se dar dentro do campo das discussões técnicas fez com que nós, integrantes da redinha, percebêssemos a importância de uma articulação regional mais ampla, de caráter político mais abrangente.

Começávamos a perceber que as carências vividas individualmente em nossas instituições eram na verdade coletivas e compunham o cenário de uma disputa de interesses antagônicos entre forças políticas maiores, que se expressavam nas contradições da própria administração pública local. Municiados dessa consciência, percebemos a possibilidade de enfrentamento, a partir de ações coletivas onde pudéssemos pautar a questão social, explicitando as fraturas do sistema local, buscando aliados à nossa causa dentro da própria administração pública.

A realidade da situação vivida apontava para a necessidade de uma ação cuja abrangência pudesse aglutinar outros serviços e instituições, constituindo-se num espaço democrático ao qual também estivesse presente a sociedade civil não organizada.

Ampliava-se a luta, para além das questões do atendimento às crianças e jovens em situação de rua, buscava-se agora, garantir a efetivação dos direitos *de todas as crianças e adolescentes da região*, conforme preconizava o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei Federal n° 8069).

Naquele momento, nós, participantes da redinha, conseguimos identificar com maior clareza o espaço territorial de luta pelos direitos que representávamos, e, imbuídos da efetivação do ECA na região, vislumbramos a criação de um FÓRUM.

Esse processo representou um salto qualitativo nas discussões da redinha**,** e, a partir daquele momento, não mais existia a preocupação com o "meu caso", e sim com o segmento de crianças e adolescentes. Estava incluída, portanto, a luta política nas discussões técnicas, apontando a possibilidade de ruptura de nossas alienações, convertendo-nos em "sujeitos conscientes da história".

Assim**,** em 13 de novembro de 1998**,** ocorreu a primeira reunião do *Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro – FDCA – Sto. Amaro,* que tinha à frente de sua organização o grupo que compunha a redinha, acrescido de outros trabalhadores sociais da área da saúde e representantes de espaços institucionais públicos e de organizações da sociedade civil.

A conquista desse espaço possibilitou a aglutinação de sujeitos comprometidos com a defesa do ECA, tornando-se um foco de articulação de idéias e ações, em contraposição à situação anterior, quando forças mais progressistas estavam dispersas e o pensamento conservador fazia-se hegemônico na região.

3.4 - A Prática do Fórum DCA Sto. Amaro:

O Fórum DCA Santo Amaro nasceu na efervescência de todo o processo de redemocratização que determinou as novas posturas de participação da sociedade civil. Dessa forma, pretendia-se a criação de um espaço democrático, de discussão, de debate, de formação, de denúncia e de construção de políticas públicas na área da infância e da juventude.

Ao longo daqueles 5 anos**,** 1998 – 2003**,** o Fórum pôde se efetivar como realmente um espaço político de participação democrática, que buscou identificar as necessidades da região referentes ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, encaminhar propostas e reivindicações ao poder público e pôde se inscrever tanto como espaço para denúncia quanto para a construção de propostas de intervenção social.

Sendo concebido como um espaço aberto de participação da sociedade civil, desde o seu início contou com uma ampla diversidade de atores sociais em suas reuniões.

Havia uma participação expressiva de trabalhadores das organizações sociais e funcionários públicos dos órgãos de saúde, assistência social e educação, somados a outras representações, tais como igrejas, comerciários, militantes partidários, políticos locais, lideres comunitários entre outros.

Tinha como base de suas ações exercitar a política como prática e como projeto. Nesse sentido buscava monitorar as instituições e os serviços, denunciando situações de falta ou irregularidades na prestação dos mesmos.

Com esse objetivo e entendendo que somente com uma melhora na qualificação técnica poderíamos chegar a novos e melhores patamares no atendimento à população, o Fórum promoveu cursos de capacitação para Conselheiros Tutelares, Curso de Resolução de Conflitos Familiares, seminários sobre Educação, Pré-Conferências Regionais de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes, freqüentes debates e palestras nas reuniões ordinárias, além de discussões sistemáticas sobre os artigos do ECA nas plenárias[10].

> "As ações políticas de monitoramento dos serviços e instituições, denunciando situações de falta ou irregularidade na prestação dos mesmos, a busca da ampliação e efetivação dos direitos e garantias estabelecidos na legislação em vigor, em especial da Constituição Federal, do ECA, da LOAS, da LDB e do SUS[11], legitimaram o espaço do Fórum em sua intencionalidade na luta para o

[10] Alguns parceiros do Fórum: Universidade de Santo Amaro – UNISA, Núcleo da Criança e do Adolescente- NCA/PUC-SP, SESC- Santo Amaro e Instituto Pró-Mulher.
[11] Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Federal nº 8.742, de 07/12/93; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96; Sistema Único de Saúde. Leis Federais 8.080, de 19/09/90 (Lei Orgânica da Saúde) e 8.142, de 28/12/90 (SUS).

> estabelecimento de outro patamar de garantias e direitos voltados a todas as crianças e adolescentes moradores ou em circulação na região"(DINIZ et all, 2004)

Em relação ao enfrentamento das questões de âmbito político, soube questionar o Poder Público e acionar o Ministério Público em ações relacionadas aos interesses das crianças e adolescentes da região, quando, por exemplo, encaminhou representações ao Ministério Público e à Secretaria do Menor questionando o fechamento de serviços de atendimento. Dessas ações resultaram a criação do projeto "Acolhimento Cidadão"[12] e a efetivação do projeto "CEDECA - Santo. Amaro".

O Fórum, direta ou indiretamente, sempre esteve presente nas discussões locais com relação às questões de crianças e adolescentes, favorecendo e permitindo o protagonismo e a aglutinação das diversas instituições da região.

> "A cobrança sistemática dos papéis e atribuições do Estado, as reações políticas à ausência de proteção social fizeram com que a região pudesse contar atualmente com uma rede privilegiada de serviços voltados a minimizar o abandono e a exclusão em que crianças e jovens, principalmente aqueles mais destituídos, permaneceram por tanto tempo" (DINIZ et all, 2004).

Dessa forma tornou-se um importante instrumento estratégico e político, exercendo seu papel de "articulador da participação popular".

Assim, no ano de 1999, a necessidade de implantação de um Centro de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes – CEDECA - surgiu como prioridade para o Fórum DCA Sto. Amaro. Em abril de 2000 iniciaram-se as primeiras discussões para a construção do projeto: criou-se uma subcomissão, formada por membros da comissão executiva do fórum**,** para redação da proposta. Esta subcomissão, ao pensar em um projeto como este, para a região de Santo Amaro, dentro do quadro das especificidades locais, pôde contribuir com soluções plurais, multidisciplinares e desenhadas de forma descentralizada.

[12] Entidade Mantenedora "Cáritas Diocesana de Santo Amaro", em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS. Casa de Passagem para crianças e adolescentes em situação de rua.

A medida em que o projeto tomava corpo, era sistematicamente levado às plenárias do Fórum DCA Santo Amaro para aprovação e/ou retificações, caracterizando-se num processo de ampla construção democrática e,em novembro de 2003, teve início as atividades do CEDECA – Santo Amaro concretizando as esperanças de um grupo que conseguiu "**construir para todos".**

Após 5 anos de história do Fórum DCA Santo.Amaro construíram-se na região, novas possibilidades de enfrentamento das questões referentes à defesa de direitos de crianças e adolescentes. Em meados de 1997 tínhamos apenas 3 serviços que atendiam essa população, no final de 2003 contávamos com 6 equipamentos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou risco, sendo 4 mantidos por Organizações da Sociedade Civil, por meio de convênios com a Secretaria Municipal de Assistência - SAS (Projeto CEDECA, Acolhimento Cidadão, Centro de Referência da Criança e do Adolescente e Projeto Sentinela) e 2 equipamentos diretos da Secretaria Municipal da Saúde (Centro de Atenção Psicossocial-CAPS da Juventude e Centro de Convivência e Cooperativa - CECCO-Sto.Amaro).

Rever 5 anos desta história é pensar nos atributos daqueles que foram os **pioneiros:** tínhamos a *coragem* de abrir caminhos com os próprios pés; a *intuição* de apostar numa idéia sem a segurança de que ela daria certo e, finalmente, um *compromisso com o tempo*, que nos permitia ter uma visão não imediata das coisas. Tínhamos enfim, segundo Antonio Carlos Gomes da Costa (1999), os atributos necessários para aqueles que desejam produzir mudanças sociais.

É como membro da comissão executiva do Fórum DCA – Sto.Amaro, desde a sua origem, e como uma das articuladoras da redinha**,** que pretendo relatar este processo, relevante também enquanto movimento social**,** que traz a expressão das reivindicações das pessoas, das minorias em situação de dificuldade num espaço de debate, associado a um procedimento de reforço da "*democratização da vida social*" (SCHALLER, 2002).

A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente ECA – 1990 e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS – 1993 propiciaram um campo fértil para a existência de espaços democráticos de participação popular**,** uma vez que introduziram avanços nas questões de defesa de direitos, de gestão de políticas sociais e, principalmente, contemplaram novos espaços de participação da sociedade civil.

É nesse rastro de construção de uma nova sociabilidade que nasceu o Fórum DCA-Sto. Amaro e o projeto CEDECA, fruto da capacidade de um grupo de atores sociais, de articularem ações múltiplas, revitalizando o envolvimento da comunidade local, estabelecendo redes locais e que finalmente conseguiram " adentrar a agenda do Estado se constituindo em demanda fortemente vocalizada e que adensam forças e pressões introduzindo-a na arena política" (CARVALHO, 1999, p.19).

Este processo também foi relevante na medida em que colaborou para a construção da nossa dimensão política, da possibilidade de formação de sujeitos políticos**.** Se pensarmos nas palavras de Marco Aurélio Nogueira (1999, p.81) "que a sociedade civil não é imediatamente política. Ela é o mundo das organizações e particularismos", o processo nos conduziu, de um pluralismo de indivíduos atomizados para a formação de um "*sujeito político coletivo"* (COUTINHO, 1980).

Um espaço que pôde nos proporcionar a inscrição de um novo patamar de identidade, construído nesse processo histórico e que nos remeteu à possibilidade de expressão da nossa própria subjetividade e da nossa visibilidade. Nesse sentido: **"Nós construímos o Fórum, mas ele também nos construiu"**, possibilitando-nos "ensaios de lucidez" (SARAMAGO, 2004).

Ao me voltar para relatar a história do Fórum DCA Santo Amaro, ao me deter sobre as nossas próprias experiências concretas, ao refletir e conceitualizar essas experiências, encontro um saber construído nessa prática. Um saber do qual me aproprio, e do qual desejo compartilhar, principalmente com aqueles que viveram esse processo.

Para refletir sobre as ações do Fórum e de seus sujeitos, foi preciso assumir uma visão crítica sobre essa história, a fim de obter uma compreensão mais acurada da mesma.

Refletir sobre a ação e partilhar o conhecimento construído são as possibilidades que encontro, nesse momento, para a própria manutenção do Fórum, pois na transmissibilidade do conhecimento, pode estar a mola propulsora para a sensibilização e a entrada em cena de novos sujeitos.

Hoje, ao refazer o caminhar da história, fica-me a certeza de que essa construção só pôde ser realizada, a partir de uma prática social, que se produz no cotidiano miúdo das pessoas, ao fazerem sua própria história.

O que nos moveu neste processo é o que move, segundo Sader (1995), os Movimentos Sociais, ou seja, a luta por uma sociedade mais justa, onde exista uma possibilidade socialmente real, de questionar a lei e externar a divergência, e este questionamento só foi possível, quando pudemos, finalmente, nos constituir em um **Sujeito Político Coletivo, o Fórum DCA Santo Amaro.**

O Fórum foi este espaço possível de expressão e negociação, onde pudemos realizar o exercício da liberdade, que muitas vezes é silenciado pelos muros de nossas instituições.

Assim como ocorreu com o Serviço Social na década de 1980, passamos por um processo de "reconceituação", mais articulados agora aos direitos sociais e aos patamares da justiça social a serem garantidos a todos os cidadãos.

3.5 – Refletindo sobre o espaço "Fórum":

Inicialmente, trabalhando com a perspectiva da totalidade, procurarei situar historicamente a sociedade civil no Brasil, para uma compreensão mais ampla do próprio Fórum.

Dessa forma, poderíamos dizer que a sociedade civil tem seu ressurgimento a partir da década de 1970 e de uma forma tão significativa que este período "é visto, por alguns analistas, como de fato a fundação efetiva da sociedade civil no Brasil" (DAGNINO, 2002, p.9).

É o momento de resistência ao regime militar, onde, segundo Sérgio Costa, a sociedade civil ocupa "uma função mais propriamente político-estratégica" (COSTA, 2002, p.55), de sustentação da oposição a esse regime.

Anterior a esse período, essa mesma sociedade, era caracterizada por uma falta de autonomia com relação ao Estado.

Foi o momento da transição democrática, onde a sociedade civil precisou se colocar "de costas para o Estado", que permitiu que a mesma pudesse caminhar em busca de sua autonomia.

Com a volta das instituições democráticas, tem-se uma visão mais ampla da sociedade civil, de sua heterogeneidade, com uma ênfase significativa na construção de

novos patamares de cidadania, de uma sociedade mais igualitária com sujeitos portadores de direitos.

Com isso se estabelece uma nova posição da sociedade civil com relação ao Estado pós-ditadura; é a grande novidade que os anos 90 trazem, como diz Dagnino:

> "Uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da "participação da sociedade civil". (DAGNINO, 2002, p.13).

Essa relação foi redimensionada também legalmente, pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova modalidade para a gestão das políticas sociais por meio da garantia da participação da sociedade civil, no que se refere à formulação e controle das políticas públicas.

Se, por um lado, a sociedade civil pretende uma maior negociação, busca-se, ao mesmo tempo, uma maior diferenciação com o Estado; os novos atores sociais (movimentos sociais, ONG, etc.) procuram manter suas especificidades e estabelecer suas identidades, o que torna as ações da sociedade civil cada vez mais complexas em um universo de atores cada vez mais heterogêneo.

Gohn (2005), citando Alexander, nos dá um panorama da situação da sociedade civil nas últimas décadas do século XX, naquele momento histórico, onde o Estado em crise encontrava-se incapaz de gerenciar as políticas públicas, houve um retorno às teorias democráticas e à Hegel.

Surge assim, um interesse nas relações informais, na subjetividade das pessoas, nos processos de solidariedade, enfim, um retorno aos processos culturais de que fala Hegel.

> "Cria-se um senso comum de que a sociedade civil não é apenas espaço para ações individuais, mas ela deve construir um senso coletivo de obrigações sociais, de responsabilidade social" (GOHN, 2005, p.68).

Para Lavalle (2003), o teor das discussões hoje, destaca o potencial de congruência nas relações entre Estado e sociedade civil, o papel da sociedade civil no desenho das políticas públicas, a multiplicação de formas inéditas de representatividade, a emergência de novas institucionalidades e a relevância dos novos espaços de participação.

O autor acrescenta ainda a natureza coletiva da sociedade civil, o caráter legítimo de suas demandas ou propósitos, originados em termos de interesse geral a partir dos problemas do cotidiano, a adesão e separação livre e espontânea de seus membros, a importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública e o seu papel de mediação entre a sociedade não organizada e os poderes econômico e político. Esse conjunto de aspectos explicariam, para ele, o protagonismo da nova sociedade civil como força revitalizadora do espaço público e da democracia.

> "Mais especificamente, a nova sociedade civil foi definida como uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos (...) para ventilar e problematizar questões de "interesse geral" (LAVALLE, 2003, p.96/97).

Frente a esse novo quadro faz-se necessário a criação de novos espaços que possam ser protagonizados pela sociedade civil e onde a mesma possa exercitar esta nova situação.

Emergem experiências de *novos espaços públicos*[13]*, esferas públicas não estatais e democráticas* que têm por objetivo promover o debate amplo de vários segmentos da sociedade civil, contemplando, dessa forma, sua heterogeneidade.

Nesse sentido as relações entre sociedade civil e Estado se estabelecem como relações de reciprocidade e antagonismo, e, segundo Wanderley (2004), cada vez mais o público não se reduz ao estatal e nem o privado se limita à esfera mercantil.

[13] Definimos o conceito de **Público**, segundo Durighetto, onde o mesmo passa a ser pensado como alternativa de superação de uma dicotomia entre o privado e o estatal.

No espaço do privado, hoje, se aglutinam diferentes sujeitos que atuam como mediadores políticos quando vocalizam as demandas coletivas e podem, dessa maneira, inscrevê-las na agenda estatal. Para tanto, necessitam de:

> "(...) arenas públicas de interlocução em que diferentes projetos possam ser debatidos e negociados, criando-se condições para a explicitação dos conflitos e viabilização de consensos" (Wanderley, 2004, p.9).

Assim, segundo Wanderley, o espaço público (ou esfera pública), teria um significado bastante abrangente, englobando as relações entre o econômico e o político, o estatal e o privado, o público não estatal, não podendo prescindir da liberdade de expressão, "espaço aberto no qual se exprimem todos aqueles que se autorizam a falar publicamente" (WANDERLEY, 2004, p.9).

Surgem então os novos espaços de negociação: os Conselhos, as Câmaras Setoriais, os Orçamentos Participativos e os **Fóruns.**

Os fóruns seriam, portanto, as arenas onde os sujeitos, com seus interesses variados, sua heterogeneidade, sua complexidade, sua multiplicidade de relações entre forças políticas, poderiam chegar à criação de consensos, por meio da possibilidade de amplos debates.

Espaços que permitiriam o aprendizado da tarefa da construção hegemônica, onde ocorreria a "organização e o fortalecimento dos próprios atores da sociedade civil e da sua articulação" (DAGNINO, 2002, p.11).

Schaller (2002), ao refletir sobre estes "novos espaços de sociabilidade", os trás como uma nova possibilidade de construção de um "viver junto em uma democracia renovada".

Para ele, em uma sociedade em tempos de transformação, estes espaços favoreceriam "os terrenos da aventura, os lugares de vida, (...) espaços enfim, onde o Outro tem seu lugar". Seria a saída para se recriar o elo social, a relação social, fatores possíveis de "desdramatização do cotidiano".

> "(...) Esses espaços devem favorecer as formas de sociabilidade que dão consciência da participação na vida social. Deve resultar disso a sensação de participar de uma aventura coletiva. Reatam-se, com os outros, relações que a monotonia da vida cotidiana e as transformações sociais segregativas haviam rompido" (SCHALLER, 2002, p.161).

São estes espaços de debates que permitiriam ao conjunto dos habitantes tomarem seus destinos em suas mãos, contendo o processo de dissociação das relações sociais. Ainda, segundo Schaller, eles favoreceriam a construção de um viver junto entre iguais e diferentes.

> "(...) reconhecendo ao Outro, como a si mesmo, o direito de ser Sujeito e pondo a democracia a serviço da liberdade criadora de cada um e da construção de uma solidariedade coletiva" (SCHALLER, 2002, p.163).

Finalmente, para ele, o sujeito dá sentido a sua vida por meio de suas ações. Ações estas que seriam capazes de transformar seu espaço, de criar sua história e de dar sentido ao conjunto de suas experiências e que poderiam ser melhor elaboradas nesses novos espaços de sociabilidade.

Para que estes espaços possam ser efetivamente ocupados de uma forma mais igualitária, se faz necessário uma qualificação técnica e política que melhor capacite a participação e que, em última análise, também a estimule.

Segundo Nogueira (1999), a dimensão política da sociedade civil precisa ser construída para que a mesma possa ativar a sua participação política e se vincular então ao espaço público democrático. Essa politização seria o resultado de lutas, de projetos e perspectivas que "se chocam e concorrem entre si", única possibilidade de termos uma sociedade civil politizada, capaz de efetivar um outro projeto de hegemonia.

> "Somente essa sociedade civil pode ser vislumbrada como plataforma para que se redesenhe democraticamente o Estado, ou seja, para que

> se avance rumo a uma reforma qualitativa e substantiva do Estado" (NOGUEIRA, 1999, p.82).

Deste modo, o ser sujeito político me capacita a estar nestes espaços, mas, em contrapartida, estes espaços constroem também a minha dimensão política. São eles que permitem reconhecer o outro enquanto portador de direitos, reconhecer a existência e a legitimidade do conflito e assim adicionar elementos fundamentais na constituição da cidadania.

Com isso os movimentos sociais e outros setores da sociedade civil, na década de 1990, avançaram para além das reivindicações, tornando-se mais propositivos, o que lhes exigiu, segundo Dagnino, "o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista" (2002).

São estes atores sociais coletivos, com poder próprio para atuarem na cena pública, sem intermediários, que viabilizariam, transformar uma cultura popular autoritária, por meio de uma organização democrática que nascesse de baixo para cima.

3.6 – Fórum e Movimentos Sociais: Algumas Reflexões

Creio que neste novo cenário, descrito anteriormente, onde atuam os novos sujeitos, se faz necessário estabelecer nexos entre Fórum e movimento social.

Esses novos espaços de sociabilidade, de legitimidade para a ação coletiva são engendrados pela mobilização popular e, nesse sentido, os movimentos sociais criariam também estes lugares como possibilidade de inovação de seu próprio espaço social.

É o cotidiano renovado que surge como espaço de legitimação da expressão política.

Nesse sentido, Marilena Chauí, em prefácio do livro de Éder Sader (1995), mostra-nos que existe também, um novo sujeito social, os movimentos sociais populares, em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir coletivamente e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Assim, não é o cotidiano nem

sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes atribuem seus agentes ao experimentar suas ações como luta e resistência.

Seguindo nesta linha de pensamento, Melucci trás a "homogeneidade aparente" dos movimentos. Para ele essa unidade, essa homogeneidade é sempre resultado de processos sociais, que tornariam possível a formação de um sujeito coletivo, que produziriam ações coletivas, sempre como resultado de processos sociais diversificados. Essas ações coletivas supõem que os indivíduos compartilhem de objetivos, interesses, e de motivações comuns.

Para o autor, no entanto, esses pré-requisitos para as ações coletivas passam primeiro por questões individuais.

> "(...) Mas, do ponto de vista analítico, a orientação, a motivação, as formas de relações pelas quais os atores são envolvidos nos processos coletivos, são diversas, segundo os planos, ou os níveis existentes na sociedade" (MELUCCI, 1997, p.15).

Touraine (1998) ao tratar a questão dos movimentos sociais afirma que existe um conflito central em cada sociedade e que existe também um ator fundamental, que luta por uma "aposta de importância central", existindo, portanto, nestas ações, a possibilidade de sermos "sujeitos".

Nessa linha, define movimento social como um tipo muito particular de ação coletiva, onde uma categoria social questiona uma forma de dominação social, que é ao mesmo tempo universal e particular, invocando contra ela "valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade" (TOURAINE, 1999, p.113).

Assim, movimento social seria muito mais do que um grupo de interesses ou de pressão política, ele questionaria o modo de "utilização social de recursos e de modelos culturais", tendo a dissociação entre a economia e o cultural como fator central. Ele seria o esforço de um ator coletivo para se apossar dos valores e das orientações culturais de uma dada sociedade, colocando-se contra a ação de um adversário ao qual estaria ligado por relações de poder.

Touraine sintetiza esta análise ao expressar que "um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural", dessa forma ele visaria sempre a "realização de valores culturais e ao mesmo tempo a vitória sobre um adversário social".

No passado os movimentos sociais buscavam um projeto de reconstrução radical da sociedade. Os movimentos hoje, não possuem uma utopia, as ações coletivas estão muito mais centradas em uma nova imagem do sujeito.

> "O sujeito deve ser mirado diretamente, na sua luta contra os poderes que dominam o universo da instrumentalidade e o da identidade, e não mais como princípio fundador de uma nova ordem (...)" (TOURAINE, 1999, p.117).

Nessa perspectiva os movimentos sociais não estariam mais a serviço de nenhuma sociedade perfeita nem de nenhum partido político, as suas ações estariam dirigidas para a afirmação e defesa de direitos, liberdade e igualdade do sujeito.

> "Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos societais tornaram-se movimentos morais, ao passo que, no passado, tinham sido religiosos, políticos ou econômicos" (TOURAINE, 1999, p.117).

Ao traçar um panorama acerca da atual posição histórica dos movimentos sociais distingue 3 situações: -

1. Uma onde o modelo liberal triunfa, levando os movimentos contestatórios à marginalidade, reduzindo a sua influência e aumentando a sua radicalidade.

2. Outra que se traduz por resistências muito fortes ao modelo liberal e a manutenção do Estado estabilizador e gerenciador, que acarreta uma crise entre os setores da economia.

3. Na terceira situação refere-se ao Brasil, juntamente com outros países como Alemanha, Suécia e parte da Itália, apontando que nestes lugares as novas forças que buscam o controle social da mudança aceitam uma certa intervenção do Estado, o que permite negociações e compromissos entre "o passado e o futuro".

O autor conclui reafirmando a estreita ligação entre sujeito e movimento social, buscando dessa forma compreender os conflitos que entremeiam a nossa sociedade, onde o sujeito trava uma luta "jamais triunfante" e onde o movimento social seria:

> "Um esforço para unir a luta contra inimigos sempre ameaçadores e a defesa dos direitos sociais e culturais. Este esforço nunca atinge completamente o seu fim, de sorte que o movimento permanece sempre fragmentário e cheio de contradições. (...), um movimento social é um conjunto mutável de debates, de tensões e de divisões internas (...). Consciência de si, recriação estética, estratégia política e solidariedade de base misturam-se, completam-se e se combatem em redor do movimento social" (TOURAINE, 1999, p.118).

Ruscheinsky (1999), ao falar de movimento social, também faz referência aos partidos políticos. Na sociedade atual, ocorre uma diminuição da capacidade de expressão de reivindicações pela via dos partidos ou sindicatos, pois estes não oferecem mais espaços para processo de discussão das demandas. Os movimentos sociais, para o autor, necessitariam assim, de instituir outros caminhos, outros espaços com uma maior ênfase à esfera participativa em detrimento da esfera representativa.

> "Os movimentos sociais, ao serem caracterizados como instituintes de novos espaços do social, apresentam-se como hostis à tradição da representação política. Com isto se permite a leitura pela esfera participativa em detrimento da esfera representativa. Nisto, na ação coletiva, fruto de demandas e interesses comuns, os partidos deixam de ser referência importante como canais de expressão política de interesses. A participação direta definirá o limite da ação política, pois através dela os agentes sociais instituem novos caminhos e

> espaços, onde se circunscreve a identidade dos atores" (RUSCHEINSKY, 1999, p.46).

Para o autor a autonomia e a identidade aparecem como elementos fundantes nessa "representação reinventada de sua própria capacidade de ação".

Corroborando a idéia da criação de novos espaços, Lavalle (2003) propõe que ao estudarmos os novos movimentos sociais e a nova sociedade civil constatamos que ambos partilham de um mesmo horizonte político, que seria o da possibilidade da modernização pela via da ação social.

Para Melucci, os movimentos sociais na contemporaneidade não seriam considerados nem novos e nem velhos, seriam sim "fenômenos que contém em seu interior uma multiplicidade de elementos, de significados, de níveis diversos da sociedade".(MELUCCI, 1997, p.17).

Gohn ao definir o que são os movimentos sociais os vê como:

> "Ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas" (GOHN, 2003, p.13).

A autora, citando Touraine, relata que os movimentos expressam a possibilidade de resistência ao passado que oprime e a fonte revitalizada para a construção do novo, sendo "o coração e o pulsar da sociedade".

Para ela os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma "agenda emancipatória", partindo de um diagnóstico da realidade social para a construção de suas propostas.

Ao realizar suas ações os movimentos sociais projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento local.

Assim como Ruscheinsky, a autora também trás a importância da autonomia para os movimentos sociais.

> "(...) ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também as propostas de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam(...); é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida"(GOHN, 2003, p.17).

Prosseguindo em sua análise Gohn crê que, dentro de um contexto histórico, na medida em que as políticas neoliberais avançaram, foram surgindo outros movimentos em resposta à crise socioeconômica, estes por sua vez funcionavam muito mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados.

Os movimentos sociais sofreram, nesse período, profundas alterações em sua dinâmica, tiveram uma perda de visibilidade e, em contrapartida, quem passa a assumir a cena são as ONG – Organizações não Governamentais. Com isso os discursos dos movimentos também foram alterados, eles precisaram se redefinir em função dessa mudança na própria conjuntura.

Dessa forma, ao longo da década de 1990, os movimentos adotam ações mais ativas e propositivas, passando a atuar em rede.

Nessa trajetória, a partir de 1990, ocorre o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas - os **Fóruns.** Estes aparecem também como resultado dessa nova perspectiva dos movimentos sociais, que passam a participar mais das políticas públicas, das parcerias, possibilitando a abertura de novos canais de participação.

Os fóruns, segundo Gohn, puderam estabelecer a prática de grandes encontros, gerando diagnósticos mais amplos dos problemas sociais e definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los.

Complementando meu constructo acerca dos movimentos sociais, tomo como referência Ribeiro (2005), que expressa que nesta definição agrupam-se as ações coletivas mais variadas, com diferentes significados, alcances e durações,

realizadas por sujeitos coletivos que reivindicam suas diferenças e o direito de proclamá-las coletivamente.

Após esta breve reflexão posso inferir que os Fóruns poderiam ser considerados como um dos novos sujeitos políticos coletivos, que trariam a possibilidade de expressão de uma nova sociedade. Representariam assim, um movimento desta mesma sociedade, tendo muitas de suas definições e ações de natureza semelhante com as dos movimentos sociais; ações estas mais focadas e territorializadas, revistas e reordenadas de acordo com a realidade atual.

4 - EM BUSCA DE UMA DIREÇAO INTELECTUAL:

"*Dialogando com os fundamentos*"

> *"É como sujeitos políticos, não como sujeitos solitários, que devemos realizar a nossa prática, fazendo-a pulsar juntamente com a sociedade em que vivemos, impregnando-a de buscas que a tornem uma prática desejante*"
>
> **Martinelli (2004,73)**

Na perspectiva da explanação de como se deu a construção da dimensão política, na prática social dos sujeitos que compunham a Comissão Executiva do Fórum DCA Santo Amaro e que puderam, posteriormente, se constituir em *Sujeitos Políticos,* dialoguei com a categoria 'identidade' uma das instâncias para a compreensão deste fenômeno.

Durante a minha pesquisa para a elaboração deste trabalho me aproximei de alguns autores que com seus conceitos e/ou fundamentos serviram de guia para minhas reflexões.

Para embasamento deste estudo, trabalhei a partir da perspectiva filosófica do *Materialismo Histórico e Dialético.* Para tanto, dentro desta análise, utilizei a categoria central 'da totalidade', que propõem apreender os determinantes do objeto e a articulação existente entre o todo e suas partes.

> "A análise estruturalista genética[14] toma como categoria central a totalidade. Nessa perspectiva, trabalha os fatos sociais como totalidades estruturadas, procurando detectar a dialética que existe na relação entre o todo e as partes, entendendo que é impossível

[14] O entendimento goldmanniano de estruturalismo genético está relacionado à noção de totalidade que centraliza o pensamento dialético.

> apreender o todo sem compreender a articulação entre as suas partes, e sem perceber o lugar que elas ocupam nas relações que constituem a estrutura total" (GOLDMANN, 1986, p.56).

Segundo Veltri (2006), o princípio da totalidade a partir do estruturalismo genético é a busca da estrutura dinâmica do fenômeno social tendo como referência central sua gênese, seus componentes sócio-históricos. Os homens constroem a sociedade, definem suas relações sociais, seus modos de produção, e citando Marx, Veltri nos esclarece que o ponto de partida de todo esse processo é a produção do indivíduo em sociedade.

Na ótica do estruturalismo genético, perguntar sobre a estrutura da formação das identidades dos sujeitos da Comissão Executiva, dentro das práticas sociais e políticas que eram realizadas pelo Fórum DCA Santo Amaro, é tomá-la como uma estrutura parcial, que nos ajudará a entender a totalidade. Dessa maneira, desvelar a identidade da Comissão Executiva poderá nos ajudar a entender a identidade do Fórum.

Utilizei como bússola nessa trajetória, as pesquisas, estudos e reflexões da professora Maria Lúcia Martinelli sobre a categoria 'identidade', com base no Materialismo Histórico e Dialético proposto por Marx e seus seguidores, em especial as definições de Goldmann.

Segundo Martinelli, se faz necessário entender identidade como uma categoria sócio-política, que se constrói no jogo das forças sociais, na trama das relações sociais. É dotada de movimento, em um processo contínuo de se fazer e de se refazer, na medida em que são engendradas novas determinações políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais.

Dessa maneira, é preciso compreender a constituição da identidade em uma dimensão sócio-política, na prática social dos membros da Comissão Executiva, dentro de um processo sócio-histórico.

Perguntar sobre a formação da identidade da Comissão Executiva é também fazer uma pergunta dialética entre as formas de ser e de aparecer dos sujeitos que a compunham, a possibilidade de resignificarem suas próprias identidades, e sobre os projetos almejados a partir das determinações ético-políticas. É a possibilidade de ancorar a identidade coletiva na dialética das identidades pessoais e profissionais.

> "A identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas" (MARTINELLI, 2003, p.17).

Esse desvela da identidade nos remete ao terreno da história, pensada como um processo dialético de construção social que permite a transformação da realidade ao mesmo tempo em que transforma os sujeitos que nela agem.

No entanto, nós só transformamos aquilo que conhecemos e, para que isso ocorra, é necessário que se faça uma leitura ético-política da realidade vivida. É necessário apreender o real penetrando em suas tramas constitutivas e essa apreensão nos exige materialidade e concretude.

É nesse espaço de materialidade que situo o espaço **Fórum**, o qual, trás a possibilidade de concretizar ações e permite a construção de Sujeitos Políticos. Assim, posso inferir, que *há necessidade de espaços políticos para que se formem sujeitos políticos,* ou ainda que *sujeitos políticos se constroem em espaços políticos.*

O entendimento desse processo exige uma análise da realidade do Fórum DCA Santo Amaro, à época, para conhecer suas estruturas e a conjuntura na qual o mesmo foi engendrado. Exige também territorialidade, buscando compreender que uso ou que apropriações os sujeitos foram capazes de realizar a partir de seu território.

Essa análise, conforme Martinelli, precisa ser, concomitantemente, uma leitura crítica, histórica, política e interpretativa do real, para que possamos aprofundar o nosso conhecimento sobre esse processo.

Segundo Martinelli, ao pensarmos em espaços de construção de identidade, outra aproximação importante é que esta se constrói no interior de relações sociais antagônicas, num processo contínuo de criar-se e recriar-se, objetivando-se na práxis.

Neste trabalho, utilizarei os conceitos de *identidades atribuídas e identidades construídas* conforme as definições de Martinelli:

Ao trazer o conceito de identidade atribuída, a autora, com base em Lukács e no conceito de "falsa identidade" (falsa porque não responde a totalidade do processo social), nos aponta que essas identidades decorrem de circuitos externos às profissões. São visualizadas como dadas, pressupostas, preestabelecidas, distanciadas do processo histórico. Essa atribuição de identidade leva a práticas restritivas, fragmentadas, reiterativas e reificadas, com ausência de reconhecimento, de visibilidade e de criticidade.

Cabe a nós, enquanto trabalhadores sociais, dentro de um movimento dialético, negar a legitimidade dessa atribuição de identidades, para poder posteriormente superá-la. Superá-la, significa termos a capacidade e o desejo de reconstruirmos nossa identidade.

Necessário se faz ressaltar ainda o caráter dialético das identidades atribuídas, pois, "até mesmo para serem atribuídas foram construídas em algum momento" (MARTINELLI, 2004, p.5).

> "Identidades profissionais construídas não são dadas, mas sim construídas em um complexo jogo de forças sociais, no contexto de nossa existência humana, mediada pelo universo do trabalho, da sociedade e da cultura" (MARTINELLI, 2004, p.4).

Assim, conforme nos indica a autora, estas identidades construídas são possibilidades de visibilidade, de uma prática com mais autonomia, de reconhecimento profissional e social e do exercício da interdisciplinaridade.

Falar em construção de identidade nos remete também ao terreno dos afetos, dos valores, na possibilidade de expressão da nossa subjetividade. Essa construção só se torna possível porque ocorre no campo das relações sociais. É nesse campo que cada ser se determina, na teia que estabelece com os outros e na relação consigo mesmo, afinal, "não se constroem identidades no espelho" (MARTINELLI, 2004).

Para Gohn (2005), a questão da identidade remete a uma forma de aprendizado que ela chama de "reconhecimento". Esse não se limitaria somente a um reconhecimento externo, mas, implicaria também em um processo interno, subjetivo.

Somente dessa forma o indivíduo conseguiria dar sentido às suas ações sejam elas individuais ou coletivas.

Martinelli (2004), também reforça essa tese ao nos dizer que só o sujeito, com sua subjetividade, é capaz de atribuir significados às ações de seu cotidiano.

Apresentarei alguns dos conceitos, os quais julgo serem relevantes para melhor compreensão deste estudo.

- *Sujeitos e sujeitos individuais.* Muitos são os autores que tratam destes conceitos. Aqui me limitarei a alguns que, devido à complementaridade de suas linhas teóricas, mais diretamente poderão compor com o meu objeto.

Iniciarei com as abordagens de Luís Eduardo Wanderley que define sujeito como sendo "aquele que faz ou dirige a ação", ou ainda:

> "(...), num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade" (WANDERLEY, 1992, p.142).

O autor sinaliza também a revalorização dos sujeitos individuais e a importância que deveria ser dada ao histórico de cada indivíduo ao se estudar os Movimentos Sociais.

> "(...) os estudos e avaliações que se fazem sobre instituições, associações, grupos, movimentos, lutas sociais, serão certamente enriquecidos se for dada uma atenção especial aos sujeitos individuais (...), levando em conta entre outros fatores, por exemplo, a sua origem familiar, aprendizado escolar, traços de caráter, idiossincrasias" (WANDERLEY, 1992, p.143).

É importante recuperar aqui um pouco da história e da conceituação de sujeitos, citando José Paulo Netto, que nos reporta ao séc. XVI, e no que foi o momento histórico

de surgimento do sujeito, enquanto indivíduo independente com individualidade e singularidade:

> "(...), só com o aparecimento da moderna sociedade burguesa, a noção de sujeito pode ser transferida, aplicada, pensada em relação ao indivíduo. É só na sociedade burguesa que se demarcam claramente as esferas pública e privada, é só na sociedade burguesa que não temos a distinção (...), entre o cidadão e o indivíduo. É só aí que nós podemos pensar num ser singular que se concebe a si mesmo como mônada, como átomo" (NETTO, 2002, p.5).

O autor também nos aponta que mesmo pensando na dimensão individual de cada sujeito, este tem que ser visto como indivíduo social, que se constitui socialmente nas tramas inter-relacionais.

Ao definir sujeito articula o conceito à noção de projeto, pois para ele sujeitos são aqueles indivíduos que têm projetos livremente escolhidos e que atuam, transformando as condições existentes para poderem concretizar esses projetos.

E como se dá a constituição desse sujeito? Para Netto (2002), "ele passa em primeiro lugar pela negação e superação das condições estruturais da sociedade. Na luta por essa negação e superação podem se constituir novos sujeitos".

Touraine, ao falar da constituição do sujeito aponta que se o indivíduo não se constituir como tal, será constituído como Si-mesmo pelos centros de poder que definiriam e sancionariam seus papéis sociais. Assim, para ele, se o indivíduo não for capaz de produzir e transformar a sociedade, ao invés de apenas consumi-la, ficará submisso àqueles que dirigem a economia, a política e a informação.

É a recusa critica de uma imagem artificial da vida social que levaria à afirmação do sujeito e seus direitos, "em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto" (TOURAINE , 2002, p.248).

Para o autor, o sujeito seria essa possibilidade de construção do indivíduo como ator, construção inseparável de suas condições sociais.

Portanto, é em termos de ator e de conflito social que Touraine define o sujeito. Assim, este seria um modo de construção da experiência social, existindo somente como movimento social, como contestação da lógica da ordem.

Nessa linha, Sader (1995), nos indica que os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade e o seu conceito estaria associado a um projeto e também à noção de autonomia, como possibilidade de elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir também de suas próprias experiências sociais.

O sujeito apareceria então como produto das condições sociais em que vive, mas com uma possibilidade de indeterminação que lhe traria, segundo Sader, "a capacidade de dar-se algo além do que está dado".

Furlan (2000), apoiada no pensamento de Goldmann, complementa essa idéia acrescentando que o sujeito apresenta uma visão de mundo de acordo com sua classe social, sua história de vida, seu grupo de referência e o lugar social no qual está inserido.

Manfroi (2000), ao trazer a questão dos sujeitos, os compreende como agentes de suas práticas e de suas experiências cotidianas que se apropriam de suas culturas e tradições, mas conseguem imprimir-lhes novos sentidos a partir de suas vivências.

> "Os sujeitos sociais são compreendidos como produtos da sociedade que constroem identidades e são sujeitos de suas práticas cotidianas objetivadas pelas experiências sociais e elaboram seus próprios códigos de reconhecimento e identidade" (MANFROI, 2000, p.25).

Portanto, concluindo minha concepção acerca da constituição do sujeito, acrescento as contribuições de Severino (2001), que apresenta que a essência do existir está na prática. Só se é algo mediante um contínuo processo de agir, mediante a ação. Conseqüentemente, o fazer seria a esfera básica da existência humana, tecido no interior das relações sociais. Relações que aconteceriam de forma hierárquica dentro de uma sociedade política onde existiriam dominantes e dominados, caracterizando estas relações como relações políticas e que envolveriam os indivíduos na esfera do poder.

Para Severino, uma terceira dimensão atravessaria a prática produtiva e a prática política imprimindo-lhes as características de práticas humanas, seria a simbolização ou a prática simbolizadora.

> "Por tudo isso, a existência humana, histórica, real, concreta, se delineia como um efetivo exercício de práticas produtivas, de práticas políticas e de práticas culturais. E é esta prática real que constitui o homem, efetivamente construindo sua "essência", histórica e socialmente construída". (SEVERINO, 2001, p.51).

A partir dessas noções de sujeito, busco trazer uma análise reflexiva e crítica sobre o processo de formação da Comissão Executiva, entendendo que este processo está intrinsecamente relacionado com a análise da formação de **Sujeitos Políticos**. Ao abordar este conceito me reportarei às contribuições de Carlos Nelson Coutinho, Amábile Furlan e Antonio Gramsci.

Segundo Coutinho, sujeitos políticos são "as pessoas e os grupos empenhados organizadamente na defesa de seus interesses" (COUTINHO, 1992, p.23).

Para ele, historicamente, o capitalismo ao diminuir a jornada de trabalho, aumentou o tempo livre dos trabalhadores, o que possibilitou uma maior organização popular, gerando dessa forma um aumento na socialização da política.

Furlan (2000), ao nos definir o conceito, com base em Sader, acrescenta ainda que:

> "(...) são sujeitos que elaboram e produzem representações próprias, de si mesmos, alargando a própria noção do real, criando novos lugares sociais" (FURLAN, 2000, p.74).

A autora destaca que o sujeito político, ao assumir uma postura crítica diante dos fatos, vai manifestá-la em sua prática, trazendo com isso a possibilidade de construção do novo.

> "Ao assumir uma postura crítica diante dos fatos, o sujeito político a manifesta na prática, comprometendo-se com o que está para nascer, engaja-se na luta pela concretização do porvir e é naturalmente levado a tentar acolher algo correspondente à realidade que está contribuindo para criar. Essa é uma disposição necessária ao sujeito que quer intervir transformadoramente no existente para engendrar o novo" (FURLAN, 2000, p.76).

É esse desejo de transformar, de intervir em seu real, que o faz se engajar na luta por direitos, que o leva ao exercício da cidadania.

> "A constituição do sujeito político se dá no processo, nas ações que se repetem e se recriam. A aprendizagem e o conteúdo podem vir de várias fontes, mas é principalmente no exercício da cidadania que o grupo (...) aprende a ser cidadão. É no avanço da compreensão da lei e dos direitos que o grupo aprende a fazer a defesa" (FURLAN, 2000, p.76).

Nessa constituição o sujeito político desencadearia um processo constante de desvelamento do real com possibilidades de intervenção que resultariam num processo de aprendizado crítico e de formação da consciência do coletivo

Gramsci (1999), trás contribuições ao conceito ao nos propor que o ser social necessita elevar-se culturalmente para chegar à compreensão crítica, a consciência crítica, primeiro de si próprio, para depois transpô-la ao campo da ética e posteriormente ao campo da política. Somente quando atinge esse momento ético-político, quando forma sua própria concepção de mundo, é que consegue vencer a passividade e deixa de aceitar a subordinação.

O sujeito político se constitui se faz e se manifesta no coletivo e, num processo dialético, as ações coletivas desencadeadas, fortalecem o grupo e as subjetividades de cada um.

> "No que tange ao sujeito político que se quer, cabe ainda dizer que este é constituído a partir das próprias individualidades porquanto segmentos sociais. (...) É na relação destes indivíduos e grupos entre si e de sua relação com a objetividade que o sujeito político foi se esboçando e formando um coletivo. (...), e são nestas relações internas e externas que o coletivo vai se constituindo em sujeito político" (FURLAN, 2000, p.90).

Portanto, para Furlan, é nesse movimento contínuo do individual para o coletivo e deste para o individual que os sujeitos se formam e se fortalecem e nesse processo vão acumulando experiências e conhecimentos para a construção de respostas para uma efetiva transformação no real.

Continuando nessa linha de raciocínio, pensar em sujeitos políticos, dentro da Comissão Executiva do FDCA Sto. Amaro, me remete necessariamente ao conceito de *Sujeitos Políticos Coletivos*.

Mais uma vez é vasta a diversidade sobre o tema. Recorrerei a Eder Sader pela expressividade de sua contribuição ao assunto e a Lucien Goldmann.

Para Sader a expressão sujeitos políticos coletivos indica:

> **"**Uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (SADER, 1995, p.11).

Trata-se de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são o resultado de suas interações em processos de reconhecimento mútuo e cujas composições são, segundo Sader, "mutáveis e intercambiáveis".

Esses sujeitos coletivos comporiam os novos sujeitos sociais que para o autor seriam os participantes dos movimentos sociais populares.

> "(...), são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas" (SADER, 1995, p.10).

Seriam, conseqüentemente sujeitos históricos revalorizados, pensados como "senhores de suas ações" (SADER, 1995, p.45), implicados nas estruturas objetivas do real. O autor apresenta o homem como um produto social e dessa forma também o vê como capaz de impregnar de significados as ações sociais.

Cabe aqui citar a contribuição de Goldmann que afirma que os sujeitos da história não são os indivíduos simplesmente, que o sujeito essencial é um sujeito transindividual, isto é, não é um sujeito individual e sim coletivo.

> "Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um "Nós", mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse "Nós" e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. Há entre os homens uma outra relação possível além da relação de sujeito a objeto ou da relação de Eu a Tu: é uma relação de comunidade que chamaremos o "Nós", expressão de uma ação comum sobre um objeto físico ou social" (GOLDMANN, 1979, p.18).

Creio que para uma melhor compreensão da temática deste estudo as contribuições de Agnes Heller (2000) também se fazem necessárias.

É no interior da **vida cotidiana** que podemos pensar o sujeito como fruto de suas relações sociais, como capaz de interferir e modificar o real**.** É nela que, segundo Heller, acontece a vida do homem por inteiro, onde este participa com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade, mesmo que estes não possam aparecer com toda sua intensidade.

O indivíduo já nasce inserido em sua cotidianidade. Teríamos assim a vida cotidiana no centro do acontecer histórico, onde o indivíduo se tornaria adulto na medida em que fosse capaz de viver por si mesmo essa cotidianidade.

Dessa forma o adulto deveria dominar a manipulação das coisas, da natureza e das mediações sociais até chegar às relações de intercâmbio – os grupos. Nos grupos o homem aprenderia os elementos do cotidiano (costumes, normas, ética de outras integrações) partindo de grupos menores (família, escola) para grupos maiores.

Para a autora a vida cotidiana é, deste modo, a vida do indivíduo, que é ao mesmo tempo *ser particular e genérico.*

A particularidade social estaria no fato da "irrepetibilidade e da unicidade", onde as necessidades humanas tornar-se-iam conscientes a partir das necessidades do "eu". Já a genericidade seria o fruto das relações sociais, onde o homem genérico seria o herdeiro e preservador do desenvolvimento humano. Assim, o homem genérico, não seria um homem sozinho, mas a sua integração, uma "consciência de nós".

O genérico estaria, deste modo, contido no particular, pois toda atividade tem o caráter humano-genérico e quanto maior a motivação pelo humano-genérico mais facilmente o homem se elevará da particularidade para a genericidade.

Para Heller é no cotidiano que se reconhece e se visualiza o movimento da sociedade e este cotidiano não pode ser compreendido apenas como espaço de reprodução, mas, como lugar possível de práticas e experiências inovadoras, que permitiriam a construção da autonomia.

Heller aponta também outra categoria fundamental para o meu constructo: a 'condução da vida', onde, somente os indivíduos, em ações mediatizadas pela consciência, são capazes de conduzir sua própria vida.

> "Para descrever a vida cotidiana do indivíduo temos que recorrer a categoria de "condução da vida".E temos visto que assim mesmo em sendo a "condução da vida" a categoria central da vida cotidiana, nem todos os homens são capazes de tal "condução". Dito de outro modo: somente os indivíduos, isto é, quem pode ascender a essa síntese a que nos temos referido e estão, em conseqüência, em relação consciente

> com as objetivações da espécie, são capazes de tal "condução da vida". (HELLER, 1994, p.14/15).[15]

Para a autora a condução da vida seria a relação consciente do indivíduo com o humano genérico onde, cada qual deveria apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua cotidianidade.

Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com o pensamento gramsciniano, que aponta a importância da cultura na formação de sujeitos políticos.

As categorias básicas do cotidiano, segundo Heller, recebem um significado diferente; o indivíduo se apropria de suas regras e rotinas, mas segue de maneira consciente, não estando à serviço delas. Reflete sobre suas ações, conseguindo fazer uma leitura crítica das mesmas. Essa forma de conduzir sua vida o leva a uma resignificação de sua própria identidade, constituindo-o como indivíduo, com uma visão de mundo, com uma "concepção de mundo".

Posteriormente, ocorre a superação do interesse individual, corporativo, em benefício do coletivo. Nesse caminhar, o indivíduo faz, inicialmente, o processo de sua própria individualização, com sua própria identidade, concebendo-se como *ser* e que pode conduzir sua vida.

Somente após esse trajeto, ao passar dos interesses pessoais para o coletivo, ao se sentir *parte do coletivo*, pode se constituir como sujeito coletivo, que o alça à condição de um sujeito político.

> "O indivíduo não existe sem comunidade, a comunidade está sempre presente, tanto de fato quanto na teoria. (...) *A configuração de uma conduta vital, de um modo de vida, e a eleição da comunidade são dois aspectos de um mesmo processo*" (HELLER, 1994, p.17).[16]

Avançando em meu caminhar teórico, trago as contribuições da análise de Bader Burihan Sawaia quanto a dimensão sócio-histórica, que nos mostra a mudança de paradigma em relação aos sujeitos de participação.

[15] Traduzido pela autora.
[16] Traduzido pela autora.

Até 1980, segundo a autora, a ênfase da participação era no coletivo, na objetividade e na racionalidade pressupondo conscientização política e social, com intenção de transformação social.

Sawaia trata ainda da correlação participação-subjetividade, indicando que o sujeito no contexto de suas subjetividades pode organizar sua participação.

> "O ato de participação desse sujeito é determinado pelos modelos dominantes de participação social, mas é organizado num contexto de subjetividade como experiência existencial, impregnada de emotividade" (SAWAIA, 2002, p.123).

Conclui-se então que o ato de participar vai muito além da racionalidade, é preciso se deixar envolver emocionalmente para que cada ação possa ter rebatimentos, também, em nossa subjetividade.

Esse processo de participação, que trás a possibilidade de emancipação, conduz os sujeitos a sua *Autonomia.* Um sujeito que, segundo Gohn (2005), consegue então, ler e reinterpretar o mundo, consegue participar de fato, compreender e se expressar por conta própria, consegue ver, aceitar e trabalhar, de forma construtiva, com as diferenças. Um sujeito que adquire enfim, a capacidade de ser um sujeito histórico, que constrói um campo ético e político de respeito ao outro.

Finalizando, trago o conceito de Sader, o qual nos aponta que a existência do sujeito pode prescindir do exercício da autonomia, mas esta é imprescindível sem aquele e ainda:

> "Sujeito autônomo não é aquele que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade" (SADER, 1988, p.56).

Na medida em que os indivíduos, e nesse caso os trabalhadores sociais, se constituem como sujeitos políticos, na medida em que adquirem autonomia, sendo capazes de reinterpretar as situações de seu cotidiano, de fazer uma releitura de suas

ações com criticidade, criam condições de se contrapor a lógica do "*Discurso Competente"* (CHAUÍ, 1980), o discurso instituído, autorizado, que traz a fala do poder e do conhecimento instituído, que tem o papel de "dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação" (CHAUÍ, 1980, 11).

A possibilidade de romper com este discurso, enquanto trabalhadores que atuam no social, é a possibilidade de romper com o papel esperado de operacionalizadores do discurso capitalista, do poder formal, da lógica que "reduz os homens a condição de objetos sociais" (CHAUÍ, 1980)

Concluindo, quando analiso o processo de construção de identidades, dentro de uma prática social e política de organização da sociedade civil, como é o caso do Fórum DCA Sto. Amaro, ressalto a importância da construção coletiva, sem esquecer, contudo, a dimensão individual, subjetiva, onde pulsam os afetos e as paixões e que movem os indivíduos à concretização de seus projetos e à possibilidade de atuar e transformar o seu cotidiano a partir de uma consciência crítica. É nessa trajetória que o ser social pode se conceber e se perceber como Sujeito Político.

4.1 – Gramsci: "Ampliando alguns conceitos".

Continuando meu embasamento teórico dialoguei com outro conceito fundamental para se problematizar a construção de sujeitos políticos, o conceito de '**Catarse',** na perspectiva gramsciana.

Inicialmente, acredito ser fundamental situar Gramsci em seu tempo e sua história. Ele foi um intelectual militante que soube interpretar a situação vivida em seu país, a Itália, do início do século passado (anos 1920/30), onde o mundo ainda vivia sob o impacto da 1ª guerra mundial e os italianos assistiam à ascensão do Fascismo. Outro fato de dimensões mundiais e que marcou profundamente a vida política de Gramsci foi a Revolução de 17 de Outubro de 1917 na Rússia que levou Lênin ao poder.

> "Gramsci viveu em uma época de grandes crises e de grandes modificações, de crises "catastróficas", como ele as chamava, e de líderes carismáticos. E nela viveu não apenas como protagonista nos anos de ação, mas também como um apurado intérprete nos anos de inação forçada."(BOBBIO, 1999, p.106).

Foi o desejo de interferir e modificar as estruturas dessa situação vivida que o levou à ação prática e intelectual.

Em Gramsci, o conhecimento e a vontade, se relacionam dialeticamente, sendo inseparáveis no agir humano; dessa forma, caminham juntas a cientificidade e a luta política, a razão e a paixão, o conhecimento sistematizado e o saber popular. Para ele deveríamos vencer o *"pessimismo da razão*" com o *"otimismo da vontade*".

Segundo Semeraro, a epistemologia da obra de Gramsci está relacionada a um profundo agir político.

> "Ela opera de forma tal que o real possa se tornar inteligível às classes subalternas e que estas possam descobrir com suas "revoluções ativas" e suas pesquisas, os nexos existentes entre as condições desumanas em que vivem e a estruturação injusta da sociedade" (SEMERARO,1995).

O pensamento gramsciano deixa claro que todo grupo social que almeja a hegemonia deve passar por um período de construção de sua própria identidade, de sua intelectualidade e por uma educação que leve a um saber mais avançado e socializado.

Esta educação, esta possibilidade de construção de um saber mais avançado, seriam essenciais para que o grupo pudesse atingir o seu momento catártico.

Após esta breve introdução, passarei a discutir o conceito de *Catarse.* Para uma melhor compreensão deste conceito, dentro da teoria gramsciana, trarei, inicialmente, algumas definições que demonstram a amplitude deste tema para o autor e que, por conseguinte complementam a fundamentação teórica de minha dissertação.

- *Hegemonia*: Este é um dos temas centrais das reflexões do cárcere; base do conceito de sociedade civil. Gramsci pode ser considerado, o teórico por excelência da concepção de hegemonia.

Para ele o domínio de uma classe sobre a outra não depende apenas do poder econômico, mas principalmente da capacidade de persuadir a classe dominada a compartilhar valores sociais, culturais e morais da dominante. É a capacidade de dirigir

"intelectual e moralmente" o conjunto da sociedade para produzir consensos em torno de um projeto político.

Isso levaria a uma base mais sólida do poder da classe dominante e implicaria em que essa classe também soubesse assumir e incorporar interesses das classes dominadas, o que resultaria em fazer sacrifícios da ordem econômico-corporativa.

Posso dizer ainda, que hegemonia, para Gramsci, tem o significado de predomínio ideológico dos valores e normas de uma classe sobre a outra e se estabelece por meio da lenta modificação da consciência de um povo.

Segundo Bobbio (1999), a hegemonia, dentro da concepção gramsciana, visa não apenas à formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho estatal e transformar a sociedade, mas também de elaborar, difundir e realizar uma nova concepção de mundo.

Para Gramsci, *"toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica"* (Gramsci, 1999, p.1331). Essa numeração de página está correta!

Siomionatto (1999), ao tratar do conceito corrobora essa idéia ao afirmar que hegemonia é algo que se opera não somente na estrutura econômica e política da sociedade, mas também, sobre o modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas.

Outra autora que também compartilha desta idéia é Chauí, ao afirmar que:

> "Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder de estado (isto é, o controle jurídico, político e social da sociedade), mas ela é hegemônica, sobretudo porque suas idéias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação", (CHAUÍ, 1983, p.110).

Concluindo, para Gramsci, se uma classe política conseguir persuadir as demais classes sociais a aceitarem seus valores morais, políticos e culturais, estabelecendo, enfim, sua hegemonia, por meio do consenso, ela terá sido bem sucedida na implantação

de seu projeto político, o que implicará no uso mínimo da força, pois **a hegemonia é o contraponto da dominação**.

Nesse sentido, uma classe dominante que perdesse as hegemonias culturais, ideológicas ou morais, deixaria de ser dirigente e só poderia exercer a dominação.

Restreppo aponta que utilizar o recurso da violência revela a fragilidade do poder, assim sendo, um Estado democrático deve ter o monopólio da direção intelectual e moral. No entanto, para Gramsci, que tem sempre presente a unidade teoria-prática, uma classe não deve exercer somente direção intelectual e moral, mas "sobretudo encarná-la em formas concretas de ação e organização", pois, "é nelas que materializa sua direção, socializa seus valores éticos, sua visão de mundo, sua identidade de classe", (Restreppo, 1990).

Neste ponto, Restreppo introduz uma instância mais geral, a "direção social" dos conflitos, pois para ele o conceito de direção intelectual e moral por si só não daria conta de toda a realidade.

Ele refere ainda, com base em Gramsci, que as classes fundamentalmente e primeiramente disputam o consenso social e não o controle da coerção estatal, sendo assim, o consenso é um eixo fundante do poder político.

Gramsci aponta que *não pode existir reforma intelectual e moral, sem reforma econômica, é necessário haver elevação das camadas mais baixas da sociedade e modificação na posição social.*

Até aqui o conceito de hegemonia está sendo tratado a partir da perspectiva de uma "classe social", com uma visão mais ampla do fenômeno. No entanto, posso também aplicá-lo, de uma forma mais restrita, pensando em hegemonia a partir de um "grupo social".

Williams (1979), partindo dos pressupostos de Gramsci, esclarece que o "domínio" é expresso, em tempos de crise, pela coação direta ou efetiva e a hegemonia, que é a situação mais normal, seria uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais.

Para ele hegemonia é vista como a totalidade de um processo, entendida em um sentido cultural mais amplo.

> "(...) É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores (...) que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras é no sentido mais forte uma "cultura", mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes". (WILLIAMS, 1979, p.113).

Assim, para Williams, a hegemonia vivida enquanto um processo seria formada por um complexo de experiências, relações e atividades que estariam sujeitas à pressões e limites específicos e também mutáveis. Dessa forma a hegemonia nunca teria uma característica singular, sendo constantemente renovada, recriada, defendida e modificada.

Portanto, embora a hegemonia, por definição, seja sempre dominante, ela jamais será total ou exclusiva, pois estará, em um processo contínuo, sofrendo as pressões políticas e culturais das formas alternativas da sociedade. Caberá a ela saber incorporar os clamores daqueles que se encontram à margem de seu processo.

> "Nesse processo ativo, o hegemônico tem de ser visto como mais do que a simples transmissão de um domínio (inalterável). Pelo contrário, qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposição que lhe questionam ou ameaçam o domínio. A realidade do processo cultural deve, portanto, incluir sempre os esforços e contribuições daqueles que estão, de uma forma ou de outra, fora, ou nas margens, dos termos da hegemonia específica" (WILLIAMS, 1979, p.116).

Finalizando, ao pensar no conceito de hegemonia enquanto uma totalidade, ela significaria, conseqüentemente a unificação entre estrutura/superestrutura, entre atividade de produção/cultura, indo do particular econômico para o universal político.

Partindo dos pressupostos de Gramsci, posso inferir que para um grupo poder exercer a sua hegemonia é intrínseco que estabeleça, primeiramente, *uma direção intelectual e moral.*

Para definir melhor o conceito de direção intelectual e moral é necessário compreender, inicialmente, que a supremacia de um grupo social pode se manifestar, dialeticamente, de 2 maneiras: como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Deste modo, um grupo social é dominante em relação a seus adversários e deve ser dirigente dos grupos aliados e afins.

Ser dirigente implica em levar os grupos a uma *direção consciente*. É poder trabalhar com a questão da *espontaneidade,* pois, segundo Sader, em todo movimento espontâneo existe algo de consciente; a tarefa consiste em "educá-lo", em "direcioná-lo", tornando-o homogêneo, para que possa se transformar em ação política real.

Simionatto acrescenta, ainda, a este conceito que a direção intelectual e moral deve:

> "Exercer-se no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso".(SIMIONATTO, 1999, p.43).

Portanto, a elevação cultural das massas, a partir da realização de uma ampla "reforma intelectual e moral", é decisiva para o processo de formação de uma vontade coletiva, base para a conquista da hegemonia.

Mas, um grupo para exercer esta direção, precisa, primeiramente, constituir sua identidade. Um grupo desarticulado, sem consciência de si e de seus conflitos não existe efetivamente e não pode, portanto dirigir outros. A construção dessa identidade ocorre mediante um processo teórico e prático, onde a teoria se identifica com a "direção intelectual e moral".

Sendo assim, o poder de um grupo depende de sua capacidade de dirigir intelectual e moralmente, de gerar consenso.

A tarefa da direção consciente, desta reforma intelectual e moral caberia, segundo Gramsci, aos *Intelectuais*.

Inicialmente, devo situar historicamente a temática dos intelectuais. O autor ao introduzi-la tem seu ponto de partida nas intensas transformações ocorridas no período de 1919 e 1926, principalmente na Itália, com a derrota do movimento operário e a reorganização do capitalismo. Gramsci tratou a fundo esta questão, devido principalmente, à importância que dava *à cultura como possibilidade efetiva de transformação* para novos projetos sociais. Para ele não existe atividade humana que possa prescindir de alguma atividade intelectual, pois "todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais".Sendo assim, segundo Bobbio, um intelectual não se definiria pelo tipo de trabalho que executa, mas, sim, pela forma como se coloca no modo de produção capitalista.

> "(...) um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos de sua obra de agitador são os mesmos que caracterizam o papel do intelectual". (BOBBIO, 1996, p.114).

Gramsci divide os intelectuais em 2 categorias**,** 2 grupos contrapostos, **Intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos,** que, segundo Simionatto (1999), poderiam ser definidos como sendo:

- *Intelectuais tradicionais* – aqueles que originariamente estariam ligados a um aparelho de hegemonia (Universidade, igreja) e que não, necessariamente, se vinculariam a uma classe social, concebendo-se como uma categoria autônoma. Seriam depositários de uma tradição cultural.

- *Intelectuais orgânicos* – Seriam aqueles que de certa maneira estariam mais intimamente ligados à classe a qual pertencem, sendo elaborados pela mesma em seu desenvolvimento. Assim, deveriam fazer parte da massa para saber de seus anseios, seu estilo de vida, sua forma de pensar, para poder compreendê-la, podendo estabelecer elos

emocionais com a mesma, movidos enfim, pelo mesmo sentimento e pela mesma paixão.

Ainda, segundo Simionatto, os grupos viveriam situações, realidades, que exigiriam o desempenho de atividades intelectuais. É neste processo que se criariam os intelectuais orgânicos e é esta relação orgânica do intelectual com a sua classe ou o seu grupo que o levaria a participar efetivamente de um projeto. Ele seria o intérprete de uma classe ou de um grupo.

Este intelectual seria uma síntese entre o especialista e o político, trazendo não só o seu saber objetivo, mas, uma função de dirigente, onde lhe caberia o papel de persuasão, organização, construção, com uma verdadeira inserção na vida prática. Seria a partir dele que o grupo tomaria consciência da própria função e poderia ter contornos de maior homogeneidade.

> "Na luta pela hegemonia, os intelectuais precisam provocar no seio dos grupos ou classes, a qual está organicamente vinculado, uma tomada de consciência de seus interesses e participar da concepção de uma visão de mundo mais homogênea e autônoma".(SIMIONATTO, 1999, p.60).

Concluindo, é na orgânica relação entre as classes subalternas, ou entre os grupos, e os seus intelectuais que teremos a possibilidade de formação de "sujeitos efetivos de nossa evolução social e política" (COUTINHO, 1980). É somente com esta relação que essas classes e esses grupos serão capazes de construir um projeto hegemônico de sociedade ao se constituírem como sujeitos conscientes e ativos.

Para tanto, se faz necessário, que estes sujeitos passem por um processo de formação de consciência crítica, de subjetivação, ao qual Gramsci denominou *momento econômico/momento ético-político.* Esse momento indicaria a passagem do momento econômico, ou egoístico-passional, para o momento ético-político, consistindo na elaboração superior da estrutura em superestrutura. É o momento das antíteses, quando o indivíduo, finalmente, consegue passar do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A esse momento, Gramsci denomina **catarse,** definida em seus cadernos, como sendo:

> "(...) a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do "objetivo ao subjetivo" e da "necessidade à liberdade". A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e tornando-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas"(GRAMSCI, 1999, p.314).

Carlos Nelson Coutinho, com base em Gramsci, complementa a definição do termo:

> **"**Processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal; ou seja, é o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para converter-se em sujeito consciente da história" (COUTINHO, 1980, p.48).

Essa tomada de consciência, essa construção da subjetividade do sujeito, torna-o um sujeito ativo, livre, enfim, um sujeito histórico, que, a partir de uma vontade coletiva, reconhece as condições reais do universo onde atua e pode ter condições de transformar essa realidade.

Por ser um processo, essa passagem do momento econômico para o momento ético-político, essa formação de uma consciência política coletiva, acontece em 3 momentos distintos:

-1º *Momento econômico-corporativo* – onde existe uma unidade de interesses particulares ou específicos de grupos profissionais, corporativos ou de outra natureza, mas, não existe ainda, uma unidade do grupo social mais amplo.

-2º *Momento* – quando se é adquirida uma consciência de solidariedade de interesses entre todos do grupo social, ainda que restrito a campos específicos.

-3º *Fase da hegemonia* – É a fase mais estritamente política, quando se superam os interesses de grupo corporativos, econômicos e outros, e se atinge a consciência de que esses interesses devem ampliar-se para interesses da sociedade como um todo.

Segundo Simionatto, o momento catártico, nas relações de classe, seria aquele em que o proletariado deixa de ser "classe em si" e torna-se "classe para si", conseguindo, finalmente elaborar um projeto para toda a sociedade, por meio de uma ação coletiva.

> "É preciso vencer o corporativismo, a visão particularista e restrita (...). Somente elevando-se ao nível ético-político, as classes sociais conseguirão dar á própria ação, caracteres socialmente universais e qualitativamente integrais" (SIMIONATTO, 1999, p.45).

É a transcendência do ser particular para o ser genérico, que consegue então pensar em ações de caráter universal.

> "O cume da elevação da cotidianidade é a *catarse.* Na catarse, o homem torna-se consciente do humano-genérico de sua individualidade" (HELLER, 2000, p.26).

Posso dizer, que o momento ético-político configura-se, como um processo complexo de subjetivação, onde os grupos corporativos, na medida em que se agrupam, vão saindo de seu estado "egoístico-passional", para, progressivamente, poderem assumir atitudes e ações que venham a se contrapor à ideologia dominante, até, como diz Semeraro, "amadurecerem uma visão independente e superior de mundo, para a qual convergem os diferentes grupos que lutam pelos mesmos horizontes sociais e políticos" (1997).

Semeraro, ainda coloca que neste processo o indivíduo se transforma em um ser relacional, cria um sentido unitário de sociedade e é capaz de construir um *"bloco histórico"*.

Bloco Histórico é definido como a relação existente entre estrutura e superestrutura, ente forças materiais e ideologia. Para Duriguetto (2005), "bloco histórico" compreende uma ordem social em que a classe dominante, além da esfera econômica, detém também a dominação (sociedade política) e a hegemonia (sociedade civil) sobre o conjunto da sociedade.

Para Gramsci, não existe distinção concreta entre as 2 esferas. Elas se "convergem dialeticamente", formando uma "unidade real". A estrutura, dessa forma não pode ser entendida fora do processo histórico.

Após estas definições, posso passar a compreender com mais exatidão a dimensão do conceito de *Sociedade Civil*[17] para Gramsci:

Sociedade civil é o conceito chave para o pensamento político de Gramsci; o autor, ao introduzir o conceito trouxe-o de forma ampliada, retomando alguns aspectos do pensamento de Hegel, sem esquecer, obviamente, as contribuições da teoria marxista.

Por ser o eixo estruturante para a definição do pensamento gramsciano trago a definição de sociedade civil proposta por Marx e Engels.

> "A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil. (...) vê-se que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história. (...) A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma determinada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve-se fazer valer frente ao exterior como

[17]*Sociedade Civil*: A noção de sociedade civil é própria da modernidade européia e surgiu do conceito *komonia politike* utilizado por Aristóteles que correspondia a "comunidade pública ético-política". O termo até hoje é alvo de muitas discussões e a literatura sobre o tema é bastante vasta. Segundo Marx & Engels (1979), a expressão "Sociedade Civil" aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já tinham se desvinculado da comunidade antiga e medieval e a sociedade civil como tal desenvolve-se apenas com a burguesia.

> nacionalidade e organizar-se no interior como Estado". (MARX & ENGELS, 1979, p.52/53).

Assim, Gramsci mantém, como na teoria marxista, na base da estrutura, a atividade econômica, a mais valia e o conflito de classes (RESTREPPO, 1990, p.75). Mas, para Marx, a sociedade civil se constituiria em uma esfera não estatal que surge do capitalismo e da industrialização, aí Gramsci estabelece sua diferença, ampliando esta visão.

Segundo Bobbio (1999), Gramsci faz, dentro da teoria marxista, uma reavaliação da sociedade civil com relação ao Estado.

Já Simionatto (1999), acrescenta que a teoria gramsciana busca, a partir de um movimento dialético de "superação/renovação", reinterpretar as novas configurações do capitalismo em seu momento histórico. A autora ao analisar o conceito de sociedade civil, dentro da concepção gramsciana, coloca-a como um espaço onde se organizam os interesses em confronto, onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições, ou ainda como:

> "Conjunto dos organismos chamados "privados" e que correspondem a função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade" (SIMIONATTO, 1999, p.68).

Nesse sentido, Gramsci inclui no conceito de sociedade civil a dimensão da "direção intelectual e moral", situando-a na superestrutura juntamente com a sociedade política (o Estado).

Dessa forma se aproxima de Hegel, pois para este a *cultura* é o "processo histórico de formação de um povo, que o capacita a atuar de acordo com princípios cada vez mais amplos e gerais" (Restrepo, 1990, p.66).

Nessa perspectiva, é somente pela cultura, segundo Hegel, que se estabelece uma subjetividade coletiva, que os indivíduos conseguem sair do interesse particular para o bem geral. É o processo cultural ou *civilização* que transforma a atividade prática e teórica dos homens, aí ele inclui a religião, a arte e a filosofia.

Assim, o conceito de sociedade civil de Gramsci, tem sua origem na concepção de Hegel, que tem sua base na raiz ética do Estado e das instituições que regulamentam as relações econômicas.

Seguindo estes fundamentos, Gramsci trás uma nova e ampla concepção de sociedade civil, compreendendo-a como um espaço de organização da cultura, inserindo-a na superestrutura social, onde sua hegemonia não se estabelece apenas na esfera econômica, mas principalmente no campo cultural.

Ao idealismo de Hegel e seus seguidores, Marx contrapõe o materialismo. Extrai a gênese dos processos sociais a partir das condições materiais, onde a sociedade civil estaria sob a hegemonia das relações econômicas burguesas. Para ele, o Estado é identificado como instituição a serviço da classe dominante, aquela que tem o domínio econômico e utiliza o controle do aparelho estatal para exercer seu domínio.

Essa disputa pela hegemonia ocorre no espaço da sociedade civil completando-se na sociedade política. Daí surge o modelo gramsciano de sociedade: o autor mantém a economia na infra-estrutura, como no modelo marxista, mas, inova ao desdobrar a superestrutura em 2 vertentes – a sociedade civil e a sociedade política. Ele "busca compreender a relação entre o econômico e o político a partir de uma concepção ampliada de estado" (FLEURY, 1994, p.24).

> "Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica".(GRAMSCI, 1999, p.324)

Sendo assim, posso compreender a sociedade política como o conjunto de mecanismos com os quais a classe dominante mantém seu monopólio (Burocracias e Forças Armadas) e a sociedade civil como o conjunto de organizações públicas e privadas às quais caberia a elaboração e difusão das ideologias.

Nesse esquema, o Estado seria igual à Sociedade Civil + Sociedade Política, sendo que, na sociedade civil as classes buscariam ganhar aliados, mediante a direção e

o consenso, para obter a hegemonia. Na sociedade política as classes procurariam exercer uma ditadura ou uma "dominação" mediante a "coerção".

Concluindo, para Gramsci, o poder, ao invés de se definir como forma de coerção (exercido pelos aparelhos de repressão do Estado), seria definido no campo da cultura, pois o poder de uma classe não dependeria do controle do aparelho do Estado, mas de sua capacidade de dirigir intelectual e moralmente. O Estado Moderno, dessa forma, não poderia mais ser visto apenas como aparelho coercitivo, mas, abarcando também a multiplicidade de organismos da sociedade civil onde "se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde, praticamente, se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia" (SEMERARO, 1997).

Bobbio, citando Gramsci, aponta ainda, que, sociedade civil pode ser entendida como hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade e representa o "momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico" (BOBBIO, 1982, p.33). Desse modo, a importância do desenvolvimento social não estaria centrada no Estado, como em Hegel, e sim na Sociedade Civil, como em Marx.

Assim, a sociedade civil, buscaria exercer sua hegemonia por meio da direção e do consenso e a sociedade política, buscaria exercer a dominação a partir da coerção e ambas comporiam o *Estado Ampliado.* Este seria, portanto, a não separação, a unidade dialética entre política e sociedade, entre economia e Estado. Uma relação orgânica no contexto de Estado entre a sociedade civil e a sociedade política. Esta noção de Estado Ampliado comporia uma das bases do pensamento gramsciano.

Segundo Semeraro (1997), o que interessa para Gramsci é a capacidade de criatividade, de articulação e de iniciativa dos diferentes organismos da sociedade civil, onde os indivíduos possam aprender a "política do autogoverno", onde as massas poderiam encontrar condições para se tornarem sujeitos livres e organizados, em uma "sociedade regulada". Seria o "Estado sem Estado" que, para além das utopias gramcianas, implicaria que os homens aceitariam as leis espontaneamente e não por coerção, pois estariam **conscientes** das mesmas.

Ainda segundo Semeraro, com base em Gramsci, a sociedade civil seria o externo e complexo espaço público não estatal onde os diversos sujeitos modernos poderiam formar identidades coletivas, com suas culturas, com seus valores ético-

políticos e suas diferentes formas de associações para estabelecerem iniciativas conjuntas.

> "É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar por um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder".(SEMERARO, 1997,).

Ampliando o meu arcabouço acerca do conceito de sociedade civil, trago as contribuições de Restreppo (1990). O autor estabelece que para ocorrer uma emancipação real e enquanto ainda não se possa prescindir da existência do Estado, se faz necessário, um espaço de atividades e de relações sociais que goze de autonomia frente ao Estado – o espaço da sociedade civil.

Saliento que a sociedade civil, em Gramsci, seria um espaço possível para que, *também,* os indivíduos atomizados, privados de sua dignidade e em situação de subalternidade, poderiam encontrar condições, dentro de um processo histórico, de estabelecerem sua subjetividade, assumindo uma consciência crítica do seu operar, da sua real situação, da natureza das hierarquias sociais e políticas, conseguindo, enfim, elaborar uma nova concepção de política, de Estado e de sociedade que possa nortear suas lutas ou suas ações.

É quando finalmente a massa[18], livre e criativamente organizada, pode se constituir como um **sujeito político coletivo**, se propondo a desenvolver, para além de suas potencialidades individuais, as suas dimensões públicas e coletivas.

Nesse sentido, Gramsci ao tratar do tema da sociedade civil trouxe, também, a relevância do papel do **homem coletivo**. Este se estabelece a partir do conhecimento prévio de si mesmo, ou seja, mediante a construção de uma consciência crítica, de uma concepção de mundo do próprio indivíduo.

> "O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do

[18] **Massa**, entendida, segundo Restreppo, como sendo: multidão atomizada de interesses individuais, expressando-se de maneira também atomizada. Seria a "guerra de todos contra todos".

> processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente essa análise" (GRAMSCI,1999, p.94).

Portanto, a partir desse processo de consciência da própria historicidade, estabelecemos a nossa concepção crítica de mundo e, coerentemente, criamos nossa identidade, o que nos permite reconhecermo-nos com determinado grupo, ou seja, com aqueles indivíduos que compartilham um mesmo modo de pensar e agir.

Teríamos então, segundo Gramsci, uma multiplicidade de vontades desagregadas, unindo-se na busca de um mesmo objetivo, baseada em uma mesma e comum concepção do mundo, que teria conquistado uma "unidade cultural-social", tornando-se enfim um "**homem coletivo**", capaz de levar vontades singulares a se tornarem homogêneas e se transformarem em **vontades coletivas.**

Sendo assim, para a existência de uma vontade coletiva faz-se necessário, além de um certo grau de homogeneidade, a presença de utopias e ideologias, mesmo que confusas nas fases iniciais dos processos históricos de formação dessas vontades. Os componentes da coletividade devem se colocar de acordo entre si, discutir entre si, formar uma unidade, uma fusão das vontades para que sejam estabelecidos princípios de ação em comum.

Estabelece-se assim, o homem coletivo, que no passado, necessitava de uma direção "carismática", um "herói", que pudesse impulsionar uma vontade coletiva. O homem coletivo atual, "Se forma essencialmente de baixo para cima, baseado na posição ocupada pela coletividade no mundo da produção" (SADER, 2005, p.104).

Neste processo de formação do homem coletivo, o indivíduo estabeleceria uma relação onde, na medida em que promoveria ações para transformar sua realidade, estaria sendo transformado por ela, dando origem a novas iniciativas, tornando-se, afinal, um sujeito consciente de sua história.

> "Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo. É uma ilusão supor que o "melhoramento" ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é "individual", mas ela não se realiza e se

> desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima que abarca todo o gênero humano" (GRAMSCI, 1999, p.406).

Assim, posso concluir que, para Gramsci, a capacidade dos homens de refazerem seus ambientes e a si próprios se dá, somente, por meio da percepção e da análise histórica, ou seja, pelo entendimento preciso das circunstâncias históricas nas quais se encontram os indivíduos e a sociedade à qual pertencem.

Mas, todo esse processo não nasce espontaneamente. Os indivíduos para se constituírem como sujeitos políticos coletivos, precisam de uma direção intelectual e moral, aquela que poderá transformar o "homem-massa" em um "homem-coletivo". Essa tarefa, como já foi colocado, estaria a cargo dos intelectuais.

> "Uma massa humana não se "distingue" e não se torna independente "para si" sem organizar-se; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica" (GRAMSCI, 1999, p.104).

Estes teriam a tarefa de serem especialistas e políticos, e, como políticos, só poderiam encontrar, como sede para suas ações, os espaços dos Partidos Políticos, que seriam os "novos institutos de massa".

Nas definições de Gramsci, ao partido caberia a tarefa da reforma intelectual e moral da sociedade, superando o que restasse dos elementos econômico-corporativos e contribuindo para a formação de uma "vontade coletiva nacional-popular".

O partido seria o "Novo Príncipe", o príncipe mito, não mais um agente isolado e sim o agente da vontade coletiva transformadora, que educaria a classe proletária para se tornar dominante, como *o príncipe* de Maquiavel.

Nessa mesma perspectiva, Costa (2002) coloca que o partido deveria atuar como o intelectual coletivo, ao qual caberia dirigir o processo cultural de ampliação da consciência da classe trabalhadora, por meio do esclarecimento das massas, o que implicaria uma reforma ética nos planos pessoal e coletivo, descortinando, dessa maneira, os horizontes estreitos e limitados da práxis cotidiana.

Bobbio, apoiado em Gramsci, também reforça esta idéia do partido enquanto expressão coletiva: "não será apenas o novo príncipe, mas será também o novo intelectual (coletivo), e realizará desse modo, de forma nova, a síntese entre teoria e práxis" (BOBBIO, 1996, p.130).

O partido seria, dessa forma, o eixo dinâmico de uma práxis transformadora, onde os seus intelectuais deveriam assumir as articulações, serem os protagonistas, responsáveis enfim, pela reforma intelectual e moral, para que se pudesse atingir o objetivo maior do partido que é o de "elevação do nível ideológico das massas", para obtenção da contra-hegemonia.

Para Gramsci, a história de um partido é a história de um determinado grupo social. Os partidos nascem e se constituem em organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para o grupo, mas, este grupo, não pode ser visto isoladamente, ele tem amigos, afins e adversários. Deste modo, escrever a história de um partido é escrever a história geral de um país.

Como Gramsci foi um leitor por excelência da sua realidade histórica, do seu momento histórico, é natural que atribuísse ao Partido Revolucionário este papel. Atualmente, na situação de crise em que os partidos políticos mergulharam, esta importância pode ser amplamente questionada.

Concluindo este capítulo trago uma citação de Gramsci que nos aponta para a importância da nossa "essência política".

> *"O homem é essencialmente "político", já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua "humanidade", a sua "natureza humana"(GRAMSCI, 1999, p.406)*

5 - HISTÓRIAS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA

> *"As pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária, vivendo e se comunicando através de fronteiras e transitando entre elas".*
>
> **Yara Aun Khoury**

5.1 – Definindo o Olhar

Para melhor trabalhar com os resultados advindos de minha pesquisa, optei por centrar o meu olhar e os meus referenciais tendo como base as reflexões de Yara Khoury acerca dos sujeitos e suas memórias, relacionando-os com a cultura e a história.

Segundo a autora, buscamos estudar a realidade visível, a partir de questões que aparecem para nós no presente e sempre atentos à nossa própria historicidade, quer seja como profissionais ou como cidadãos. Isso nos leva a compreensão do papel que desempenhamos nessa realidade.

Dessa forma, o meu olhar, nessa pesquisa, buscou compreender as pessoas vivendo ativamente a dinâmica social e dando significados às experiências vividas.

As narrativas dos sujeitos seriam, para Khoury (2004), um processo constante de atribuição de significados, a partir da consciência de cada um sobre a realidade vivida. Ao narrar, as pessoas estariam interpretando a realidade a partir do seu próprio ponto de vista, trazendo os fatos mais significativos formados na consciência de cada um, ao viver uma experiência que é sempre social e compartilhada.

Para a autora, lidar com as narrativas, é pensá-las em um movimento histórico. Ela faz a relação entre história e memória onde conclui que, as memórias se instituem e circulam, para poderem ser apropriadas e se transformarem, posteriormente, em experiência social vivida, levando o sujeito à consciência social da história. Analisar, deste modo, a relação entre história e memória, segundo ela, é entender os significados culturais, históricos, intelectuais e políticos das próprias narrativas.

Os fatos vividos permitiriam ao narrador, então, ir construindo sua identidade a partir de elementos de sua cultura e historicidade, recorrendo a um passado que foi significado e que vem sendo resignificado no presente.

Ainda, segundo a autora, ao organizar os fatos no espaço e no tempo, dentro de suas próprias vivências culturais e históricas, cada sujeito teria a possibilidade de ir dando sentido à experiência vivida e a si mesmo nela.

Para Khoury, as narrativas estariam sempre em movimento, interligando momentos específicos da vida dos diferentes sujeitos. Criando, dessa forma, novas possibilidades históricas.

> "Essas narrativas assumem diferentes significados em circunstâncias históricas específicas. Na interlocução, momentos próprios da vida de cada um se cruzam, criando novas significações históricas e culturais".(KHOURY, 2004, p.128).

5.2. Impressões da Pesquisa de Campo

Antes de prosseguir nos relatos, a título de implementar os resultados deste trabalho, trago algumas impressões que ficaram após o processo da pesquisa de campo.

Alguns fatores foram por mim considerados como elementos facilitadores do processo. Seriam eles: o fato de já conhecer os entrevistados e ter partilhado a história, ter criado um vínculo com os mesmos, permitiu uma maior facilidade e disposição por parte destes para concederem as entrevistas.

A princípio, contava em realizar, além das entrevistas, um grupo focal com oito representantes da comissão executiva, mas, a qualidade dos relatos produzidos pelos entrevistados foi tão rica que tornou desnecessária a realização do grupo pensado inicialmente.

No entanto, deparei-me com algumas outras situações as quais considerei como pequenas dificuldades para a realização da pesquisa, que seriam:

- O fato de termos vivenciado e construído uma história juntos fez com que, sempre na primeira entrevista, passássemos o tempo todo discutindo a situação atual da região, o que implicou, sempre, na marcação de uma segunda entrevista.

- O período destinado para a pesquisa coincidiu com o período de festas de fim de ano e férias de verão, o que dificultou a marcação das entrevistas.
- O fato de o pesquisador ser um observador participante, algumas vezes, dificultou a formulação das perguntas. Era necessário sempre estar muito atento para não sugestionar as respostas

5.3 - Primeiras Influências:

As pessoas aqui entrevistadas fizeram parte da comissão executiva do Fórum DCA Santo Amaro e foram escolhidas, tendo como base os critérios de tempo e qualidade de participação. Dessa forma, temos que o primeiro narrador e a terceira narradora participaram de 1998 até 2004, a segunda narradora de 1998 a 2001.

Além destes critérios, procurei privilegiar também, os segmentos mais representativos do Fórum, quais sejam: funcionários públicos e representantes das organizações não governamentais, além de um representante do poder público, uma vez que este, em função do cargo ocupado, foi um elemento estratégico para a viabilização de importantes ações do Fórum.

Inicialmente, compreendo que se faz necessário analisar os modos de vida tanto familiar como o ambiente social, a classe social, as experiências profissionais, enfim, as pré-condições que propiciaram elementos para que estes sujeitos se tornassem sujeitos políticos.

Mas, segundo Manfroi (2000), apenas as condições sociais da existência não seriam suficientes por si só para motivar ou estimular um indivíduo. Para ela é preciso que exista, também, uma "pré-disponibilidade do sujeito individual e também matrizes de significação que nomeiem esse vivido", além de uma "*massa crítica*" interna e espaços sociais onde os sujeitos possam se expressar.

Assim, busquei, inicialmente, nas histórias dos entrevistados, quais as primeiras influências, quais os primeiros significados possíveis para a construção da sua dimensão de sujeito político, a partir de suas mediações com o grupo familiar.

São 3 histórias de vida com experiências bastante diferenciadas sendo que para 2 narradores as lembranças do grupo familiar com relação à essa influência em sua formação política é muito restrita. Já para a 3ª narradora a experiência e as influências

advindas do grupo familiar é extremamente rica e de fundamental importância para sua própria trajetória política.

O primeiro sujeito de minha pesquisa, Marcos Veltri, tem 38 anos, é paulista, filho único, de um casal de classe média e que trás referências de sua mãe, também funcionária pública como ele. Ela aparece como alguém que lhe trouxe as primeiras possibilidades de reflexões.

"(...) *Em alguns momentos eu até levava a minha mãe para participar das reuniões, pois ela era funcionária pública municipal e também porque as reuniões eram abertas. Depois a gente vinha discutindo pelo caminho (...). Na verdade ela também teve interesse de participar de algumas reuniões do sindicato, eu não sei quem vem primeiro. Mais aí a gente acabava indo junto, discutindo, e foi muito legal (...).*"

A segunda narradora, Mara Ramos, tem 34 anos, é paulista e vem de uma família de classe média-baixa. Faz referências à mãe, costureira, como alguém que sempre trabalhou muito para manter a família. O pai, marceneiro e posteriormente coletor de lixo, foi alcoolista, fator que parece ter marcado muito a vida da narradora. Refere que em sua casa também vivia um tio com o mesmo problema.O fator social aparece como uma grande influência nessas primeiras marcas, juntamente com os princípios da igreja católica nos quais foi criada.

"(...) eu sou de família simples, minha mãe era costureira, meu pai analfabeto, trabalhava com marcenaria, depois tinha o problema do alcoolismo na vida dele; no mesmo domicílio a gente tinha um problema forte com alcoolismo, também, com um tio por parte de mãe. Ele misturava questões religiosas também. Na infância eu tive muito problema no sentido de entender o que acontecia. Naquela época era difícil, mas era o problema do alcoolismo. Minha mãe também não era muito presente porque tinha que trabalhar, eu lembro de uma época em que a gente ficava muito só em casa porque ela tinha que trabalhar. (...) Eu sou a mais velha, naquela época tinha minha irmã a Miriam, depois numa fase muito complicada, já tinha a Lílian que hoje tem 26 anos. Complicada sempre por causa do alcoolismo. O que me vem [relacionado] algum fator social, não que eu acho que isso me influenciou na minha escolha profissional. Depois,

eu lembro que sempre assisti muita televisão e as injustiças..., Eu sempre fui muito atenta a elas, eu achava que existiam situações que não deveriam ser da forma que eram. Na infância eu fui criada dentro dos princípios da religião católica, então eu lembro que fiz o catecismo e das coisas que eram faladas na doutrina social da igreja. Aí eu tive um rompimento porque minha mãe se tornou budista.(...)".

Já a 3ª narradora, Sônia Meyer, é gaúcha, tem 56 anos e para ela a questão de ser um sujeito político está intimamente relacionada com a sua origem familiar. Ela vem de uma família onde a política fazia parte do dia a dia das pessoas.

"(...), *nasci numa família em que a política era o seu mote. Minha mãe era filha de imigrantes alemães, o avô dela veio para o Brasil e um ano depois já estava envolvido com a revolução de 1893 no Rio Grande do Sul. Era o único alemão da revolução. Nessa época eles perderam tudo. Ele já saiu da Alemanha por motivos políticos. Participou de uma revolta contra o imperador e precisou sair.(...) Meu avô, pai de minha mãe, por sua vez, que era filho dele, participou indiretamente dessa revolução de 93. Ele e o irmão tiveram que fugir sozinhos de casa e atravessar o Rio Grande do Sul a pé, com 11 anos, para chegarem em Porto Alegre para poderem ter guarida. Nessa época, meu bisavô estava no Uruguai. Meu bisavô, nessa ida para o Uruguai, acabou ficando muito doente e quando voltou estava meio desmemoriado. Aí nunca mais ele pode tomar conta da família. Então meu avô e meu tio assumiram a responsabilidade de ficar com a mãe e mais 11 irmãos. Depois ele (meu avô) participou da revolução de 23 no Rio Grande, e de outras revoluções. Sempre no grupo da oposição, nunca na situação. Ele nunca foi governo. A minha mãe sempre foi criada nesse ambiente. Minha mãe quando se formou conseguiu fazer aquela licenciatura curta da Universidade que era o que tinha em Porto Alegre na época. Isso na década de 30. A minha mãe quando se formou fez concurso público para professora. Ficou 3 ou 4 anos sem ser nomeada porque era filha de político da oposição. Depois, conheceu meu pai e meu pai era comunista, ele chegou a ser preso na época de Getúlio, antes de se casar com minha mãe, no Estado Novo. Meus pais se separaram antes de eu nascer, mas de qualquer forma também era um ato político: uma mulher, em 1949, assumir uma separação e criar 3 filhos sozinha.(...) Então, em casa na hora do almoço as pessoas falavam muito em política. Em 64, eu tinha uns 14 anos, era uma menina, mas*

meu irmão teve que sair do país, ele era envolvido com o movimento estudantil. Ficou fora por um período, depois voltou. Então, para mim a questão da política é a vida, sempre houve uma posição muito crítica em relação à estrutura em que se vivia, à sociedade em que se vivia (...).”

5.4 - Ampliando o Grupo: As experiências adquiridas.

Prosseguindo na análise, ampliando as possibilidades de comunicação social dos sujeitos de minha pesquisa e, entendendo que o indivíduo aprende com o grupo os elementos que utilizará em seu cotidiano, trago as experiências dos mesmos relativas ao seu grupo ampliado, ou seja, às suas experiências secundárias.

Para Marcos, meu primeiro sujeito, a entrada na Universidade, e com ela o conhecimento da teoria de Paulo Freire, foram fatos significativos em sua trajetória.

“(...) *Na época da faculdade eu tive meu primeiro contato com a esquerda também, meio que no paralelo. Às vezes eu me questionava, mas falava você é de esquerda e não tem consistência. Acabei abraçando Paulo Freire e foi meio que por aí minha formação(...)”.*

Ele é educador em Saúde Pública, tendo entrado para o serviço público em 1988. No decorrer da entrevista vai lembrando-se de outras experiências que marcaram a construção de sua dimensão política e que só posteriormente puderam ser decodificadas.

“(...). *Acho que é muito legal essa oportunidade da gente poder ir também olhando para essa história de um outro lugar. Quando você me perguntou da minha história trouxe a possibilidade de relembrar da minha participação sindical. O movimento dessa entrevista vai me lembrando que eu também participei de reuniões no bairro onde eu morava, na associação. Vou lembrando de algumas outras participações, de fato coletivas. Eu já havia me esquecido, porém um dado que marca, de fato, essa contradição de sujeito e objeto é que em alguns momentos eu estava como objeto mais do que verdadeiramente como sujeito.(...)”*

Na experiência do funcionalismo público destaca alguns fatos e períodos que foram fundamentais para o dimensionamento a caminho da sua construção como sujeito político.

"(...), *quando eu ainda ocupava o cargo de escriturário na Prefeitura, na época eu acabei me engajando na luta sindical. É um fato que eu até já havia esquecido, mas aí você falando, de fato, a luta era também muito centrada. A gente queria melhores condições de trabalho. Era ainda a Administração Jânio Quadros. Eu fui eleito, não sei nem porque, representante de minha unidade de saúde para participar das reuniões do sindicato. Era muito legal, porque eu ia à noite. Achava interessante (...) em alguns momentos ia também nos finais de semana (...), era uma fase que eu ainda fazia faculdade. Era novidade para mim.(...) lá, no caso, não era política partidária e sim, política sindical. Foi muito legal, porque foi algo novo, você quer entender, quer procurar ler (...)".*

(...) *E no sindicato foi legal, pois a gente pôde mobilizar greve, fazer parte da greve. Mas a consciência mesmo estava muito voltada ..., nem era consciência, mas o objetivo estava voltado para uma pauta de reivindicação. Nossa luta no sindicato era essa.*

Em uma outra experiência eu participei do movimento "fora Collor" (...).Na época existia..., Nossa! Nem lembrava disso! Quando teve o primeiro ato "fora Collor" foi na faculdade de direito do Largo São Francisco chamado "Ética na Política". A primeira reunião, eu me lembro, até a Luiza Erundina estava lá e alguns vereadores. Era outro contexto político, aí normalmente se falava em "fora Collor" [...], era o movimento "Ética na política", eu estava lá. Onde tinha estas coisas, à noite, eu estava enfiado, nem sei porque, onde tinha estas reuniões eu ia(...)

(...) *Na verdade era do PT, agora que eu me lembrei também, tinha esquecido disso. Tinham algumas reuniões, o pessoal me chamava, eu estava me enfiando no partido. Olha, na verdade, foi à oportunidade de sua pergunta que me trouxe isso a memória (...), de fato eu não me lembrava de que já havia participado de tantas outras coisas. Mas eu acho que foi muito voltado a uma sede de informações, sendo recém – formado (...), então, onde tinha uma discussão eu estava lá, para saber do que se tratava*.

(...) *Um grande marco na minha trajetória, profissional e pessoal, foi no final da gestão da Luiza Erundina, quando eu fui trabalhar no ambulatório de especialidade da Pedreira, na Região Sul. Lá eu pude viver uma experiência muito interessante de trabalho, uma experiência muito rica, principalmente porque trabalhei com profissionais de diferentes áreas. Isso foi muito rico do ponto de vista profissional(...).*

(...) *A gestão Paulo Maluf, de fato, veio com uma proposta de saúde que era contrária ao modelo com o qual nós vínhamos trabalhando. Ela previa uma privatização do sistema de saúde por meio de um modelo que era conhecido como PAS, totalmente contrário aos princípios do SUS que a gente, enfim, lutava e acreditava em termos de política pública,*

Nessa história acabei sendo expulso, juntamente com vários outros profissionais do local onde eu estava, e fui vagar pelas unidades de saúde da Prefeitura(...)".

Mara, minha segunda narradora, é Assistente Social e tem, inicialmente, na necessidade da experiência do trabalho, a possibilidade de estabelecer relações que puderam servir, posteriormente, de referência para a construção de alguns aspectos de sua visão de mundo.

"(...) *Com a necessidade de trabalhar eu fui fazer um curso técnico, na escola pública, na época do colegial, porque era mais fácil arrumar emprego. Esse curso era noturno, e logo que eu consegui entrar, no segundo ano, eu entrei na Caixa Econômica Federal. Lá eu conheci uma pessoa muito boa, o Cláudio, uma referência para mim até hoje. Ele fez muito por mim, até coisas que meu pai não fez. Eu consegui entrar na universidade por conta da ajuda desse funcionário. Ele era muito ético, muito correto, muito paizão mesmo Ele me dizia: "Olha você tem que se esforçar para ter o seu espaço independente da sua família", então tudo isso..., eu lembro que eu tinha um português corretíssimo, eu era secretária. Embora o meu curso tenha sido de técnico de contabilidade, eu fiquei todos os anos lá na Caixa trabalhando como secretária dele, ele era o gerente. Então eu aprendi muito com ele, principalmente o quanto ele valorizava a questão humana(...)".*

Refere à entrada na faculdade e ao contato com uma professora do curso de Serviço Social como outros aspectos importantes na construção de seu dimensionamento político.

"(...) *Agora o que me fez ficar na área foi uma professora chamada Maria Olinda, de planejamento. Ela levou as alunas, éramos em 50, para conhecer um mutirão na Vila Mara em São Miguel Paulista. Aí eu comecei a ver o quanto era importante a unidade, o trabalho em conjunto, porque era uma carência total e eles estavam ali lutando para levar aquele mutirão para a frente, para cada um ter a sua habitação. Então essa professora era extremamente dinâmica e competente e eu acho que isso falta um pouco também. Ela era próxima das pessoas, porque não basta passar conhecimento técnico, você tem que lembrar que está lidando com seres humanos. A Maria Olinda tinha essa percepção. Eu tinha muitas limitações, muita necessidade de compreender, até assinei o jornal a Folha de São Paulo. Quando você entra na universidade é um campo enorme, pessoas de faixas etárias diferentes, eu me sentia as vezes um peixe fora d'água, mas eu falava: é aqui que eu quero ficar e eu vou fazer(...)".*

O que fica mais evidente neste relato é que a grande possibilidade de formação de uma visão crítica e política da narradora se deu por meio de suas experiências profissionais.

"(...) Eu sempre quis trabalhar com serviço social, e tinha clareza que não tinha que ser assistencialista. E tinha uma disposição para trabalhar com menino em situação de rua. Eu lembro que minha primeira experiência foi no CETREM, no Brás, e o Estado fornecia para os homens que vinham de outras regiões estadia. Naquela época podia ficar com a família ali, por um período de 3 meses. Então a minha indignação com a assistência social partia daí, porque eu oferecia um alojamento, mas, não oferecia nenhuma condição para essa pessoa de fato se situar em São Paulo. Então eles tinham algumas regras: os homens tinham que sair às 7 horas da manhã para procurar emprego, mas ninguém indicava aonde procurar, ninguém qualificava esse homem. O que era feito era uma entrevista, que nós estagiárias de serviço social

fazíamos. Não era fornecido nem vale-transporte. Então, naquela época, eu tinha uma noção de que não tinha que ser assistencialismo, mas tinha que ser um trabalho que de fato desse condição para que a pessoa pudesse realmente sair dessa situação(...). Enfim lá, como estágio, eu não tinha muito como influenciar ou modificar a dinâmica da casa, mas eu conheci vários homens, várias histórias de vida, (...)".

A cada nova experiência profissional vai constituindo a sua consciência crítica, o que lhe permite avançar em sua análise institucional.

(...) Bom, depois disso eu fui para uma empresa de ônibus, trabalhar com motoristas e cobradores. Era muito interessante, porque embora tivessem pessoas com vários benefícios, também tinha o problema da escuta. Pois muitas vezes a empresa quer que o funcionário esteja uniformizado, bem pra trabalhar, mas ninguém o escuta. Então eu tinha algumas críticas. Mas ali foi possível realizar alguns trabalhos. Estar chamando os funcionários para uma conversa, entendendendo-os como sujeitos de direitos. Eu sempre pensei muito nisso: as pessoas têm que ser tratadas como sujeitos de direitos. Ela pode ir além, não precisa de favor e sim de pistas para que possa caminhar sozinha. Então era diferente do trabalho do Estado, mas também eles visavam o lucro. Quando você trabalha em uma empresa ela não está muito preocupada com o bem-estar dos funcionários, ela esta preocupada de fato que aquela pessoa não dê custos. Então o serviço social acaba sendo uma armadilha na mão do empresário. Eu comecei a trabalhar com crianças e adolescentes ali, porque os pais tinham muitos problemas com eles. Assim fui fechando minha opção por trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua.(...). Depois eu fui mandada embora porque quando a empresa tem problemas financeiros a primeira coisa que eles cortam é aquilo que eles julgam que não é de extrema necessidade, e o serviço social não é de extrema necessidade para os empresários (...)".

Finalmente faz referência ao trabalho que lhe permitiu toda a explicitação e conscientização dessa sua trajetória de se constituir em um sujeito político e a sua opção pelo trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades.

"(...). Eu vim aqui para a Zona Sul em 1996, implantar o serviço social em uma empresa de ônibus no Capão Redondo. Em 98 eu fui para a Cáritas. Isso foi uma outra coisa que me ajudou para trabalhar com crianças e adolescentes. Sempre trabalhei em áreas vulneráveis. Ali no Vaz de Lima, é super complicado até hoje o bairro, e os funcionários eram desse entorno(...). Quando eles me mandaram embora eu decidi que ia trabalhar com criança e adolescente e comecei a mandar os currículos nessa área. (...)Nesse caminhar fui parar em Santo Amaro, na praça Floriano Peixoto. Vi uns meninos todos trajados com os caracteres de situação de rua e comecei a conversar com eles. Perguntei o que eles estavam fazendo ali, eles me falaram que ali era um projeto [Projeto Casa da Praça, tendo como mantenedora a Cáritas Diocesana de Santo Amaro] *e eu pensei que não custava bater e perguntar.(...), faziam 3 meses que a Penha havia saído e ainda não tinham outra assistente social. Fiz a entrevista e saí dali sabendo que a vaga já era minha. E por aí acabei chegando na Cáritas (...)".*

Ao trazer os relatos de Sônia, minha 3ª narradora, também Assistente Social, fica evidente que para ela o que se seguiu, após as grandes influências de seu contexto familiar, foram fatos ou vivências que permitiram o aprimoramento e a clareza cada vez maior desse olhar para o mundo que já havia sido despertado. Fala das experiências significativas vividas na escola e no bandeirantismo.

"(...) Então quando eu estava no ginásio (...) eu estudei no Instituto de Educação na época. O Instituto era uma escola pública que tinha condições diferenciadas da rede, apesar da rede pública já ser uma boa rede (...) A gente vivenciou um método diferente e nós, muito cedo, tínhamos alguma auto-gestão em relação a algumas atividades escolares. (...) Então foi uma escola que possibilitou uma experiência de protagonismo, diferente de outras escolas na época. Acho que isso também foi importante. Acho que não propriamente com a questão política, mas me marcou muito no sentido de me sentir responsável pelo coletivo (...)".

"(...) a gente tinha um grêmio, eu participava do grêmio, eu participava do teatro estudantil, fazia encontros de teatro em várias cidades do Rio Grande do Sul, (...)".

"(...) a minha experiência como bandeirante também. Eu fui bandeirante desde os 6 anos de idade até os 19. Isso me possibilitou viver muito a questão do grupo e da responsabilidade em relação aos da mesma idade. Possibilitou-me essa aprendizagem do exercício da liderança. E, naquela época, pelo menos lá no Rio Grande do Sul, o bandeirantismo, como o escotismo, tinha uma organização diferente do que tem hoje, realmente eram jovens cuidando de jovens. Eu fui chefe bandeirante com 16 anos,[cuidando] de meninos de 14. Então isso eu acho que foi uma coisa que foi importante na minha vida (...)".

Assim, como os demais sujeitos Sônia tem na vivência da universidade mais um fator essencial em seu dimensionamento político, capaz de lhe possibilitar a reflexão da sociedade em que se vivia e o contato com pessoas de outra situação econômica.

"(...) eu entrei na universidade em 69 (...) era um curso recente, (...) e tinha sido o grupo inicial da Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Aí no curso de serviço social na época, como em quase todos os cursos de serviço social, e não só os de serviço social, estava a ebulição da questão política. Então o currículo do curso era um currículo que levava a ter uma visão crítica da sociedade em que se vivia e ele possibilitava ter o contato com pessoas de uma situação de vida diferente, de uma situação econômica diferente e isso até então era uma experiência que eu havia tido pouco(...). Mas a Universidade me deu essas 2 grandes possibilidades: Uma, que foi conviver com pessoas que na mesma cidade - uma cidade relativamente pequena, uma cidade de 300 mil habitantes - que eu não tinha tido contato; outra, foi organizar a compreensão da sociedade em que eu vivia sob o ponto de vista teórico. Organizar o que eu não tinha feito ainda. Tinha uma perspectiva crítica, tinha uma experiência de um trabalho coletivo, tinha uma experiência de trabalho grupal, mas, eu não tinha acúmulo para ter uma organização teórica em relação àquilo que eu percebia, que eu sentia, (...)".

Tem a clareza da importância desses fatos em sua formação ao afirmar que: *"Eu acho que na minha formação essas questões foram importantes para eu pensar da maneira como eu penso e definir as prioridades que eu defini para a minha vida".*

Prosseguindo em sua trajetória trás, finalmente, como vivências mais significativas, as suas experiências profissionais. Todo esse percurso, foram 36 anos de trabalho, se deu no serviço público, em São Paulo, onde a mesma se aposentou.

"Quando eu vim para São Paulo não conhecia praticamente ninguém. Tinha uma amiga que tinha feito a universidade comigo e estava lá fazendo mestrado em serviço social na PUC. (...). Chegando lá ela me falou que estava havendo uma seleção para a Prefeitura de São Paulo. Aí já me disseram onde era a inscrição, que estavam contratando um número grande de profissionais, não tanto na função de assistente social, mas, estavam aceitando principalmente assistentes sociais de formação, (...) Isso porque estava se abrindo o programa de alojamentos provisórios na prefeitura, na época. Eles estavam contratando 150 profissionais. Aí eu participei da seleção e comecei a trabalhar na prefeitura 20 dias depois, no Departamento da Habitação, da Secretaria do Bem -Estar -Social. E foi o Departamento de Habitação que efetivou essas contratações. Então, 20 dias depois eu estava trabalhando na prefeitura e 22 dias depois eu estava na favela de Cidade Jardim. Nós fomos para lá com o objetivo de preparar aquela favela para ser removida.(...) Ficamos, e é até engraçado, de 73 a 75 em remoção de favelas e não removemos nenhum barraco. Foram 2 anos de trabalho na prefeitura e não removemos absolutamente nada [risos]. Uma empresa privada certamente não nos manteria(...)".

Após essa experiência é transferida para a favela de Vila Nova Cachoeirinha, local que lhe deixou profundas marcas, porque, segundo ela mesma coloca, foi uma experiência inicial, que possibilitou uma amplitude de olhar, uma possibilidade de enxergar o problema do "outro" de uma forma muito mais próxima, além de ter permitido, pela intensidade da vivência, estabelecer e estreitar relações com o grupo profissional com o qual trabalhou.

"(...). Então depois dessa época toda a habitação foi pra COHAB (...) Na Cohab nós ficamos 3 anos, que foram 3 anos extremamente interessantes. Ficamos com o alojamento provisório de Vila Nova Cachoeirinha. Nessa época o alojamento provisório era um dos últimos morros habitados. Eram pessoas que haviam sido

transferidas de uma favela que ficava na 9 de Julho.(...) Na realidade elas tinham que sair do centro da cidade, mas o discurso deste programa era de que elas teriam uma condição melhor, após passar por esse período. Em Vila Nova Cachoeirinha tive uma experiência muito rica. A gente acabava sendo o juiz dos conflitos do alojamento. A gente era o recurso que as pessoas tinham(...) Isso foi em 76. Mediávamos brigas de casal, de vizinhos. Eram 4 famílias vivendo em um vagão separadas por um madeirit, com um banheiro em comum, um banheiro precário. Não existia espaço. Surgiam todas as formas de conflito, e sempre era solicitada a nossa intervenção. Ao mesmo tempo, a gente teve a oportunidade de viver de uma maneira muito próxima. Íamos todos os dias para o alojamento, e ficávamos lá 6 horas por dia. Vivíamos as mesmas condições, entre aspas. Nós ocupávamos um dos vagões. Então a gente passou a fazer parte, de uma maneira muito intensa, da vida daquelas pessoas. Para nós, enquanto profissionais, foi uma experiência muito importante ao nível de podermos aguçar nossa sensibilidade em relação à situação real das pessoas. Não era a relação que se imaginava a partir da visão de uma outra classe social, mas, sensibilidade em relação às condições de vida de uma classe com outras condições. A gente passou a viver a situação do cotidiano dessas pessoas e essa situação deixou de ser um objeto distante e passou a ser o nosso cotidiano. Isso gerou em nós, um grupo de 3 assistentes sociais e 2 estagiárias, uma erupção em relação às concepções. Agudizou a nossa identidade ideológica de uma forma muito diferente do que a gente tinha trabalhado até então. Porque é diferente tu visitar uma família, tu fazer reuniões com pessoas em uma situação de vida diferente da que tu vives. Pessoas sem acesso a tudo aquilo que tu consideras fundamental para que uma pessoa tenha um mínimo de dignidade de vida, é diferente tu receber essa pessoa para uma entrevista e é diferente tu ir todos os dias em seu local de moradia e ficar 6 horas vivendo todos os conflitos que essas famílias viviam, desde a distância, o deslocamento forçado e a dificuldade de se situar na cidade. Tinham pessoas que viviam há 4 ou 5 anos e nunca tinham saído da favela. Tudo isso agudizava os conflitos(...). Então nessa experiência a gente passou e sentiu toda a violência que foi feita com aquela população e a gente se sentia como parte daquela população. E essa questão institucional é muito engraçada porque a gente não se sentia como parte da instituição, as condições de trabalho eram as piores possíveis(...)".

Na mesma medida em que vai se constituindo cada vez mais como um sujeito político, elevando seu nível de consciência crítica, vai sofrendo, muitas vezes, as conseqüências de seu engajamento e de seus posicionamentos.

"(...) Depois de Cachoeirinha, nos tiraram de lá do dia para a noite, pois o trabalho não estava correspondendo e a estratégia da prefeitura não era demitir, era transferir. Então, nós fomos, de castigo, trabalhar na desocupação do Martinelli, que foi também uma experiência arrasadora. Já era um grande cortiço e a gente tinha, ao nível de instituição, 40 dias para desocupar e tinham pessoas lá que moravam há 40 anos. Essa foi pra mim a experiência mais horrorosa que eu tive na minha vida. Porque a gente pelo perfil profissional que se tinha, pela sensibilidade que se desenvolveu, foi uma das vezes que a gente conseguiu estabelecer contato com pessoas, que se não tivéssemos este tipo de perfil profissional, não estabeleceríamos (...) *Para mim não teve pior experiência do que esta, e essa experiência possibilitou que tivéssemos contato com todas as pessoas que estavam à margem da sociedade, mas [moradores da] cidade que é muito diferente das pessoas que moravam na favela naquela época. Essas pessoas que estavam no Martinelli, na época, eram párias, ou que já tiveram uma vida diferente e optaram por ficar lá. Pessoas que pararam no tempo, que a vida marginalizou. E tinham aquelas pessoas que eram do centro da cidade, que vieram para construir o metrô, eram vendedores ambulantes, na região da Praça da Sé, tinham muitos homossexuais, muitas travestis, profissionais do sexo. A exclusão, então, se vestia de uma outra forma e foi muito mais violento porque nós tínhamos uma intervenção datada. A nossa possibilidade de acesso, de comunicação, foi um elemento importante pra que essa intervenção pudesse ser feita no tempo em que ela estava estabelecida(...). Aí, depois, fizemos concurso na COAHB (...). Nessa época, o concurso ainda não havia saído, todo mundo da habitação que era da COHAB voltou para a prefeitura em um outro arranjo, mas somente 3 pessoas não puderam voltar, não foram aceitas e eu era uma delas. Naquela época a SEBES não queria nos receber. Aí, conosco, ficaram em solidariedade, mais uns 10 funcionários e nós passamos um ano lá na COHAB, em uma sala na frente do diretor, estudando. Foi nessa época que nós começamos a estudar o "Capital" de Marx. Eu nunca havia estudado o "Capital", foi produtivo em relação a isso(...) Nesse concurso, foi interessante, porque tinham 6 vagas para a secretaria de assistência e as outras para a saúde, mas por um acaso da sorte eu acabei sendo uma*

das primeiras colocadas no concurso e tive que voltar. Eles não tiveram mais como impedir o meu retorno. Quando voltei eu já morava em Santo Amaro, estava grávida de minha 2ª filha e aí fui ficar mais próxima de onde eu morava, fui trabalhar na supervisão de Santo Amaro(...)".

A outra experiência que reverberou em ações sempre mais comprometidas foi o seu trabalho com as creches municipais, ao mesmo tempo em que significou, mais uma vez, sofrer conseqüências por posições assumidas.

"(...) E*u nunca tinha trabalhado com creche, mas quando eu cheguei em Santo Amaro toda a minha história..., eu acabei indo para o que se chamava Equipe do Menor. Aí eu comecei a lidar com esse universo da educação, esse universo mais formal, que era uma coisa que eu nunca tinha trabalhado. Eu comecei a aprender, conheci entidades, aí surgiu a possibilidade política de se ampliar a rede de creches. Estava começando a grande discussão dos direitos da criança, a retaguarda da mãe que trabalhava. A discussão nessa época estava mais vinculada à proteção da criança com relação a mãe trabalhadora(...). Final de 70, como o movimento de creches começou a se organizar. Na região Sul, no Jardim Miriam, [o movimento] foi bem representativo, aliás, os movimentos sociais na região Sul eram: o movimento Panela Vazia e a luta por creches(...) Acabei assumindo a direção de uma creche direta na região, a creche do Brooklin. Eu já estava totalmente envolvida nessa bandeira da ampliação da rede de creches porque era um movimento forte. E nessa interface entre a profissão e a militância eu já tinha me apaixonado por essa bandeira e participava do movimento. (...) Assumi a direção da creche. Naquela época existiam 5 creches diretas na cidade e a gente acabou fazendo um Fórum junto com a secretária que pensou a rede direta de creches na cidade como um todo. Era um grupo que acabou tendo a possibilidade de uma intervenção política na construção dessa rede que ultrapassava a direção da própria creche. Isso nos apaixonou a todos. A gente acabou sendo um grupo muito forte. Estávamos em diferentes regiões da cidade. Estava se tentando dar uma cara para a rede e nesse período o que era 5 passou a ser 130. Era um grupo muito apaixonado, muito combativo. Quando a secretária caiu, saiu do governo, esse grupo que era muito combativo e tinha uma proximidade muito grande com o próprio centro de poder que era a secretária, acabou tendo várias dificuldades de relação com quem*

assumiu.(...) Foi uma coisa muito dolorida. Me informaram no final da tarde e eu não pude voltar no outro dia de manhã. Não pude voltar e me disseram: "você não entre porque nós vamos botar segurança aí na frente". Eu não pude explicar para os funcionários, eu não pude explicar para as crianças, eu não pude explicar para os pais. E era um trabalho piloto. Todos nós estávamos imbuídos daquela possibilidade de poder intervir na criação de uma rede, que era fruto de uma luta de muitas mulheres, do amadurecimento político dos direitos de muitas mulheres. Isso foi muito difícil. Nesse período, eu lembro que passei um mês inteiro sonhando com as crianças todas as noites. Aí fiquei sem trabalhar, me mandaram para a secretaria, lá eu fiquei encostada, (...)".

Refere ainda às experiências, e às conseqüências, advindas de sua trajetória como supervisora em Campo Limpo, região Sul da cidade, que lhe trouxeram um grande aprendizado do fazer coletivo e do pensar o "público".

"(...) *Em Campo Limpo estava-se ampliando a rede naquela hora. Conseguimos fazer um processo extremamente participativo para escolha dos funcionários, com a participação ampla da comunidade. A experiência de Campo Limpo foi uma experiência altamente participativa, uma participação do povo inteiro. Era uma coisa que estava em ebulição, pouco antes do governo Montoro, com o regime militar em fase de extinção, surgindo os partidos. Apaixonei-me por Campo Limpo. Mas eu ainda conhecia pouco, não tinha um mapeamento, não conhecia as lideranças, foi uma questão mais de turbilhão, (...) A gente achava que tinha que se abrir tudo. Naquela época não se pensava ainda em se abrir os espaços funcionais. A gente abria a supervisão para todos os grupos que quisessem fazer reuniões à noite. Todo mundo tinha chave, porque a gente entendia o público dessa forma. O público é de todos. Essa maneira de pensar o trabalho em Campo Limpo foi uma coisa que acabou incomodando muitas lideranças da região, porque todo mundo perdeu o monopólio das informações, o monopólio da organização. O acesso era um acesso público.(...)".*

Sofre novamente as conseqüências de seus posicionamentos e quando ocorre a troca de supervisores é mandada para a Secretaria Municipal da Saúde, onde tem a

possibilidade de organizar o movimento de saúde da Pedreira, bairro da Zona Sul da cidade.

"(...) Quando cheguei na saúde me mandaram para o Bororé, uma unidade que ficava do outro lado da balsa (...) De lá fui para o posto do Niterói, um posto que estava se iniciando, era mais perto da minha casa. (...) No Niterói, o que teve de interessante é que as lideranças já tinham uma proximidade. São lideranças naquela região, que não tinham uma militância política maior, mas conseguiram formar uma comissão de saúde. A partir dessa comissão se passou a discutir as necessidades de saúde da região. Já existia uma discussão na região com relação à necessidade de um hospital. Aí a comissão de saúde do posto se articulou com o movimento para a construção do hospital e deu origem ao movimento de saúde da Pedreira. Então o movimento de saúde da Pedreira saiu dessas discussões, dessa organização que já tinha. (...) O movimento de saúde hoje é o único movimento daquela região que continua, que sobreviveu. O hospital aconteceu, teve um retorno objetivo. É um movimento representativo até hoje daquele pedaço(...)".

Aqui faz referência à experiência nova de trabalhar com um processo local e a importância de sua função na instituição, que era possibilitar o "pensar junto" nesta interface com a militância.

"(...) Foi um processo bem de bairro que para mim também era uma coisa nova. Era um processo que eu ajudei a desencadear enquanto profissional. (...) e no Niterói, ao mesmo tempo em que eu exercia a função profissional na unidade de saúde, como o profissional que esta para ajudar a pensar as questões, ao mesmo tempo eu era um quadro político importante, porque eu tinha condições não só de pensar junto, no sentido de fora para dentro, mas também de dentro. (...)".

Continuando nesse crescente de sua trajetória como sujeito político, e depois da passagem por unidades básicas de saúde, ela assume a coordenação de saúde da região

de Santo Amaro/Parelheiros, cargo administrativo da Secretaria Municipal de Saúde na gestão da então prefeita Luísa Erundina.

"(...) quando a Luisa assumiu e quando o Eduardo Jorge assumiu (a Secretaria Municipal de Saúde), houve uma mobilização para nos indicarem para assumir a direção de uma das administrações de saúde regionais, que naquela época estavam se dividindo em 10. Naquele momento não tive como recuar. Aí teve todo o processo de centralização do Eduardo. Teve-se que aprender, ao nível de gestão, uma centralização de fato, e a gente teve que concretizar do jeito que era possível. Contando, ainda, com todas as disputas políticas e ao mesmo tempo com toda inexperiência, - quer dizer-, inexperiência no sentido de ingenuidade até, de imaginar que em um determinado campo todo mundo toca no mesmo tom. Então, foi um governo rico, extremamente rico, em que a gente pôde exercer muito essa função de como é que é a posição de um militante na administração, num segundo escalão de governo, tendo a responsabilidade de governo. Porque nas experiências anteriores eu não tinha a responsabilidade de governo, a gente nunca sentiu a instituição e nessa experiência a gente sentia, porque era o governo em que se acreditava que tinha assumido. Que nunca se acreditou que ia assumir e assumiu. Então tinha que dar certo, tinha que ser diferente. A gente tinha esse peso com tudo que ele envolveu. O governo da Luisa foi um governo importante e dolorido, porque se aprendeu muito e se sofreu muito. Eu digo que todo mundo perdeu a virgindade ideológica no governo da Luisa. Ideológica nessa perspectiva que muitos outros interesses subjazem diante das posições políticas (...)".

Nessa breve análise da gestão de Luísa Erundina, Sônia expressa o seu olhar de militante e o peso de se assumir a responsabilidade de um governo a partir dessa posição.

Finalmente, como Marcos, trás a situação que viveu na administração Maluf/Pitta (1996/1999) com a implantação do PAS – Plano de Assistência a Saúde.

(...) Acabando o governo da Luisa eu saí de São Paulo. Fiquei um período fora. Quando voltei começou toda a discussão do PAS, eu estava em uma unidade de saúde. Fez-se um movimento muito forte naquela época com relação ao PAS, e na região Sul,

em Santo Amaro especificamente, se conseguiu uma adesão ao PAS que não chegou a 10%. O movimento foi exitoso no sentido de que os profissionais se posicionaram contra o PAS. Isso nos levou para os mais diversos campos de trabalho, indo para onde nos aceitassem. Aí perdemos toda a identidade profissional, pois as pessoas acabaram fazendo qualquer coisa que pudesse ser feito. Tivemos que conquistar outros espaços, abrindo pequenos caminhos. Nessa época fui para o Ubirajara (Centro de Convivência), fiquei em uma biblioteca que fazia 2 anos que não era aberta. Limpamos os livros e começamos a abrir para as crianças(...). Quer dizer, a gente ocupa os espaços, independente se as pessoas queiram ou não. As crianças passaram a ocupar o Centro de Convivência, de uma maneira legítima. Começamos tudo de novo.(...) Aí eu acabei sendo transferida para o Centro de Referência de DST/Aids, fui trabalhar na equipe de prevenção(...)".

Encerra sua carreira profissional na gestão de Marta Suplicy (2000/2004), voltando para a Secretaria de Assistência – SAS, assumindo o cargo de supervisora da região de Santo Amaro/Cidade Ademar. Mais uma vez o compromisso com as posições assumidas e a sua estreita relação entre profissão e militância tornam a sua ida para esse cargo extremamente estratégica para a consolidação dos avanços iniciados com relação às políticas de atendimento para crianças e adolescentes na região. Ao fazer um balanço dessa administração reitera a evolução de sua visão crítica, de sua visão política, o que lhe permite uma avaliação mais competente e crítica do próprio trabalho.

"(...) Eu estava nesse caminho até que aconteceu o governo da Marta, e nessa ocasião, ainda vinculada, ou continuando vinculada, ao movimento de saúde da região Sul, o movimento chamou a si o poder de indicação do diretor de saúde da região. Não tendo outros quadros, reiteraram o meu nome. Eu não tinha nenhum interesse, até porque eu achava que o trabalho que eu estava fazendo me dava o retorno que eu queria naquele momento. Eu sabia que institucionalmente trabalhando outras pressões viriam. Principalmente, fazendo parte do governo tu tem, ou pode avançar, na medida do que é possível. E o governo da Marta já era um governo de coalizão, então eu não tinha nenhum interesse, mas não tive como escapar. Como a indicação acabou sendo de uma outra pessoa, quando houve a indicação do supervisor da assistência social de Santo Amaro,- que eu tinha menos interesse ainda, porque eu estava mais distante, não

estava acompanhando a política especifica da assistência, estava muito mais voltada para as políticas de saúde -, não consegui não assumir. Pelas expectativas, muitas das organizações daquela região faziam parte da política de assistência e tinham uma expectativa muito grande daquele espaço se democratizar, funcionar de uma forma diferente. E por sua parte o Fórum, vinculado com a bandeira da luta da criança e do adolescente, ter um de seus quadros ocupando um espaço institucional de uma política pública que viesse para dar respostas a essa questão também era importante. Então não tive como cair fora(...). A SAS foi muito interessante porque a política de assistência social no governo da Marta teve um salto que até hoje repercute, inclusive no que se pensa para a política de assistência ao nível nacional. Com a Aldaísa na secretaria a assistência social criou um contorno de política pública pela primeira vez. Agora era uma política pública a partir dos direitos das pessoas que estavam em uma situação de vulnerabilidade social. Foi muito importante participar da construção desse processo. Foram muitas batalhas para sedimentação, para reconhecimento do governo, para se conseguir manter uma atitude de unidade dentro da SAS, menos sujeitas às pressões dos diferentes grupos políticos. Foi uma experiência de se implantar uma política institucional, uma nova forma de se trabalhar todos os tradicionais parceiros da assistência. Pois mesmo os parceiros mais progressistas têm uma concepção de total independência, entendendo o poder público apenas como poder provedor, não se entendendo como parte de uma política pública. Então foi um trabalho de 4 anos em que se trabalhou valores, se trabalhou cabeças, concepções, desde funcionários, passando pelas organizações sociais. Criou-se uma cultura em relação a uma política pública de assistência social. Isso foi altamente gratificante, muito difícil, mas altamente gratificante".

Fica claro pelo exposto que na medida em que os narradores construíam suas histórias de vida pessoal e profissional, iam ao mesmo tempo, se constituindo como sujeitos políticos, ampliando sua concepção crítica e histórica da realidade.

No alargamento das relações interpessoais, dadas no cotidiano da vida e do trabalho, puderam sair sistematicamente de sua individualização, se constituindo como um ser genérico, que para Heller seria o produto dessas relações sociais. Essas primeiras experiências permitiram aos nossos sujeitos, portanto, se tornarem autônomos, na medida em que iam aprendendo a se relacionar com outras pessoas de outros grupos.

Seriam as primeiras experiências do ser genérico, do aprendizado do ser, capazes de levar os indivíduos a uma "consciência de nós", que lhes possibilitaria, posteriormente, serem capazes de se elevar da particularidade para a genericidade, num processo consciente, que lhes permitiria, ainda segundo Heller, a competência da condução de suas vidas, com uma "concepção de mundo" diferenciada.

5.5. Da Particularidade para a Genericidade: A Experiência na Construção do Fórum DCA Sto. Amaro.

Seguindo a trajetória de vida dos sujeitos desta pesquisa, concluo que cada um, dentro de suas próprias construções, dentro de suas próprias experiências, chegou ao Fórum com uma bagagem diferenciada, Cada um desses sujeitos pôde fazer seu caminhar na sua construção como sujeito político. Isto permitiu se sensibilizarem para iniciar um processo de construção coletiva.

Marcos tem uma certa clareza de seu papel, mas sente a necessidade de ampliar ainda mais esse olhar. Mara, posso dizer, chega com uma experiência de trabalho bastante rica, com um caminhar de reflexões sobre essa prática, mas ainda não lhe possibilitara conseguir se ver como um sujeito político. Já Sônia, vem com uma formação política que antecede esse processo e, deste modo, com maior clareza de seu papel.

Os três, nesse processo, chegaram com um aguçamento da sensibilidade para as questões do real, com um conhecimento profundo da realidade de suas práticas profissionais.

Foi nessa percepção ampliada do real que conseguiram compreender a necessidade de ações conjugadas, de ações políticas, e entenderam que estas só poderiam se concretizar nas ações de um Fórum. Segundo Heller, esse processo só é possível mesmo no coletivo. É na troca, nas relações, que a percepção das possibilidades acontece.

Assim, passo a ampliar o meu conhecimento sobre esta trajetória e sobre a importância do espaço Fórum, pelo olhar desses atores.

Inicio a sistematização desse conhecimento com a fala de Sônia, que conta como essa história começou e qual a identidade que o Fórum pôde construir a partir de suas ações.

"(...) Existia um trabalho com crianças e adolescentes do Centro Esportivo "Joerg Bruder". Comecei a participar das oficinas que estavam sendo realizadas com as crianças. Eram crianças em situação de rua na sua grande maioria. Eu comecei a me envolver com esse trabalho, com essas crianças. Era uma coisa nova para mim também. A partir desse trabalho, foi chamada uma reunião entre os serviços que atendiam essas crianças, para se pensar em um tipo de integração dos trabalhos na região. Pensou-se que o Centro de Referência (em DST/aids) deveria se abrir para o atendimento dessa população, que tinha uma vulnerabilidade diferenciada e que deveria ter um atendimento diferenciado. Começamos a repensar internamente esse atendimento. Com isso a gente começou a discutir, a ter contato com outros serviços. Começou-se perceber que estas crianças circulavam pelos equipamentos e que a gente poderia trabalhar de uma forma muito mais efetiva, com alguma forma de organização. Dessa discussão começaram a se definir alguns espaços. Um era a troca de serviços mesmos, alguns serviços já estavam nessa conversa, era a "redinha". Aí se começou [organizar] um espaço mais político, que devagarzinho se constituiu em um Fórum. Neste Fórum passamos a discutir a situação da criança e o que se poderia pensar em relação a ela. Coisas ocorreram em Santo Amaro: fechamentos de serviços, em que tivemos que tomar algumas iniciativas políticas em relação a isso. E esse Fórum foi se fortalecendo em cima dessa identidade reconhecida, em relação a sua função, ou seja, em relação às dificuldades concretas que apareceram. Também em relação ao atendimento das crianças, porque os serviços estavam sendo desarticulados, e as pessoas sentiram que tinham que articular alguma reação.(...)".

Mara ressalta que esse foi um movimento que nasceu a partir das necessidades da base.

"(...) *Mas eu não sentia no Fórum, no começo, que fosse uma imposição da prefeitura. Que a prefeitura queria. Eu acho que eram os atores sociais que sentiram a*

necessidade de discutir a questão da criança. Isso deu força profissional para quem estava ali, (...)".

Fica claro nos discursos que o primeiro passo necessário para a construção desse espaço coletivo foi se deparar com a "falta", perceber que a ação possível só poderia ser efetivada com ações em rede. É no princípio da incompletude institucional que se vislumbra a possibilidade de uma prática que possa se traduzir em resultados mais efetivos. Essa clareza já existia nesses sujeitos, uma vez que estes, já estavam na trajetória de se constituírem em sujeitos políticos.

Mara explicita essa necessidade, dentro da instituição, de se ter uma visão "mais para fora" e fala da dimensão da rede que se constituiu naquele momento histórico na região.

"(...) *o menino marcava toda a situação dele, mas ele tinha uma carência muito grande e no atendimento que a gente fazia na "Casa da Praça", a gente precisava dos serviços funcionando. Pois só o nosso serviço não ia atender a demanda daqueles meninos. Então foi um pouco a hora em que a equipe técnica parou para avaliar que vários segmentos atendiam meninos em situação de rua, mas não tinham uma unidade de diálogo. Então, todo mundo estava querendo ajudar, mas cada um estava atirando para um lado, e ninguém se comunicava. Então a gente pensou que seria importante conhecer o entorno. Para mim foi também uma lição porque eu tinha mania de fazer: bom já que fulano não faz eu vou lá e faço. Então, eu pulava um pouco as instâncias. Mas eu, no dia a dia, com a "redinha" (...), a gente viu que cada um tem seu papel, e a gente deve ajudar o outro a fazer o seu papel. Não dá para querer fazer por ele,(...). Eu acho que a rede, pra Casa da Praça já foi um avanço, um salto qualitativo, porque até então os educadores ficavam fechados no atendimento interno. Muitas vezes os meninos traziam um comportamento que eles não compreendiam, eles não conseguiam esgotar aquele problema, criando também um stress para a equipe profissional (...) Depois, conhecendo o entorno (foi você, a Mércia, que tinham um atendimento que era realizado com os meninos), a gente começou a descobrir que não tinha como continuar trabalhando sem se envolver com os outros segmentos da região. Porque os meninos passavam por muitos lugares, muitas vezes traziam histórias similares ou outras*

diferentes dos diversos equipamentos. Então, se não tivesse uma estratégia desses equipamentos a gente não ia conseguir atender essa molecada. A gente até podia pensar que estava atendendo, mas não estava. Eu acho que era o fato de sair do olhar do próprio umbigo pra fora, a gente precisava estar com os outros segmentos. Depois, na rede, a gente tinha um compromisso de complementar o outro, não tinha uma disputa.(...) A nossa preocupação era de mostrar para a região que ela devia ter outros equipamentos e que a gente precisava trabalhar em conjunto para isso. Não tinha rivalidade. Hoje as pessoas se preocupam tanto em trabalhar, em fazer o seu, que não conseguem espaço para interagir em conjunto e essa não participação em conjunto, também era uma preocupação nossa. Eu acho que foi aí que a gente viu que extrapolava a redinha porque eram assuntos que precisavam de outros atores. Faziam parte da nossa dinâmica, do nosso dia-a–dia. (...)".

Esta idéia é corroborada por Sônia que coloca a percepção da falta, o se deparar com a própria limitação, funcionando como fatores de agregação ao fórum.

"(...) O que você acha que agregou estas pessoas no começo? Eu acho que foi a consciência de sua própria limitação. Uma certa limitação do seu serviço frente à necessidade de intervenção em relação à criança e ao adolescente(...)".

Para Marcos, a experiência do ir para "fora", de buscar o território e nele poder estabelecer parcerias trouxe sentido e significado para o trabalho e para a sua própria realização profissional. Ele faz referência à questão da incompletude atrelando-a à idéia de articulação.

"(...) *Nesse paralelo, outra parte da equipe do Centro de Referência (em DST/aids) estava conhecendo os serviços, visitando outros equipamentos sociais da região e as coisas pareciam que iam tendo sentido para nós, pelo menos no trabalho de prevenção que se mostrava até então, muito ruim. Na verdade descobríamos um mundo a ser explorado*(...). *Quando você não consegue sozinho, vai e trabalha com a idéia de articulação, mas é junto com o outro. Aquela idéia de incompletude institucional.*

Então, na época eu não dominava esse conceito, mas a gente percebeu que tinha alguma coisa diferente ali, e que eu precisava ir para aprender Preciso fazer minha parte nessa história.(...) *Essa reorganização foi dando um sentido para mim, um significado, a retomada da minha ação profissional. Enquanto educador de saúde pública era possível fazer prevenção extra muros. Parece que eu estava redescobrindo a roda, mas ao mesmo tempo eu estava me redescobrindo novamente como profissional(...)".*

Ao falar especificamente do papel do Fórum para o coletivo este mesmo narrador o coloca como um espaço possível de discussão, de construção e de monitoramento de políticas públicas.

"(...) Então chegou um determinado momento no Fórum que a minha trajetória, mesmo de compreensão do que a gente estava fazendo, me mostrou que a gente estava construindo a política. E na verdade comecei a perceber que nós estávamos construindo políticas públicas e também monitorando as políticas existentes na região(...)".

Esse entendimento também é corroborado por Sônia que vê o Fórum como um espaço para controle, fiscalização e manutenção das políticas. Um espaço interinstitucional político para reivindicar e buscar respostas.

"(...) o Fórum, como aconteceu com todos os movimentos sociais, em diferentes situações, na medida em que teve a tarefa de efetivamente concretizar essa articulação necessária para o controle, para a fiscalização, para a manutenção do que vem depois, (...) [se tornou] um espaço institucional político que foi benéfico para dar respostas necessárias para os problemas daquela região, (...) aquele espaço organizado para fiscalizar o que vinha depois, para controlar o que vinha, para reivindicar, para acompanhar o que ia ser desmontado(...). Ele conseguiu entender que para se manter vivo ele precisava não só articular, mas também propiciar espaços de reflexão e resposta (...)".

A importância do Fórum também está em seu papel como espaço promotor de capacitação, de trocas, de amadurecimento e de estruturação do grupo em relação às propostas pretendidas. Esse é um aspecto que aparece na fala dos três entrevistados.

Para Marcos a capacitação é um dos grandes motes do Fórum, e um de seus fatores de agregação.

"(...) Era uma discussão sobre família, com a Tai Castilho. A discussão foi muito interessante. Antes, eu havia pensado:"Família? Eu preciso entender um pouco disso, não sei nada desse assunto, eu vou lá nesse Fórum que vai me oferecer alguma coisa". Eu tinha um interesse, porque tinha um tema e naquele dia seria sobre família, precisava ir para aprender(...) O tema era o chamaris, a gente estava sem nada, não havia capacitação, nem supervisão. A necessidade era tão grande de que alguém desse alguma coisa para nós e que nos alimentasse. Isto tem muito a ver. Eu tive essa necessidade na minha história profissional na Prefeitura. De tanta falta, de tanta carência, de tantas necessidades, a nossa prática cotidiana se esgota em si mesma e, as vezes torna-se desfocada (...) aí aparece um lugar que oferece algum conteúdo para ser discutido. (...) Então, eu me lembro, que todos os encontros começavam com a leitura de um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, aquilo também vinha tendo um outro significado. Eu já tinha lido o Estatuto, conhecia o ECA, porém, em minha formação que é concomitante ao surgimento do Estatuto (o qual data de 1990), não discutíamos o Estatuto. Mesmo tendo feito outras especializações, nunca havia discutido na universidade o Estatuto. Lá eu estava tendo a oportunidade de participar dessa discussão, de discutir a política pública de um outro lugar.(...)".

Ele também refere à importância do Fórum como espaço possível para o estabelecimento de trocas, de vínculos, como uma rede de relações e de afetos, onde as pessoas podiam se reconhecer.

"(...) A gente começava a trocar nos espaço de intervalos, e isso era uma troca muito gostosa, tanto de conhecimentos,... lá se criando uma rede. Hoje eu diria que era

uma rede de relações e afetos, porque, mesmo ainda no pessoal, quando eu precisava de algum encaminhamento, para resolver alguma questão do menino, lembrava da Casa da Praça. É lá que tem a cesta básica. Tem a Mara da Casa da Praça. Ah! estou com um menino que está com problema, uma família que está com uma questão de prática infracional, eu não domino essa questão, mas eu vou ligar para o pessoal do Posto Sul. Vou ligar para a Célia, porque eu sei que ela pode me dizer o que fazer e me orientar para o melhor encaminhamento possível naquela situação(...)".

Esse sentimento de pertencer, de fazer parte, de poder contar com, é relacionado por Arantes ao tratar da questão da cidadania. Ele atrela os dois termos, entendendo cidadania como pertença, um campo carregado de conteúdos emocionais e simbólicos.

> "O tema cidadania (...), em primeiro lugar, se refere ao *sentimento de pertencer,* compartilhar interesses, memórias e experiências com outrem, sentir-se parte de uma ampla coletividade, possuir valores em comum e sentimentos profundos de identificação. Este não é um terreno de puro interesse e de informações frias. É nele que se forma a idéia de comunidade e germinam sentimentos (...) trata-se de um campo povoado por valores profundos, carregados de conteúdos emocionais e força simbólica."(ARANTES, 2000, p.132/133)

Para ele existem dois atributos essenciais quando falamos das dimensões constitutivas da condição de cidadão – o " *estar situado" e o "pertencer a".* Situar-se em um espaço físico, ter domicílio, referências pessoais, é a possibilidade de ser reconhecido como elemento pleno da coletividade.

> "Estes dois atributos – *estar situado em e pertencer a* – são dimensões constitutivas (relacionadas, mas distintas) da condição de cidadão, pois "pertencimento" significa, em termos amplos, fazer parte do que a coletividade reconhece como um "nós" ou – como se diz coloquialmente- do que se considera "gente como a gente"(ARANTES, 2000, p.133).

Continuando, Mara coloca o Fórum como uma meta a ser seguida, um espaço que exigia, pela própria dinâmica, capacitação e aprendizado e que oferecia essa oportunidade.

"(...) o Fórum é uma meta a ser seguida sempre (...) não tinha receita pronta, a gente tinha que criar a receita. Essa possibilidade de ter que lidar com o estatuto... Muitas vezes a gente teve que pegar o estatuto e teve que ler mesmo. O que está aqui no estatuto que a gente vai precisar para fazer uma carta para mandar para a promotoria. Como é que a gente vai ter que chegar para conversar com a diretora do NAE para que ela libere os professores que querem vir, e que não têm autorização para deixar a sala de aula para virem ao Fórum? (...) O Fórum era um espaço de capacitação permanente porque as pessoas que a gente ali trazia tinham conhecimento do que estavam falando (...) Mas naquela época, os cursos que se apresentavam, da equipe da redinha, do Fórum, dos outros segmentos da região(...), para mim que estava iniciando a carreira na área de criança e adolescente, foi aprendizado, tudo foi positivo(...)".

Sônia ressalta uma importante característica do Fórum, a **vida cotidiana,** que talvez tenha servido como um fator de agregação para o grupo e que foi responsável, sem dúvida, pela efetivação de suas ações.

"(...) O Fórum mexeu em várias frentes em Santo Amaro, conseguiu se estruturar como um espaço informal, mas que tinha uma vida cotidiana, com reuniões mensais, quinzenais. Que tinha comissões de trabalho, que conseguia estabelecer um planejamento para o ano. Então, ele deu uma relevância para a questão naquela região, no atendimento de criança e adolescente, fundamentalmente para criança em situação de rua(...)".

Ela trás ainda, que pela primeira vez começou-se a pensar coletivamente em alternativas para solucionar as questões referentes a crianças e adolescentes na região, entendendo que, pensar a partir da idéia da incompletude institucional é algo muito

difícil, tanto no nível individual quanto no nível institucional. Esta atuação no coletivo trouxe um novo dimensionamento para as ações realizadas.

"(...) tinha-se que pensar junto em uma forma de se conseguir intervir naquela situação na região. Uma forma de tentar ter um espaço de intervenção, uma ação, uma outra dimensão de ação, de intervenção, do que se tinha em relação a cada uma dessas instituições. Essa questão foi a primeira vez. É uma questão extremamente difícil porque as pessoas tendem, dentro das instituições, a fazer as articulações na medida em que seja do interesse do seu próprio serviço. É difícil as pessoas passarem do patamar de pensar a necessidade de uma articulação pensando na situação daquela criança e daquele adolescente, naquele território, em que o serviço é apenas mais um, é mais um elemento de intervenção em relação à criança. Isso não é uma coisa tão fácil, nem ao nível pessoal- profissional, nem ao nível das instituições (...)".

Para todos os sujeitos de minha pesquisa o Fórum desempenhou um relevante papel na região com relação à defesa de direitos de crianças e adolescentes, conseguindo torná-la muito mais sensibilizada e comprometida para essa questão e trazendo soluções concretas para muitos dos problemas que surgiram.

O fato de poder concretizar ações, de efetivamente produzir mudanças no cenário daquela região, funcionou como importante elemento aglutinador do Fórum.

Sônia fala dos reflexos que as mudanças trouxeram para o coletivo.

"(...) O Fórum, no sentido da força do Fórum, concentrou a rede de serviços de Santo Amaro. Santo Amaro passou a ser na cidade, - até pela organização que se tinha no Fórum e pela sensibilidade que a gente tinha desenvolvido com relação a essa questão –[um espaço] que acabou estendendo a sua rede de serviços de uma forma que virou um dos pólos de atendimento regional. Santo Amaro virou um local onde existiam serviços que eram referência para a Zona Sul como um todo(..). Ele trouxe (...) a sensibilidade com relação à essa questão. Eu acho que nunca se discutiu essa questão na região de Santo Amaro dessa forma, com esse tipo de compromisso. E ele objetivamente, conseguiu, na época, evitar o fechamento de um serviço e a abertura de

outros serviços. Então ele teve um resultado de resistência, de ***resistência propositiva*** *(grifo nosso). Eu lembro que as professoras chegavam lá como todo mundo, só com um objetivo, como resolver o problema daquela criança que trás problemas na escola, como eu lido com estas questões e era só isso. Elas sabiam que iam para um lugar de gente que pensava sobre isso e que pertencia a um serviço que poderia facilitar a sua vida. Eu acho que se conseguiu criar espaços para reflexão e as pessoas tiveram um salto na compreensão. Acho que ele teve vários feitos, (...)".*

Ela ressalta ainda, o nível de maturidade que o Fórum atingiu, maturidade esta que permitiu que o mesmo gestasse um projeto coletivo – o CEDECA Santo Amaro-a partir dessa articulação informal.

"(...) Até que esse Fórum em nível de maturação - pensando que estrutura precisaria se ter para atender essas crianças de uma forma mais efetiva, quais são os problemas mais significantes dessas crianças -, entendeu que precisaria se ter naquela região um Centro de Defesa. O Fórum, enquanto Fórum, conseguiu tirar uma comissão e gestar um projeto, que é uma coisa extremamente importante. Gestar um projeto coletivo a partir de uma articulação informal, com pessoas de diferentes espaços institucionais. Isso foi uma 3ª frente, o Centro de Defesa, que tinha no seu desenho uma vinculação direta com o Fórum (...)".

Mara acrescenta em seu discurso, a possibilidade que o Fórum trouxe também de uma reflexão coletiva, de fazer toda uma região pensar um pouco mais sobre determinadas questões, no caso, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades.

"(...) o Fórum teve o seu espaço, atingiu os seus impactos porque os componentes, os representantes das entidades ali da região, tinham uma clareza do que as entidades precisavam (...). O Fórum levou a sociedade local a refletir sobre o que estava acontecendo na região, a tentar entender porque tanto menino em situação de vulnerabilidade. O que fazer com esses meninos? Porque as pessoas querem fazer por

eles? Eu acho que hoje o diferencial é esse fazer por implantar vários projetos, mas e aí? É isso que esse menino precisa? (...)".

Nos três relatos fica evidente a importância dada ao processo desencadeado pelo coletivo, que se traduziu em respostas mais efetivas para esse mesmo coletivo e para o território no qual ele operava.

Nesse processo em que, dentro da ótica do estruturalismo genético, busco compreender o todo a partir de suas partes, posso inferir que ao mesmo tempo em que os sujeitos construíam a história do Fórum, em que conseguiam transformar o real por meio de ações no coletivo, ocorriam conjuntamente transformações na sua dimensão individual.

Essa construção concomitante fica evidenciada quando nossos sujeitos trazem os reflexos do Fórum no coletivo e o quanto significou para cada um deles, a participação nesse espaço.

5.6 - A processualidade da construção do sujeito: A dimensão do sujeito político individual

Dentro desta análise, em meu processo de pesquisa, levantei alguns questionamentos: O que efetivamente teria reverberado em nossos sujeitos a participação no Fórum? Que significados, ou que reflexos, puderam ser produzidos em sua trajetória histórica? E ainda: o quanto essa experiência teria acrescentado ou contribuído para se efetivarem como sujeitos políticos?

Apesar dos relatos apontarem diferentes contribuições e com variado grau de dimensionamento, todos expressam a importância desta participação na construção do seu dimensionamento político.

Marcos considera a experiência do Fórum como algo muito significativo e que permitiu unir a sua dimensão técnica com a sua dimensão política, dando-lhe concretude, ampliando seu olhar. Pôde compreender que o que faziam coletivamente naquele espaço era também construir políticas públicas. O salto da dimensão técnica para a dimensão política, a possibilidade de coesão, de unidade dessas duas dimensões, é o que fica de mais marcante para ele.

"(...) a experiência que vivemos juntos no Fórum DCA de Santo Amaro, me possibilitou não uma comparação, mas sempre me possibilitou um parâmetro de ter vivido um momento que foi muito significativo para minha vida e para a construção de uma política pública. (...). O Fórum me possibilitou essa dimensão técnica e política ao mesmo tempo, ou seja, deu direcionamento para minhas competências técnicas, deu direcionamento político e ideológico, que até então existia separadamente, deu-me uma concretude (...)".

Deixa explícito que a sua maior formação política se deu no Fórum e foi por meio dela que pôde assumir um compromisso definitivo com a construção coletiva.

"(...) Quando eu falo que me formei politicamente no Fórum foi uma experiência política. Quando eu digo política, refiro-me à arte de fazer política, da negociação, de saber ouvir, de saber se posicionar, de defender idéias. Essa experiência [de fazer política], de fato, mais concreta surgiu para mim no Fórum. A minha experiência profissional congrega conhecimentos (...), mas sempre num trabalho que teve um recorte. (...) Cheguei me sentindo um bom técnico, um técnico responsável e cioso das minhas atribuições, mas sempre muito técnico. Com pensamento ideológico, com trabalho que eu acho adequado, eu percebo que o grande salto nessa dimensão que estamos definindo como política se deu a partir da minha participação nas reuniões do Fórum.(...) A compreensão dessa dimensão do Fórum me modificou no sentido do compromisso com a construção coletiva(...)".

Ele ainda trás a questão do engajamento como possibilidade de reencontro com a identidade profissional, uma identidade que pôde então ser construída nesse espaço do cotidiano e que pode se apresentar como uma saída para o "imobilismo".

"(...) *então o sentido do meu engajamento, naquele momento, tinha um sentido pessoal de reencontro com a minha identidade profissional, uma nova centralidade do trabalho na minha vida. Porque naquele momento, de fato, trazia muitas mágoas,*

estava muito ensimesmado nas minhas questões, com muita tristeza e um imobilismo muito grande. Na verdade, era isso que eu vivia (...)".

Em sua trajetória vai descrevendo como, cada vez mais, foi se apropriando e se deixando apropriar pelo espaço da participação, compreendendo que papel desempenhava ali.

"(...) Aí naquele momento fez a total diferença na minha história, porque ali de fato, eu voltei mobilizado. "Puxa, qual é a minha parte nessa história? Eu venho e tenho participado dessas reuniões, das discussões, porque o tema me chama a atenção. Naquele início das reuniões do Fórum sempre tinha um tema, essa era a idéia. (...) E esse dia da discussão de família, eu acho que eu estava lá representando o serviço, mas a partir daí eu não quis mais saber se a Cida ou a Sônia iriam. Eu passei a ir a todos os encontros, porque eu percebi que de fato ali a proposta era outra.(...)".

Relata que, nesse processo, a participação no Fórum, na medida em que ia se intensificando, ia trazendo-lhe um novo sentido, dando-lhe um novo lugar, uma possibilidade de validação social, principalmente quando se inscrevia em uma identidade coletiva.

"(...) na maior parte das vezes, quando eu olho para trás, o que eu menos fazia era representar o Poder Público. Por mais que eu me apresentasse como funcionário do serviço, e até levasse as discussões do Fórum para a unidade, lá a minha participação parecia que ficava suspensa. Parece que era como se suspendesse o funcionário público e atuasse de fato um outro Marcos. Isso me parece hoje, como se fosse algo cindido, mas vai tendo um sentido. Na verdade, o Fórum me dava um sentido, enquanto na Prefeitura era um momento de total loucura por conta do PAS e da política municipal que se instalava naquele momento, a qual não tinha sentido para mim. Então representar aquele lugar que não tinha sentido parece que era a coisa mais absurda. Mas o que dava um sentido a minha prática profissional era a própria participação no Fórum. É como se naquele momento eu fizesse parte de uma identidade

coletiva que poderia até trocar a minha identidade, eu sou o Marcos do Fórum, ao invés de o Marcos do Centro de Referência em DST/aids - Santo Amaro (...)".

O espaço do Fórum foi, para Marcos, a possibilidade de viver intensamente o trabalho em rede e descobrir a sua real importância.

"(...) E a minha experiência já adquirida no Fórum me mostrava que todo o trabalho com comunidade deve ser articulado em rede, na perspectiva da incompletude institucional. Que esse é o melhor caminho. Sair daquela idéia também de um mega, ultra, super serviço, totalmente encastelado, o qual tenha tudo, uma instituição total. Mas trabalhar na perspectiva de construir articulações e de formação de redes. Esses conceitos eu até já havia entrado em contato com eles antes, mas talvez eu não tivesse tido a possibilidade de viver com tanta intensidade como foi a experiência vivida no Fórum, (...)".

Para ele a identidade construída na experiência do Fórum diz um pouco de quem ele é hoje e é a partir dela que continua mantendo a crença no coletivo.

"(...) Outro dado, nesta trajetória, que eu acho importante é quem eu sou hoje. Hoje, o fato de ter participado do Fórum é uma referência em todos os lugares em que estou. (...) apesar do tempo transcorrido [dos finais da década de 1990 para hoje no ano de 2006], uma trajetória de 8 anos ou um pouco mais. (...) Tudo que a gente já vivenciou, o que fica para mim é que ainda é possível fazer um trabalho coletivo. Ainda é possível acreditar em uma alternativa de construção coletiva.(...)".

É interessante perceber que para Mara, que vem de uma prática muito rica e de uma opção definida pelas questões de crianças e adolescentes, existe uma dificuldade inicial em se ver como um sujeito político. Para ela o político está atrelado ao partidário e a mesma se coloca, por conseguinte, como apolítica.

(...) o que você chama de sujeito político, mas que eu chamo de ator social, eles tinham essa compreensão.... Independentemente para mim, eu sempre falo que eu sou uma pessoa apolítica, não sou politizada, por ignorância mesmo. Eu acho que a gente tem que ler muito, que a gente tem que ser partidário, mas eu não sou por falta de tempo, de interesse(...)".

Ao mesmo tempo, ao dar a sua compreensão sobre sujeito político, como aquele que tem comprometimento com o discurso político, que tem a crença em uma idéia, percebe que as pessoas que compunham a comissão executiva, da qual a mesma fazia parte, sabiam executar muito bem esse papel, o que resultava em um discurso mais aprimorado dos diversos sujeitos.

"(...), para mim, sujeito político é aquele que convence a sociedade com seus argumentos de que ele não está perdendo tempo. E eu acho que naquela comissão executiva tinham vários sujeitos políticos, com essa capacidade de inserção. Porque a gente vendia, com tanta convicção, a idéia de que o Fórum era a saída, ou pelo menos o começo, para as discussões de políticas públicas para crianças e adolescentes, principalmente para aquelas em situação de rua, o que fazia com que o nosso discurso ficasse cada vez mais aprimorado (...)".

Fala do seu engajamento, da importância de ter convivido com pessoas na executiva que tinham uma maior visão política e de como esse fato também colaborou para seu crescimento pessoal e profissional.

"(...) *Eu acho que as próprias pessoas que eram da executiva também eram pessoas formadoras, pelas suas experiências. Quer dizer, eu tinha muita vontade, mas não tinha experiência nenhuma. Então eu encontrei o Tigrão, ele conhecia criança em situação de rua, ele sabia como chegar, isso tudo é crescimento pessoal e profissional, (...)".*

Ao relatar sua participação na comissão executiva, que pela própria especificidade exigia um trabalho mais intenso, trás a importância do trabalho coletivo e os reflexos que esta atuação trouxe para o seu próprio crescimento.

"(...) Eu acho importante dizer que para quem estava na comissão executiva ver o resultado, não é que é mais importante, mas a gente trabalha muito mais para isso. Eu lembro que teve um momento, na Casa da Praça, que por mais que a gente estivesse fazendo parte do Fórum, tinha gente que se cansava, porque as pessoas não têm paciência, (...). Então se mandava 90 convites para o Fórum, se deliberava com a plenária o que se ia fazer no próximo mês, como as coisas iam se encaminhar, mas você nunca conseguia ampliar a executiva porque as pessoas querem ir lá para ver as coisas resolvidas e muitas vezes não querem fazer parte da solução do problema. Nesse sentido, eu digo que é infelizmente porque o ideal seria que todas as pessoas se sentissem responsáveis pelo problema da criança. Aí, tendo resultado positivo para um, vai ter para todos, mas todo mundo tem que caminhar para isso,(...). Eu acho que isso me trouxe um ganho, o fato de você estar ali lutando pela causa(...), te obriga a ler, a fazer várias reuniões para definir alguma coisa, você vai até os órgãos [públicos]... Com isso a gente se aproximou muito da Vara da Infância, muitas coisas foram desmistificadas, (...). Então isso é crescimento para o sujeito político, para o ator social, mas muito mais para quem está na executiva, valoriza-se mais cada ação desenvolvida.

Para ela os membros da comissão executiva tinham um comprometimento, um engajamento pessoal com a causa e a certeza da importância da mobilização.

"(...) Parando para pensar em tudo que a gente fez, e mais ainda, que todo mundo tinha uma atividade específica para cumprir, além da redinha, além do Fórum, a única explicação é o engajamento pessoal mesmo. É o comprometimento com a causa social. (...) a executiva do Fórum, eram pessoas extremamente comprometidas com políticas públicas. O nosso discurso já era de políticas públicas naquela época. (...) Não tem outro jeito, se você não articular, não se mobilizar. Se você não esclarecer

porque as pessoas precisam lutar por determinada ação você vai ser manipulado pelos interesses (...)".

Finaliza colocando que o seu desejo de capacitação, um de seus fatores de agregação ao Fórum, levou-a, no final desse processo, à ações mais qualificadas, que produziram um discurso mais competente, onde a mesma, sob determinada ótica conseguiu se ver finalmente como um sujeito político.

"(...) Eu acho que o meu crescimento foi nesse sentido: a Casa da Praça, as atuações na redinha e no Fórum, fizeram com que *eu tivesse um desejo de me capacitar e sair daquele momento que eu vivia para que eu pudesse ter um poder de discurso maior. Isso me permitiu ter a capacidade de discutir e interagir sobre alguns assuntos com mais profundidade, o que eu não tinha naquela época. (...)*, *um sujeito político com capacidade de discutir algumas questões que são essenciais para a população, e com poder de fazer com que as pessoas parem para refletir um pouco. Atuar para que as coisas possam ser transformadas. Eu trabalho para fazer com que o povo pense com a própria cabeça. Assim eu vou aprendendo que o processo é muito lento mesmo. Com isso eu me frustro menos. A gente vive num país democrático onde muitas coisas são determinadas, mas a população não pára para refletir sobre isso, mas eu não vou ficar reclamando que a população não pára, eu vou fazer com que ela possa parar um dia para refletir sobre tudo isso. Então, se for nesse sentido eu sou um sujeito político.(...)".*

Finalizando, procuro recuperar, na fala de Sônia, qual foi a construção política que o Fórum lhe propiciou, uma vez que a mesma, dos três sujeitos de minha pesquisa, era quem mais havia percorrido o caminho de se tornar um sujeito político. É importante trazer aqui a visão que Sônia tem com relação ao espaço público e a valorização que faz do mesmo.

"(...) Eu acho que essa é uma grande coisa do espaço público, ele possibilita que se tenha uma liberdade do exercício profissional que o espaço privado com certeza não tem. Eu acho que eu também nunca poderia ser uma assistente social de empresa,

eu teria que ser uma assistente social do serviço público exatamente pelo que ele nos permitiu (...)".

Para ela foi a experiência do "fazer coletivo" que a levou a se identificar com o Fórum.

"(...) Aí se começou a fazer as coisas junto, a pensar as coisas junto, a pensar ações naquele espaço físico que tivessem uma conseqüência no atendimento. Por esse caminho houve em especial o meu envolvimento no Fórum (...)".

Tem a consciência plena da realidade, do seu papel profissional na atuação junto à questão da exclusão e dos compromissos a serem assumidos quando existe engajamento e envolvimento, fatores que a levam a se por a serviço de diferentes causas, como foi o caso de sua ação junto ao Fórum. Ressalta a relevância dessa experiência por ter permitido se aproximar do universo de crianças e adolescentes em situação de rua.

"(...) O Fórum..., uma das coisas é essa questão, a gente tem consciência da realidade, mas a gente tem diferentes níveis de aproximações com ela. Depende de onde a gente tem a possibilidade enquanto a gente viver. Então, como a minha atuação profissional nessa atual política sempre foi em cima da situação de exclusão como um todo, eu fui me detendo em bandeiras que se manifestavam, que surgiam e que eu acabava me envolvendo, tendo que estudar, que aprender, aprofundar, conhecer, entrar na bandeira. Mas elas iam acontecendo na medida em que a situação política as colocava. O Fórum me trouxe exatamente isso: eu pude ter uma proximidade com a situação de crianças e adolescentes completamente diferente de que eu tinha tido na assistência de creche. Diferente da que eu tinha tido na experiência da saúde. Era com aquela criança e adolescente que estava em situação de rua, estava em situação de drogadição, com uma maneira de aproximar em um outro nível de intensidade, focando nessa questão, (...)".

Outro aspecto que refere como relevante, é o fato de, pela primeira vez, estar em um espaço de articulação onde os demais sujeitos tinham o mesmo universo de formação e acumulavam experiências em uma área nova para ela.

"(...) A outra coisa que eu acho que o Fórum trouxe para mim, me possibilitou, é que eu trabalhei na maioria das vezes em espaços de articulação onde tinha um desnível de informação, de conhecimento em relação aos outros sujeitos. Eu tinha muito que fazer esse movimento de levar a informação, de levar a discussão, até que as coisas acabavam nivelando. Mas esse movimento de diagnosticar a realidade era um movimento muito solitário, em que a partir do diagnosticado eu estabelecia a proposta. No Fórum, já se estabeleceu uma relação com os outros sujeitos que tinham o mesmo universo de formação, apesar de terem experiências políticas, necessidades, compreensões e estratégias diferentes. Mas eles tinham um mesmo universo de formação. E representavam instituições. Como no caso da Tânia, a universidade. Como no caso de ti, uma unidade de saúde dentro do centro esportivo. No caso do pessoal do Fórum.... Do pessoal da LA..., eram instituições que já tinham uma luta acumulada em relação a este foco que eu ainda não tinha, e que tinham que pensar juntos em uma forma de conseguir intervir naquela situação na região(...).Então essa questão foi a primeira vez, (...)*".*

A experiência também foi inovadora no sentido de ter participado da elaboração de um projeto gestado coletivamente - o projeto CEDECA Santo Amaro.

"(...) Essa experiência foi uma experiência totalmente nova para mim, e se conseguir amadurecer para se construir um projeto coletivo de fôlego, como foi o Centro de Defesa. Acho que foi um processo de estruturação desse grupo, de amadurecimento desse grupo em relação ao seu próprio papel e à dimensão da problemática (...)".

Finaliza trazendo as marcas que o processo vivido deixou para o coletivo.

"(...) o que fica para as pessoas é esse processo, que consegue ser desencadeado através da critica coletiva, da discussão, da representação dos diversos opostos do trabalho de construção coletiva, isso fica".

Para ela também fica como resultado dessa trajetória a frase de sua mãe: "*A consciência é uma coisa irreversível".*

Reforçando esta idéia, Arantes nos fala das possibilidades de aproximarmos nossas "fronteiras simbólicas" ao buscarmos interesses socialmente situados e de como nesse processo podemos compartilhar experiências, que em um primeiro momento são por nós ressingularizadas, para poderem, posteriormente, serem compartilhadas, transformando-se em reivindicações coletivas.

> "(...), transitamos taticamente em função de negociações e interesses socialmente situados e, assim fazendo, exploramos, constituímos e reordenamos as fronteiras simbólicas que nos unem e nos separam, com toda sua ambigüidade e ambivalência. Além disso, esses interesses ganham expressão mais permanente no modo como esse conjunto de experiências é, por cada um de nós, ressingularizado em sua biografia e compartilhado com outrem, tornando-se reivindicação política legítima" (ARANTES, 2000, p.138).

Para concluir e na perspectiva de compreender os processos relatados em sua singularidade, trago, mais uma vez, as reflexões de Yara Khoury. Ao organizar os fatos no espaço e no tempo, dentro de suas próprias vivências, cada sujeito de minha pesquisa, pode, segundo Khoury, ir dando sentido à experiência vivida e a si mesmo nela. E com relação à minha própria participação nesse processo, vivido também como sujeito da pesquisa, a intensidade e a riqueza daquilo que produzimos nesses encontros e nessas trocas podem ser traduzidos nas palavras de Khoury:

> "(...), intercambiar experiências e pontos de vista significa um encontro e uma troca, que se faz a partir de lugares sociais diferentes, no jogo das relações sociais vividas, do qual nós pesquisadores

também somos parte. Trata-se de uma conversa através de fronteiras, que tem um caráter tanto político, quanto psicológico e afetivo. Movidos pelo interesse nas questões do social que trabalhamos e pelo compromisso de incorporar a experiência das pessoas com quem conversamos à explicação histórica que produzimos(...)."(KHOURY, 2004, p.126).

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PRÁTICA: "*Revendo a Travessia"*.

> *"Dir-se-á que o que cada individuo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação, e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível".*
>
> **(GRAMSCI 1999, p.414)**

Ao me propor a uma análise estruturalista genética do Fórum DCA Santo Amaro e de seus articuladores creio que, para finalizar, também se faz necessário examinar o cenário político e social onde os mesmos estavam inseridos.

Neste cenário, assistimos a uma degradação do mundo do trabalho, onde "o homem e a máquina se tornaram algozes de outros homens" (MARTINELLI, 1998, p.136).

Estamos submetidos, até em nossos atos mais cotidianos, à lógica do mercado. Assistimos à precarização das relações de trabalho, ocorrendo uma inversão no eixo da luta de classes, trabalhadores não se reconhecendo como tais.

> "Só sabemos o que nos diferencia, e assim nos fragilizamos e, ao nos fragilizarmos, somos funcionais a esse sistema, que pretende exatamente romper com a nossa unidade" (MARTINELLI, 1998, p.142).

O governo hoje investe fortemente na estabilidade da moeda e com isso, vem diminuindo, fragilizando, os investimentos na área social. Para reverter este quadro, é necessário uma nova relação entre o social e o econômico, para que a sociedade possa, finalmente, nos tratar como cidadãos e não apenas como consumidores.

E como inverter essa lógica do capital? Como no cotidiano, no presente do nosso trabalho, poderemos aprender a dialogar e desvendar os mistérios do real? Como, nos dizeres de Martinelli, "poderemos nessa mesma sociedade que nos oprime, descobrir os caminhos da libertação?".

Primeiramente é necessário, é imprescindível, enxergar o nosso campo de trabalho como um cenário de luta política, e perceber que a política é constitutiva de nossa prática. Fazemos política em todas as esferas da nossa vida.

Manfroi (2000), ao citar Vieira, também corrobora a idéia da luta política permeando todas as nossas ações.

> "Os homens, vivem sua experiência integralmente como idéias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo, enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política(...)."(MANFROI, 2000, p.22).

Precisamos, portanto, ter a compreensão de que o trabalho, apesar de extremamente precarizado, além de sustento e de realização profissional, é a base do nosso núcleo identidário, nossa possibilidade de "ser e de aparecer".

Assim, posso concluir, que o caminhar do Fórum DCA Santo Amaro pôde apresentar alternativas ou possibilidades de rompimento, principalmente no que se refere às relações precarizadas de trabalho.

Na medida em que os membros da Comissão Executiva puderam compartilhar suas ações, vivenciar um processo solidário, puderam se enxergar e se reconhecer como trabalhadores.

Foi possível, da mesma forma, e essa foi uma construção realizada ao longo destes cinco anos, a compreensão de que as nossas ações, tanto as coletivas do Fórum, quanto as nossas práticas institucionais, eram ações *recheadas de intencionalidade política*.

Foi possível criarmos um novo diálogo com a vida cotidiana que se nos apresentava, e também, cada trabalhador que compunha aquele espaço, pôde ser um elemento facilitador de práticas interdisciplinares.

Ao refletir sobre a trajetória do Fórum DCA Santo Amaro e sobre os atores que compunham a sua comissão executiva, e aí me incluo, vem à tona o espaço que permitiu, também, a expressão da nossa subjetividade.

Alguns membros da Comissão, como já foi relatado anteriormente, eram funcionários públicos contrários ao PAS, os quais, durante quatro anos, viram ser-lhes retirada, abruptamente, a possibilidade de expressão de sua subjetividade.

O Fórum foi, conseqüentemente, uma possibilidade de espaço de uma nova sociabilidade para a classe trabalhadora, resgatando a subjetividade e a identidade de classe.

Espaço que nos remeteu à construção de um dado momento histórico na região de Santo Amaro, que pôde contribuir para um processo transformador da realidade local.

No processo de formação, da "redinha" ao Fórum, ao tentarmos compreender os fatos e as situações vividas pelas crianças e adolescentes atendidos, pudemos aprofundar o conhecimento sobre o assunto. Pudemos penetrar na história, fazendo uma análise crítica, política e interpretativa daquela situação, o que nos levou à construção de uma visão mais abrangente e crítica da realidade.

A partir da análise da violação de direitos de crianças e adolescentes na região de Santo Amaro, pudemos objetivar ações para a transformação da realidade.

Enquanto grupo, que formava inicialmente a "redinha" e posteriormente a Comissão Executiva, conseguimos realizar uma leitura ético-política da realidade local,

que ganhou consistência a medida em que o Fórum DCA Santo Amaro e seu grupo de "articuladores"[19] também construía sua identidade.

Neste ato contínuo de fazer e se refazer íamos nos constituindo como **Sujeitos Políticos.**

Isto posto, torna-se evidente que o processo, ao longo destes anos, permitiu a construção de identidades tanto para o Fórum, quanto para o grupo de atores sociais da comissão executiva.

Identidades que navegavam entre oceanos de construções e atribuições, que podiam trazer credibilidade, reconhecimento ou rótulos não tão desejáveis.

6.1 – As identidades do FDCA Santo Amaro e de seus sujeitos

Quando penso em identidades atribuídas e construídas, ou nas formas de ser e de aparecer nas quais transitou o Fórum DCA Santo Amaro e seus articuladores, surge uma diversidade de possibilidades.

1º- *Com relação ao Poder Público*: O poder local, a partir das fraturas que são inerentes à sua própria constituição, ora tinha o Fórum como um aliado importante, ora o via como "uma pedra em seu sapato".

Nesse jogo de forças sociais e de negociação de diferenças, o poder local reconhecia e atribuía ao Fórum uma articulação e uma liderança importante na região.

Ao pensar no Poder Público expandido, e aí me refiro ao CMDCA (Conselho Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes) e à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS Central, o Fórum, transitando entre identidades atribuídas e construídas, foi reconhecido como um espaço importante de articulação regional. Essa credibilidade lhe garantiu a aprovação do projeto CEDECA Santo Amaro, nessas duas instâncias.

Pensar em identidades construídas é também lembrar que fazíamos política, e a defesa de direitos é um ato político, é dinâmico. Cada alteração na sociedade, nas leis,

[19] Segundo Lavalle, Castello e Bichir em "**Quando Novos Atores Saem de Cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais"**, Articuladores seriam, neste atual momento de organização dos movimentos sociais, com a emergência das ONGs, aquelas entidades que teriam como função principal "a articulação e coordenação dos interesses e esforços de outros atores".

necessita de grande agilidade para mudanças na condução de um Fórum, que deve ter uma identidade, ao mesmo tempo, dura e flexível.

2^{O}- *Com relação aos participantes*: Para aquelas pessoas, representantes de entidades, que freqüentaram o Fórum de forma mais contínua, este espaço permitiu, inicialmente, a construção de uma teia de relações, a interdisciplinaridade dos saberes, para posteriormente se constituir em um espaço de construção, também, da subjetividade dos sujeitos.

Éramos todos trabalhadores, que atuávamos no social, todos assalariados, muitos funcionários públicos, portanto, vivenciando em nossa gênese, relações complexas e contraditórias, que muitas vezes determinavam, ou pretendiam determinar, nossas linhas de ação.

Na medida em que intensificávamos nossa participação, intensificava-se também, a compreensão da dimensão ético-política constitutiva do Fórum, uma vez que, essa compreensão só se realiza e se objetiva na práxis.

De um local pensado, inicialmente, como de resolução de sua problemática cotidiana institucional, a medida em que nos sentíamos acolhidos, em que nos permitíamos pertencer ao Fórum, avançávamos na consciência política e crítica, conseguindo extrapolar os limites institucionais.

Ao termos a compreensão da dimensão da natureza ético-política do Fórum, ajudávamos na construção da identidade do mesmo, e, automaticamente, em um processo dialético, algo novo era acrescentado em nossas próprias identidades.

Não tínhamos mais uma prática isolada, de sujeitos individuais, na tentativa onipotente de conter em si todas as respostas, dentro do espaço micro de nossas próprias instituições.

Cada pequena vitória conseguida pelo Fórum trazia a crença na força em conjunto, na possibilidade de marcar presença no campo social e político e com isso introduzir alterações.

Esse conjunto de pequenas vitórias trazia para o grupo a dignidade de um acontecimento histórico, possibilitando uma sociabilidade fundada na solidariedade entre as instituições, onde as dificuldades vivenciadas podiam ser compartilhadas, e resolvidas, muitas vezes, em ações conjuntas desencadeadas pelo Fórum.

Nesse sentido, ao alcançarmos as pequenas vitórias, ao descobrirmos a força da ação coletiva do Fórum DCA Sto. Amaro, conseguíamos alterar o nosso "imaginário constituído", aquele que nos trazia a realidade já posta, num objetivismo preexistente (SADER, 1988).Com isso, tínhamos alterado profundamente as nossas falas e os nossos significados.

Ao me deter sobre o Fórum e seus sujeitos, e sobre suas possibilidades de construção de identidades, se faz necessário uma análise mais detalhada da estrutura daquela que foi a base constitutiva do Fórum: a Comissão Executiva.

6.2 – A constituição de sujeitos políticos como possibilidade de resignificação de identidades: A trajetória da Comissão Executiva.

Na Comissão Executiva[20] centrou-se a minha maior atenção. Éramos "sujeitos", que fazíamos e dirigíamos as ações do Fórum DCA Santo Amaro**.** Éramos trabalhadores sociais, categoria fundante de nossa identidade.

Uma parte expressiva desses sujeitos era formada também por funcionários públicos dos órgãos da saúde, da assistência social e da educação.

Jacobi, ao estudar Movimentos Sociais na década de 1980, já apontava para o caráter de "interlocução coletiva" dos movimentos, na relação com o Estado e também para a presença dos agentes estatais nos movimentos sociais urbanos.

> "Os técnicos da Secretaria assumem, freqüentemente, o papel de indutores de mobilizações, na medida em que partem deles as propostas de operacionalizar as ações, principalmente daqueles que defendem uma postura mais avançada, possibilitando uma crescente desmistificação do papel das autoridades aos olhos da população. Isto também contribui para a abertura de espaços ampliados de interação

[20] A comissão executiva era composta por representantes de várias instituições governamentais e não governamentais. Em seu momento histórico mais fecundo, na fase de implantação do projeto CEDECA, chegou a contar com doze membros de diferentes entidades. Destas, algumas tiveram uma participação mais constante e efetiva, ressaltando, como representantes de organizações governamentais: C.E.E. "Joerg Bruder", CECCO Sto. Amaro, Centro de Referência DST/aids, Posto Sul/FEBEM e Conselho Tutelar, e como representantes de organizações não governamentais: Ass. Cultural Corrente Libertadora, Centro de Convivência "Casa da Praça", Universidade de Santo amaro – UNISA, Associação "Santa Rita" e "Casa do Menor Grossarl".

> com menos burocratismo e uma clareza maior quanto aos próprios limites dos agentes do Estado de induzir demandas" (JACOBI, 1987, p.18).

Dessa forma, dentro da política estatal, com todas as fraturas que lhe são inerentes, instala-se um processo contraditório, onde os seus agentes (municipais e estaduais), assumem o papel de mediadores e de propositores de políticas públicas.

Na Comissão Executiva, sem dúvida, assumimos este papel de proposição, de mediação e até de enfrentamento diante das questões de crianças e adolescentes. Obviamente, a partir dessa contradição, éramos, muitas vezes, portadores de falas individuais, talvez porque não nos sentíssemos, ou porque não pudéssemos, ser representantes de nossas próprias instituições.

Há que se destacar, que a vinculação destes sujeitos à Comissão Executiva, estava atrelada a algumas variáveis, como por exemplo: a instituição representada, o cargo ocupado, a secretaria a qual pertencia e o trabalho que realizava.

Para uma melhor compreensão da estrutura da Comissão é necessário sua inserção em um processo histórico. Para tanto, me remeto à sua origem, ou seja, a "redinha"; que surgiu, como já citado anteriormente, após o curso realizado no "Projeto Quixote".

Iniciava-se ali, a construção da identidade de um grupo de trabalhadores sociais, mobilizados por uma questão que dominava o cenário da cidade naquele momento: a construção de redes de atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua.

Nós, trabalhadores, após o término do curso, pudemos nos reconhecer, nos descobrir atores sociais da mesma região, com objetivos e interesses em comum. A partir desse momento, nos propusemos à concepção de práticas comuns e coletivas. Estava dada a dimensão da construção de Sujeito Coletivo, conforme definição de Sader (1988, p.11).

Na perspectiva de articulação da rede local, nós trabalhadores, já elevados a um novo patamar de identidade, sensibilizados com o curso e voltados ao que ocorria para além do nosso universo institucional, criamos a "redinha" em meados de 1997.

Esta, também nascia com uma identidade, legitimada com o passar do tempo, de construção do novo, de espaço possível de troca, voltada ao micro território, mas sem esquecer sua ligação com o macro, que lhe dava o sentido maior da sua existência.

Nesse momento, vivíamos um processo de "*solidariedade nascente"* (SADER, 1988), onde aprendíamos a falar a mesma língua. *Éramos novos sujeitos, criando nossas próprias cenas, por meio de nossas próprias ações.*

A rotina das instituições, o lócus privilegiado das práticas profissionais do grupo que compunha a "redinha", e, posteriormente, o Fórum DCA Sto. Amaro, também era marcado, assim como em tantas outras instituições, pelas atividades do "todo dia", do que era justificado e normatizado, do trabalho institucionalmente esperado de cada profissional.

Por um lado, tínhamos uma diminuição de tensão, por lidarmos com o que era, aparentemente previsível e também, porque tínhamos um "aparato institucional", o qual traçava as nossas linhas de conduta.

Em contrapartida, as atividades normatizadas, a pressão sobre o número de atendimentos realizados (principalmente para as entidades que mantinham convênio com a prefeitura), a cristalização de padrões e ações previamente estabelecidas, transformavam-se em "amarras", que deixavam transparecer o "peso institucional".

Consequentemente, em nenhuma dessas situações, podíamos nos colocar por inteiro, em ações com intensidade especial, que viessem a homogeneizar as nossas preocupações.

Nos dizeres de Myriam Veras Baptista:

> "Se, por um lado, a instituição tem o monopólio do objeto e dos recursos institucionais, se é ela que define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe com relação a ele, por outro lado, é o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do seu trabalho" (BAPTISTA in MARTINELLI, 2001, p.113).

Era, portanto, necessário e urgente, que caminhássemos para além daquilo que era institucionalmente esperado de nós profissionais. Conseguíamos perceber que, somente essa ação institucionalizada, por mais "inteira" que fosse realizada, não conseguia responder às demandas daqueles que batiam a nossa porta, ou que, pior ainda, por tão destituídos socialmente, nem chegavam a ela.

A rotina e a cristalização das ações, felizmente, ainda não haviam produzido em nós, a banalização da vida humana, mantínhamos a paixão e a indignação, o que nos ligava a uma ação comprometida, mesmo que, inicialmente, isolados em nossas instituições.

O conhecimento acumulado na rotina diária, não se constituiu em limites para a nossa atuação, mas abriu-nos possibilidades, na medida em que, pudemos liberar energia para o real enfrentamento das questões presentes no dia a dia.

A realidade daqueles adolescentes não aparecia, para nós, como já objetivada, como já designada ou já determinada. Era o desejo da superação que nos movia.

Fizemos o caminho da ação conseqüente, pois, para buscar nossas respostas e objetivos, caminhamos do particular institucional para o universal do Fórum DCA Santo Amaro, do campo das micro-atuações e das ações localizadas, para o das ações mais amplas de defesa de direitos de crianças e adolescentes.

O grupo, e cada um de nós individualmente, ao ampliarmos nossas ações, ao adquirirmos força e consciência de nossa capacidade e poder coletivo, pudemos nos constituir em um **Sujeito Político Coletivo – o Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro -** e nos colocarmos como parte da Comissão Executiva do mesmo.

A Comissão Executiva, naquele momento, era formada por profissionais de diferentes áreas, trabalhadores sociais que, para responder às demandas do real, do cotidiano vivido, conseguiram alongar o seu olhar para muito além das próprias instituições, operando com diferentes perspectivas.

A oportunidade de uma construção interdisciplinar, de um saber vivenciado e compartilhado, reforçou a possibilidade de construção no coletivo.

Essa possibilidade de olhar e atuar no macrossocial, dentro de uma perspectiva coletiva, foi o que nos permitiu "ensaios de lucidez" (SARAMAGO, 2004).

Ao desvendarmos as tramas do nosso cotidiano, da nossa prática, vislumbramos um real pleno de movimento. Ao fazermos uma análise da conjuntura em que atuávamos, pudemos, a partir de ações reflexivas mediatizadas pela nossa consciência, encontrar caminhos para atuar em uma realidade que, em um primeiro momento, nos parecia dada como estruturada e acabada.

> "A realidade não pode ser pensada como monofacetária e estática, mas ao contrário como multifacetária, complexa e sem determinações cristalizadas" (ARCOVERDE, 1994, p.152).

Esse movimento permitiu-nos romper com a lógica da naturalização dos fatos e da banalização da ação, encontrando em um presente fecundo, a hora certa de dialogar, de construir o novo, de fazer história.

Permitiu-nos à construção e ampliação de uma identidade que pode ser feita e refeita, em um movimento incessante, próprio das construções históricas e que, só pode ser pensada dentro da diversidade, característica fundante dos processos de relações sociais.

Foi possível ainda, dentro das práticas do Fórum, construirmos, dialeticamente, um novo conceito de cidadania, baseado nas reflexões de Martinelli, onde:

> "É preciso que os trabalhadores sociais possam investir em um novo conceito de cidadania. Cidadania é pertencimento, cidadania é inclusão, cidadania é usufruto de direitos, é acesso pleno a direitos" (MARTINELLI, 1998, p.142).

Nessa construção, em um primeiro momento, fomos nós, trabalhadores, que precisamos edificar a dimensão de nossa própria cidadania, enquanto pertencentes, inclusos, a um espaço; enquanto conscientes de nossos direitos. Foi necessário esse dimensionamento, essa primeira aproximação, para que pudéssemos ter condições e consciência, no sentido de caminharmos para conquistas de cidadania para aqueles com os quais trabalhávamos.

Obviamente, essa prática vivida por nós, membros da Comissão Executiva, e por uma parte dos sujeitos que participavam das reuniões do Fórum, foi uma prática militante, dimensionada politicamente, que se refletiu na prática profissional de cada indivíduo.

Cada um de nós, ao nos juntarmos, ao descobrirmos a possibilidade de sermos "sujeitos de nossa própria história", trazíamos conosco as nossas experiências vividas, as nossas "marcas históricas". Essas se constituíam em partes de nossas identidades, e, de alguma forma, serviram de elos de identificação com o grupo.

Segundo Manfroi (2000), na luta pela cidadania, temos a possibilidade da emancipação, podendo redimensionar as lutas sociais e também os desejos. Para isso se faz necessário:

> "(...) Sujeitos sociais engajados e que, em grande medida, percebam também sua relação com o desejo do outro e consigo mesmo, que sejam capazes de se engajar como seres desejantes".(MANFROI, 2000, p.37).

Para ilustrar essa reflexão, creio ser oportuno relembrar que uma parte desse grupo, e que se tornou representação expressiva na Comissão Executiva, era formada por funcionários da Secretaria Municipal de Saúde contrários ao "PAS", éramos os "exilados do PAS".

Historicamente a gestão da prefeita Luísa Erundina (1989/1992), por seus avanços dentro da política municipal de saúde, fomentou junto aos funcionários dessa secretaria, e de outras, a participação em espaços públicos democráticos, o que contribuiu para o acréscimo de uma identidade mais politizada, para alguns destes funcionários.

Com o advento da gestão do Prefeito Paulo Maluf e posteriormente de Celso Pitta e a implantação do PAS na área da saúde, estes funcionários, que foram compulsoriamente afastados de seus locais de trabalho, além da perda de espaços para sua subjetividade, passaram a ter uma identidade atribuída, bastante oportuna naquele momento. Identidade que reforçava o ideário coletivo, que nos identificava com o descompromisso, com o ócio, com o "paletó na cadeira".

Com certeza, estas marcas ficaram plasmadas em alguns de nós. Para garantirmos nossa autonomia e a definição de uma identidade constituída, entre o que éramos e o que deveríamos ser, assumimos uma posição crítica de transformar o que estava dado.

No atual modelo do capital, que continua "valorizando moralmente o trabalho e que se assenta sobre um desemprego estrutural" (CHAUÍ, 1997, p.19), éramos, para o PAS, naquele momento, desempregados em potencial, trabalhadores descartáveis, desmoralizados e identificados com a exclusão social. Esse fato, posteriormente, nos aproximaria, nos identificaria, ainda mais com a nossa clientela de crianças e jovens excluídos.

O Fórum, que representava a "Plebe"[21]de crianças e adolescentes, também trazia consigo, a "plebe" de trabalhadores sociais, que invalidados profissionalmente por propostas como o PAS, na saúde, ou o atendimento massificante dos postos de Liberdade Assistida da Febem, viam-se destituídos de seus saberes, sujeitos à lógica da dominação.

Éramos também, apropriando os dizeres de Marilena Chauí, "sujeitos sociais incompreensíveis e invisíveis, invalidados socialmente", assim como aquelas crianças que atendíamos.

A partir do momento em que esta "plebe" de trabalhadores se organiza, para práticas que levam à reivindicação de direitos e à preparação para que possam penetrar e atuar no universo dos direitos políticos podem contrapor a totalidade dominante, à qual interessa a manutenção da nossa condição de plebeus.

Para romper com a identidade de "plebe", de massa desprovida de saber, de fato e de direito, fez-se necessário uma nova lógica, constituída durante as próprias ações do Fórum. A cada novo acontecimento, novas estratégias e novas possibilidades de comunicação, eram articuladas. Dessa forma, ocorriam transferências de um saber teórico para uma prática mais consistente. Pudemos, enfim, fazer resistência às legalidades arbitrárias por meio da astúcia prática.

[21] PLEBE, segundo Marilena Chauí, no Direito Romano, seriam aqueles desprovidos de cidadania e que se fazem representar por meio de outros (cidadãos), encarregados de apresentar e defender direitos na cena pública. Nesse sentido, o FDCA Sto. Amaro, representava a "plebe" de crianças e adolescentes, que assim como há 2000 anos A.C., ainda precisam de cidadãos para se fazerem representar.

Foi esta trajetória que permitiu que nos tornássemos novamente sujeitos, alçados, agora, à condição *de sujeitos políticos, visíveis e validados socialmente.*

Passamos, então, a integrar nossas histórias, na história da comunidade e pudemos, dessa forma, refazer uma parte de nossas identidades.

A possibilidade de avançar nas questões referentes à defesa de direitos de crianças e adolescentes, nos levou a uma existência para além da instituição. Nos permitiu deixar, dessa vez, marcas de uma prática que se refletiu em uma nova organização da região, mais comprometida e sensibilizada com estas questões, e que, numa relação de complementaridade, elevou-nos a um novo patamar de identidade.

O fato de termos uma vivência perceptível, a de "protagonistas" do Fórum DCA Sto. Amaro, fez com que fôssemos afetados por essa situação, consciente e inconscientemente, estabelecemos, deste modo, conforme as definições de Renato Mezan (1997), *subjetividades.*

Foi possível, também, estabelecer o que Mezan chamou de "Modelos Identificatórios", o que nos permitiu a ligação com um determinado grupo. No caso do Fórum DCA Sto. Amaro, quais foram as identificações, ou quais foram as vivências que determinaram a formação **desse** grupo?

Levanto algumas hipóteses:

1. A identificação com um lugar ocupado socialmente: *o lugar de Trabalhadores Sociais.*

2. A identificação com uma situação social: *a da exclusão*, o que implicava em se reconhecer na população atendida, duplamente, no aspecto da exclusão e na condição de oprimido.

3. Finalmente, e talvez a categoria estruturante, para a formação do Fórum DCA Santo Amaro e para a aglutinação dos seus articuladores, foi a identificação com a **capoeira**[22], entendida como espaço de luta, que trás a resistência e a defesa em suas bases fundantes.

[22] A Capoeira era a principal atividade oferecida às crianças e adolescentes no início da articulação da "Redinha", era realizada no Centro Educacional e Esportivo "Joerg Bruder", pela Associação Cultural Corrente Libertadora. Identificada com o movimento, a agilidade, a argúcia, a brasilidade, com seus movimentos de esquiva e de defesa.

Enquanto sujeitos da ação, fomos determinados e determinamos várias linhas de força. Estabelecemos experiências singulares, experiências "significativas e significantes" (CHAUÍ, 1997, p.19).

Concluindo, constato que, ao lutarmos para negar uma situação dada, a de violação de direitos de crianças e adolescentes, ao elaborarmos projetos que visavam a superação das situações de "falta" e a transformação de uma realidade, estávamos ao mesmo tempo, em um processo dialético, nos constituindo enquanto sujeitos. Essa construção se deu, tanto no plano singular quanto no coletivo.

Essa "autoconstrução", que foi por nós tão intensamente vivida, pode ser definida, nas palavras de José Paulo Netto:

> "Nós temos a tarefa de, também, nos autoconstruir, nos auto constituir em sujeitos com projetos que nunca podem se esgotar no horizonte de nosso umbigo, tem que ser um pouquinho maiores" (NETTO, 2002, p.13).

6.3 - O Fórum de defesa de direitos de crianças e adolescentes de Santo Amaro como espaço de expressão da vontade coletiva.

Continuando nesta reflexão final sobre a prática vivida, o que pretendo aqui é fazer uma **apropriação** do conceito de Partido Político Revolucionário de Gramsci, estabelecendo nexos entre este e os espaços públicos atuais, mais precisamente, o Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro, enquanto espaço possível de organização da sociedade civil, de expressão da vontade coletiva, possibilitador de formação de sujeitos políticos.

Assim, posso pensar que o Fórum foi um espaço imprescindível para todo o nosso processo catártico, mais especificamente ao relacioná-lo com a 3ª fase do momento ético-político de que fala Gramsci, o nosso momento de "catarse", onde conseguimos transcender aos nossos particularismos e trabalhar pelo universo de crianças e adolescentes, vislumbrando um mundo muito mais amplo de atuação que nos levaria a ações mais efetivas para a transformação da nossa realidade. Quando, finalmente, nos tornamos "sujeitos conscientes da história", livres e ativos.

Dessa forma, ao estabelecer nexos entre o significado de Partido Político de Gramsci e o de Fórum, com o qual trabalhávamos, posso inferir que este último também foi responsável para que pudéssemos transcender o que restava de nossos corporativismos, construindo ao longo destes cinco anos uma visão muito mais ampliada de nossos papéis pessoais e profissionais.

Nesse caminhar de apropriações gramscianas posso olhar para o Fórum também, como um "Novo Príncipe", aquele que soube conduzir, agregar e educar agentes isolados, tornando-os agentes de uma vontade coletiva transformadora, constituindo-os, nos dizeres de Gramsci, em um **homem coletivo.**

Foi no interior do Fórum, no desenrolar de suas ações, que fomos elevando nosso nível ideológico, construindo nossa reforma "intelectual e moral", fundamental para exercermos uma possibilidade de contra-hegemonia diante de uma situação de abandono e de falta de políticas públicas para o segmento de crianças e jovens atendidos por nós na região. Dessa forma, o Fórum se constituiu em uma organização que foi capaz de dirigir modos de enfrentamento das situações nos momentos históricos que eram vitais para o grupo.

Olhar para a história deste Fórum é também deter o nosso olhar sobre a história de um determinado grupo social, aquele que compôs a comissão executiva que, em nossos devaneios gramscianos, poderiam ser equiparados aos intelectuais. Na função de membros da comissão executiva, nós assumimos o papel de protagonistas das ações, de articuladores, de facilitadores de consenso, responsáveis, portanto por uma determinada direção intelectual.

Neste processo, posso dizer adaptando Gramsci, que íamos nos constituindo como os "intelectuais orgânicos" do Fórum. Éramos movidos pelos sentimentos e pela paixão e buscávamos estabelecer elos de homogeneidade, numa tentativa de tomada de consciência que pudesse abranger o grupo como um todo e que nos levasse, enfim, a uma visão de mundo ampliada e autônoma, nos tornando sujeitos conscientes e ativos.

Seria interessante mencionar aqui, que entre os membros da comissão executiva, tínhamos aqueles aos quais Gramsci se referia como sendo os "*intelectuais tradicionais revolucionários",* representantes, inicialmente, de um aparelho de hegemonia, no caso a Universidade, mas que no decorrer do processo passaram a defender os interesses do Fórum.

A participação dos diferentes sujeitos na comissão executiva e nas ações do Fórum produziu, sem dúvida, um sentido maior de pertencimento, com uma maior atuação nos processos políticos, nas intervenções e nos encaminhamentos tanto do Fórum, quanto nos locais de trabalho, o que gerou (e foi capaz de solidificar) sentimentos maiores de identidade e de integração.

A participação nos processos e ações do Fórum em sua totalidade trouxe-nos, também, uma **dimensão educativa**, a partir do momento em que sistematicamente ocorriam reflexões sobre as ações realizadas. Essa era uma forma de se aprender com os próprios erros e se avaliar a eficácia de cada uma das ações desencadeadas.

Esse aprendizado, na prática, gerou, sem dúvida, uma maior capacitação para a participação política.

Ao pensar na relação entre Partido Político e Fórum, dentro de seus diferentes momentos históricos, posso inferir que, para Gramsci, o Partido Político Revolucionário era o depositário das possibilidades de expressão da vontade coletiva. Hoje, com a crise dos partidos políticos, e frente às novas demandas e posturas da sociedade civil com relação ao Estado, esta função pode ser atribuída, também, ao Fórum. Dentro deste papel a ele caberia também, manter e garantir a soberania popular, entendendo que "só os cidadãos, podem definir o papel que desejam para o Estado e criarem os mecanismos para o seu controle" (TEIXEIRA, 2005).

Concluindo, ao estabelecer estas apropriações com alguns dos conceitos gramscianos, fica evidenciado que os indivíduos para se constituírem como sujeitos políticos, portadores de uma vontade coletiva que os leve posteriormente a se unificarem como um Sujeito Político Coletivo, necessitam de um espaço político onde possa ocorrer essa formação.

Segundo Sérgio Costa, esse espaço, juntamente com a vigência de direitos civis básicos, constituiriam as condições necessárias para a construção e consolidação da sociedade civil:

> "(...) sua vitalidade e possibilidade de influência dependem da existência de um espaço público minimamente poroso, uma vez que este espaço representa a arena privilegiada de atuação política dos atores da sociedade civil, constituindo, ainda, a arena de difusão dos

> conteúdos simbólicos e das visões de mundo diferenciadas que alimentam as identidades de tais atores. Assim, sociedade civil e espaço público se condicionam mutuamente" (COSTA, 2002, p.63).

Nesta consolidação da sociedade civil, entendendo, segundo Elenaldo Teixeira, que os "direitos por si só são abstratos" e necessitam das ações dos cidadãos para obterem concretude, o Fórum DCA Sto. Amaro caminhou na busca da efetivação, da concretização dos direitos estabelecidos no ECA. Constituiu-se como uma organização da sociedade civil, que buscava captar os ecos de um movimento maior de defesa de direitos de crianças e adolescentes que ocorria naquele momento no território nacional e que, ao trazer os problemas referentes a essa população que ressoavam no microterritório e nas suas esferas privadas, conseguiu condensá-los e transmiti-los, a partir de proposituras à agenda pública.

Finalmente, posso dizer que, para além das transformações de nossa realidade, o fato de nos organizarmos como um sujeito coletivo, trouxe-nos, segundo Restreppo (1990), a possibilidade de "reconhecimento político e social, conquistado pelo cidadão coletivo das classes subalternas".

Neste processo dialético da construção do Fórum e de seus atores, na medida em que transformávamos nosso ambiente, íamos também sendo transformados, alçados a uma nova condição, a de um **sujeito político coletivo, reconhecido, e, portanto, visível e validado socialmente.**

Concluindo, para se ter uma idéia mais clara acerca dos processos sociais mais amplos de emancipação social, e no caso o Fórum, se faz necessário primeiramente, compreender o processo de engajamento, do ponto de vista das motivações do próprio sujeito.

Para Manfroi, essa vinculação dos sujeitos à projetos sociais é a possibilidade de rompimento da lógica capitalista.

> "A vinculação a um projeto social coletivo mais amplo, a valores éticos, políticos, solidários, democráticos são fundamentais para superar a heteronomia da sociedade capitalista, vencendo o impulso

> ao individualismo e à privatização, cada vez mais forte em nossa sociedade".(MANFROI, 2000, p.51).

Deste modo, por entender que a gênese das transformações acontece primeiro no plano individual, no interior de cada sujeito que se propõe a fazer sua própria "leitura histórica", trago uma citação de Gramsci que corrobora esta idéia:

> "Para conhecermos o que é o homem precisamos refletir sobre nós mesmos e sobre os outros e querermos saber, após esta reflexão, aquilo que somos e o que podemos vir a ser e se realmente nesses limites somos "criadores de nós mesmos", da nossa vida e de nosso destino".(GRAMSCI, 1999, p.412).

E para finalizar, após olhar para esse momento histórico, onde diferentes sujeitos, "cursaram juntos um determinado trecho com identidades de aspirações e conjunções de sonhos" (GUEVARA, 1952), percebo que esta vivência, "(...) me mudou mais do que eu pensei. *Eu já não sou eu, pelo menos, não sou o mesmo em meu interior*" (GUEVARA, 1952).

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel; Freitas, Maria Virgínia; Sposito, Marilia Pontes (orgs). **"Juventude em Debate".** Cortez Editora, São Paulo, 2000.
- ADORNO, Sérgio. "**Ética e Violência – Adolescentes, Crime e Violência".** In: Juventude em Debate.Helena Wendel Abramo, M. Virgínia de Freitas, Marília P. Sposito (orgs). Cortez, São Paulo, 2000.
- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. "**O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa".** Editora Pioneira, 2ª ed., São Paulo, 1999.
- AMMANN, Safira Bezerra. "**Participação Social**". Cortez & Moraes Ltda., São Paulo, 1977.
- _____. "**Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento".** Cortez Editora, São Paulo, 1991.
- ARANTES, Antonio Augusto. **"Paisagens Paulistanas: Transformações do espaço público".** Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial, São Paulo, 2000.
- BAPTISTA, Myriam Veras. "**A ação profissional no cotidiano"**. In: O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3ª. Ed. –Cortez , São Paulo, 2001.
- _____ "**O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática do serviço social".** In *Revista Serviço Social e Sociedade,* Cortez,n.º21, São Paulo, 1986.
- _____.**Análise de conteúdo de discurso (algumas aproximações). (**In mimeo**,** s.d., 3 p.)
- BOBBIO, Norberto. **"Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea"**. Editora UNESP, São Paulo, 1996.
- **_____"Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil"**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- **_____ "O conceito de sociedade civil"**. Graal, Rio de Janeiro, 1982.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **"Gestão Social: Alguns apontamentos para o debate".** In: Gestão Social: Uma questão em debate". Orgs. Elizabeth de Melo Rico e Raquel Raichelis, EDUC/IEE, São Paulo, 1999.

- CHAUÍ, Marilena. "**Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil".** Brasiliense, São Paulo, 1986.
- _____. "**Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas".** 1ª ed. São Paulo, Ed. Moderna, 1980.
- _____. **"Comentários às exposições sobre subjetividades contemporâneas."** In Subjetividades Contemporâneas. *Caderno do Instituto Sedes Sapientiae,* ano 1, n.º 1, São Paulo, 1997, p. 18 a 25.
- CHIZZOTTI, Antonio. "**Pesquisa em ciências humanas e sociais**". 4ª ed., Cortez, São Paulo, 2000.
- CORREIA, Maria Valéria da Costa**. "A relação Estado/Sociedade e o controle: fundamentos para o debate"**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 77, Cortez, São Paulo, 2004.
- COSTA, Sérgio. **"As cores de Ercília"**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes. "**Introdução"** In: Serrão, Margarida e Baleeiro, Maria Clarice. **"Aprendendo a ser e a conviver**". FTD/Fundação ODEBRECHT, Salvador, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "**A democracia como valor universal"**. Livraria editora ciências humanas, São Paulo, 1980.
- DAGNINO, Evelina (org). **"Sociedade civil e espaços públicos no Brasil"**. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **"Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos**". *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 81, Cortez, São Paulo, 2005.
- ECO, Umberto. **"Como se faz uma tese".** 18ª ed., Editora Perspectiva, São Paulo, 1977.
- FLEURY, Sônia. **"O Estado sem cidadãos"**. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1994.
- Fórum de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente - Santo Amaro – FDDCA-S.A. - **Plano de trabalho do CEDECA – Santo Amaro.**
- Fórum de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente – FDDCA - Santo Amaro – **Atas de Reuniões** (de novembro de 1998 a dezembro de 2003).

- FRANÇA, Bárbara Heliodora. **"O Barnabé: Consciência Política do pequeno funcionário público**". Cortez Editora, São Paulo, 1993 – (Coleção questões da nossa época; v. 17).
- FURLAN, Amábile. **"O Movimento Popular no pulsar da cidadania"**. NCA/PUC S.P., São Paulo, 1997.
- _____ **"O processo de constituição do sujeito político**: **Familiares e amigos de adolescentes em conflito com a lei, internados na Febem/SP- município de São José dos Campos".** Doutorado em Serviço Social, PUC/SP, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. "**O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, Ongs e redes solidárias".** Cortez, São Paulo, 2005- (Coleção questões da nossa época; v. 123).
- _____. **"Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais".** Ed. Vozes, Petrópolis/ RJ, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. "**Dialética e cultura".** 2ª. ed., Paz e terra,. Rio de Janeiro, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. "**Maquiavel, a política e o Estado moderno"**. 6ª ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1988 -(tradução Luiz Mário Gazzaneo).
- GRAMSCI, Antonio. **"Cadernos do Cárcere"**. V.1, Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1999 –(tradução Carlos Nelson Coutinho).
- HELLER, Ágnes. "**La revolución de la vida cotidiana**". 2ªed., Ediciones península, Barcelona, 1994.
- _____. **"O Cotidiano e a História".** 6ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- IANNI, Octávio. "**Dialética e capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx**". 3ª ed., Vozes, Petrópolis, 1988.
- JACOBI, Pedro R. "**Movimentos sociais urbanos numa época de transição: Limites e potencialidades".** In Movimentos sociais na transição democrática. Cortez, São Paulo, 1987.
- JOLL, James. **"As idéias de Gramsci"**. Editora Cultrix, São Paulo, 1977.

- KOGA, Dirce. "**Medidas de Cidades: Entre territórios de vida e territórios vividos".** Ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- KHOURI, Yara Aun. "**Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história".** In: "Muitas memórias, outras histórias", Ed. Olho dágua, São Paulo, 2004.
- LAJOLO, Laurana. **"Antonio Gramsci, uma vida"**. Brasiliense, São Paulo, 1982 – (tradução Carlos Nelson Coutinho).
- LAVALLE, Adrián Gurza. **"Sem Pena, nem Glória.O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990"**. In *Novos estudos CEBRAP*, nº 66, julho, 2003.
- LESCHER, Auro Danny (org.). "**Cartografia de uma Rede: reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de são Paulo".** São Paulo, 1998.
- LIMA, Sérgio Vasconcelos de. **"Planejamento de Pesquisa".** Série Trilha, EDUC, São Paulo, 2002.
- MANFROI, Vânia Maria. "**Modo(s) de vida militante no pós-68**". Doutorado em Serviço Social, PUC/SP, 2000.
- MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (orgs). **"O Uno e o Múltiplo nas Relações Entre as Áreas do saber"**. 3ª ed., Cortez Editora, São Paulo, 2001.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. "**Serviço social: identidade e alienação"**. 8ª ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- _____. "**A categoria identidade: uma primeira aproximação".** São Paulo, PUC, s.d., 20 p.(Mimeo)
- _____. "**Análise de conjuntura. Breves notas introdutórias ao tema**".São Paulo, PUC, 6 p., outubro/2004. (Mimeo)
- _____. "**O ensino teórico-prático do serviço social. Demandas e alternativas".** *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.º 44, Cortez, 1994.
- _____. "**Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico metodológicos".** In Curso Qualidade de vida. São Paulo, setembro/outubro/2004.

- _____. "**Sentido e direcionalidade da ação profissional. Projetos ético-políticos em serviço social"**.Seminário da Universidade Nacional de La Plata, Argentina, 2004.
- _____. "**Desafios do serviço social na transição para o próximo milênio".** *Revista Serviço Social e Sociedade,* n.º 57, Cortez, São Paulo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **"A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala".** Hucitec, São Paulo, 2000**.**
- MARX & ENGELS. "**A ideologia alemã (Feuerbach)**".Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Ciências Humanas, 2ª ed., São Paulo, 1979.
- MELUCCI, Alberto. "**Movimentos Sociais e Sociedade Moderna".** In "Movimentos Sociais na Contemporaneidade", *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais,* nº 2, PUC/SP, 1997.
- MEZAN, Renato. "**Subjetividades contemporâneas?"** In Subjetividades contemporâneas. *Caderno do Instituto Sedes Sapientiae* . Ano 1, n.º 1, São Paulo, 1997, p. 12 a 17.
- MINAYO, M. Cecília de Souza (org). **"Pesquisa social – Teoria, método e criatividade".** Editora Vozes, 21ª. Ed., Rio de Janeiro, 2002.
- NARHI, Kati. "**Conhecimento transmissível e negociável".** Tradução de artigo da *Revista Journal of Social Work,* vol. 2, n.º 3, 2002.
- NETTO, José Paulo. "**O sujeito social no mundo atual".** 1º Congresso de Saúde,(s.1.), 2002, 17 p. (Mimeo).
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "**Um Estado para a sociedade civil".** In: Gestão Social: Uma questão em debate". Orgs. Elizabeth de Melo Rico e Raquel Raichelis, EDUC/IEE, São Paulo, 1999.
- PEREIRA, Rosemary F. de Souza. "**Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente: do alternativo ao alterativo.** Dissertação.PUC-SP , 1998, São Paulo.
- RAICHELIS, Raquel; RICO, Elizabeth de Melo (orgs.). **Gestão Social uma questão em debate.** São Paulo; EDUC; IEE, 1999.

- RESTREPO, Luis Alberto. **"A relação entre a sociedade civil e o Estado"**.*Tempo Social* 2, 2º sem. , Departamento de sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1990.
- RIBEIRO, Edaléia Maria. "**Movimentos Sociais em tempos de globalização em Santa Catarina:** Os anos 90". Fundação Boiteux, Florianópolis, 2005.
- RIDENTI, Marcelo."**Classes sociais e representação".** 2ª ed., Cortez, São Paulo, 2001.-(Coleção questões da nossa época; v.31).
- RUSCHEINSKY, Aloísio. "**Atores políticos e lutas sociais. Movimentos sociais e partidos políticos".** EDIPUCRS, Porto Alegre, 1999.
- SADER, Eder. **"Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980".** 2ª. ed., Editora Paz e Terra , Rio de Janeiro,1995.
- SADER, Emir (org). **"Gramsci – Poder, Política e Partido**".Expressão Popular, São Paulo, 2005.
- SADER, Emir. "**Direitos e esfera pública**". *Revista Serviço Social & Sociedade,* n.º 77, Cortez, São Paulo, março 2004.
- SARAMAGO, José. **"Ensaios sobre a Lucidez".** São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- SCHALLER, Jean-Jacques. **Construir um viver junto na democracia renovada.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 145-162, jul/dez. 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **"Movimentos Sociais e participação"**. In: "Ambientalismo e participação na contemporaneidade". EDUC/FAPESP, São Paulo, 2002.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. "**O poder da verdade e a verdade do saber**". In: O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3ª. ed.,Cortez, São Paulo, 2001.
- SIMIONATTO, Ivete. **"Gramsci**: **sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social".** 2ª ed., Ed. da UFSC, Florianópolis; Cortez, São Paulo, 1999.
- SOUZA, Maria Luiza. "**Desenvolvimento de comunidade e participação".** 8ª ed., Cortez, São Paulo, 2004.
- TEIXEIRA, Elenaldo. "**O local e o global**: **Limites e desafios da participação cidadã**". Cortez, São Paulo; Equip Recife; UFBA, Salvador, 2001.

- TOURAINE, Alain. **"Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**". Editora Vozes, Petrópolis, Rio de janeiro, 1998.
- _____. "**Crítica da modernidade**". 7º ed., Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.
- VELTRI, Marcos. "**A construção da identidade profissional do orientador de liberdade assistida comunitária: O processo de equilibração do saber, do fazer e do poder".** Mestrado em serviço social, PUC/SP, 2006.
- VIEIRA, Liszt. **"Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização".** Editora Record, Rio de janeiro, 2001.
- VIEIRA, Evaldo. **"Democracia e Política Social".** Cortez Editora, São Paulo, 1992.-(Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.49).
- WANDERLEY, Luís Eduardo. "**Os sujeitos sociais em questão".** *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.º40, Cortez, 1992.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W; RAICHELIS, Raquel. **"Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional".** *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 78, Cortez, São Paulo, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. "**Marxismo e literatura**". Zahar editores, Rio de Janeiro, 1979.

*7.*1 - BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA

- SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. "**O Papel dos Movimentos Sociais na Construção de Outra Sociabilidade".** <http://www.mnmmr.org.br/biblioteca.php>. Acesso em 08/05/04.
- LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola**. "Quando novos atores saem de cena**. **Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais".**

  http://www.ids.ac.uk/gdr/cfs/drc-pubs/quando novos atores 2004.pdf. Acesso em 15/02/05

- MORAES, Dênis de. **“O partido e a expressão da vontade coletiva”**.

  >http: //www.gramsci.org/> Acesso em Janeiro/2006

- SEMERARO, Giovanni. **“Da sociedade de massas à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci”.**

  >http: //www.gramsci.org/> Acesso em janeiro/2006

- **_____ “Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci”**.

  >http: //www.gramsci.org/> Acesso em janeiro/2006.

7.2 - VÍDEOS

- **Diários de uma motocicleta.** Dir. Walter Salles. Buena Vista International, EUA, 2004.

7.3 – MATERIAL GRAVADO EM CD-ROM

- DINIZ, Tânia Maria R. Godoi; VELTRI, Marcos; GERASSI, Maria Irene. **"A luta na defesa e na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social: uma experiência de articulação política e social local"**. In: XI Congresso brasileiro de Serviço Social, Fortaleza, 2004.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo